



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 140

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

(*) Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Fragelli, Presidente, nos termos do art. 53, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 1986

Altera a Resolução nº 8, de 3 de abril de 1986.

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 8, de 3 de abril de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Governo do Distrito Federal autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente a 15.301.599 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco Nacional da Habitação, destinada a financiar diversas atividades constantes da Exposição de Motivos nº 015/86-GAG, do Senhor Governador do Distrito Federal.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — José Fragelli, Presidente.

(*) — Republicada por haver saído com incorreção no DCN (Seção II), de 23-9-86, página 3367.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 294ª SESSÃO, EM 29 DE OUTUBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPÉDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR AFONSO SANCHO — Inauguração, em Ceilândia — DF, de unidade escolar da Fundação BRADESCO.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Tendência do eleitorado alagoano em eleger o Senador Guilherme Palmeira para governo daquele Estado.

1.3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

1.3.1 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 294ª Sessão, em 29 de outubro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Afonso Sancho — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Alaor Coutinho — Mata-Machado — Benedito Ferreira — José

Fragelli — Arnor Damiani — Ivan Bonato — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quem dedicar algum tempo à observação do comportamento humano fica, realmente, maravilhado. Cada indivíduo procura atingir objetivos pessoais que satisfaçam seus interesses vitais e culturais e, por isso mesmo, integra-se ao grupo ao qual pertence. O grupo, constituído por indivíduos de vínculos comuns, defende os interesses coletivos e, quando se reúne a outros e outros acabam formando a Nação, cujas aspirações altamente complexas e diferenciadas precisam de uma ação política, a fim de que tenha definidos os seus objetivos nacionais.

No contexto de uma nação, determinados grupos sobressaem pela atividade que desempenham e pelo bem público que a ação desenvolvida proporciona. Quase sempre, esses agrupamentos, graças à dedicação com que agem, extrapolam o círculo restrito de seus próprios interesses, e atuam em benefício da coletividade, repartindo riqueza e serviços que podem melhorar as condições de vida, de segurança e de participação social de vastos segmentos da população.

Dentro desse espírito, encontram-se as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, como, por exemplo, a Fundação Bradesco, entidade que o Decreto nº 86.238, de 30 de julho de 1981 reconheceu de utilidade pública. Instrumento de intenso e benéfice trabalho, a Fundação Bradesco é instituída por dotação do Banco Brasileiro de Descontos S/A, com sede e fórum na Cidade de Deus, Município de Osasco, São Paulo, tendo patrimônio personalizado e prazo de duração indeterminado.

Essa instituição modelar, que honra a iniciativa privada, tem como objetivo principal proporcionar às crianças carentes das áreas mais pobres do Brasil, alfabetização e formação profissional. É um trabalho que se processa em silêncio e se traduz, hoje, em trinta unidades de ensino que atendem a 36.250 alunos, prevendo-se, para o exercício de 1987, trinta e três unidades escolares para oferecer educação básica e profissionalizante a mais de quarenta mil crianças carentes.

Aqui mesmo, no Distrito Federal, a Fundação Bradesco executa o atendimento gratuito a mais de mil e seiscentos alunos, oferecendo-lhes assistência médica e odontológica, merenda escolar, material didático e uniforme completo, com orientação pedagógica e educacional, a partir do pré-escolar até o profissionalizante e o supletivo. A Unidade educacional em apreço localiza-se na cidade-satélite da Ceilândia, com capacidade para dois mil alunos em três turnos. O conjunto de edificações abriga a unidade funcional, os vestiários e salas-ambiente, o setor poliesportivo, os reservatórios de água, o play-ground e o auditório com capacidade para duzentas pessoas. O complexo ocupa a área total de 41.433,50 metros quadrados, da qual 3.000 metros quadrados são de edificações e 1.680 metros quadrados de circulação externa e quadras de esporte.

Com o extraordinário desempenho, que abrange 16 Estados, um Território e o Distrito Federal, a Fundação Bradesco acredita que, ao combater o analfabetismo e reduzir as carências sócio-econômicas de milhares de brasileiros, está contribuindo para melhorar as condições de vida do nosso povo.

Entendem os administradores da Fundação Bradesco que o ensino deve, necessariamente, ser complementado com salutares condições de vida e saúde, a fim de permitir ao educando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades físicas e intelectuais. Por isso mesmo, as crianças atendidas pela instituição recebem, gratuitamente, além do ensino, todo o material escolar necessário, mais alimentação e assistência médica e odontológica.

Assim, em 1985, a Fundação atendia a treze Estados e um Território, com vinte e nove estabelecimentos; em 1986, voltou-se para o Distrito Federal e, atualmente, constrói mais duas escolas e reforma um estabelecimento, para que, no próximo ano, tenha em funcionamento trinta e três unidades de ensino em dezesseis Estados, um Território e o Distrito Federal, com capacidade de quarenta mil alunos.

No dia 12 do corrente mês, quando foi celebrado o Dia da Criança, a Fundação Bradesco entregou oficialmente a Escola de 1º e 2º graus, construída e mantida com recursos próprios, na Ceilândia. Foi uma cerimônia da maior significância, para a qual foram convidados o Presidente José Sarney, o Ministro Jorge Bornhausen, da Educação, e o Governador José Aparecido. O empresário Amador Aguiar, a quem o saudoso Tancredo Neves afirmou ser o seu coração um vulcão de bondade, presidente da Fundação, compareceu ao ato, durante o qual discorreu sobre os planos da entidade e o trabalho que ela já desenvolveu, em benefício das crianças que precisam de estímulo e ajuda para que possam desempenhar, amanhã, a missão que lhes será confiada, de dirigir os destinos deste grande País.

De minha parte, congratulo-me com a Fundação Bradesco e com todos os que, com igual carinho, se dedicaram à tarefa gratificante de participar da abertura de caminhos para as gerações que se formam, em particular ao meu prezoado amigo Lázaro Brandão, presidente do Banco Brasileiro de Descontos S/A.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que queria proferir a respeito da Fundação Bradesco que, como foi dito, presta um inestimável serviço a este País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faltando pouco mais de duas semanas para as eleições, ainda é bem grande o número dos Estados onde

não se pode apontar com segurança o nome do futuro governador.

Esse é bem o caso de Alagoas, onde as pesquisas revelam um persistente pau-a-pau.

Contudo, sem pretender ser mais sabido do que ninguém, minha longa militância na labiríntica política alagoana me leva a predizer a vitória de Guilherme Palmeira. Admito, todavia, que esse vaticínio esteja impregnado do meu próprio desejo, o que torna a profecia suspeita.

A meu ver, a corrente guilhermista está tão mais fortemente estruturada no interior do Estado que até pode suportar, folgadamente, uma eventual inferioridade na Capital. Mas tal inferioridade é mera suposição, pois até mesmo em Maceió não há um vencedor lúquido e certo.

O grande trunfo do Guilherme é ele próprio — seu jeitão desataviado, sua lealdade, sua serenidade, sua marcante presença no cenário político nacional e, sobretudo, o excelente governo que fez, de 79 a 83. E, de quebra, Guilherme tem o apoio de Divaldo Surugay, que, sem dúvida alguma, vai ser o Alain Prost da corrida para o Senado.

Por tudo isso, acho que, a 15 de novembro, na loteria governamental alagoana não vai dar outro bicho — é Guilherme Palmeira na cabeça!

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Nos termos do art. 197, alínea a, do Regimento Interno, a presente Ordem do Dia destina-se a “Trabalhos das Comissões”.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

A Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã, nos termos do art. 197, alínea a, do Regimento Interno, destina-se a trabalhos das Comissões.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País.

27ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 10 DE ABRIL DE 1985

Às dezessete horas e dez minutos do dia dez de abril do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de

Reuniões da Comissão de Finanças, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País, presentes os Srs. Senadores Gabriel Hermes, Jutahy Magalhães, João Calmon, João Calmon, José Lins, Hélio Gueiros e Jorge Kalume.

Abertos os trabalhos, o Senador Gabriel Hermes, Presidente eventual, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida, é dada como aprovada. Em seguida, comunica que a presente reunião será para eleição do novo Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas aos Srs. Senadores, é convidado para funcionar como escrutinador o Sr. Senador Hélio Gueiros.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador João Calmon 6 votos
Para Vice-Presidente:
Senador João Castelo 6 votos

Em cumprimento ao deliberado, o Senador Gabriel Hermes, Presidente eventual, proclama eleitos os Srs. Senadores João Calmon e João Castelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e convida o primeiro para assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador João Calmon agradece em nome do Senador João Castelo e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e concede a palavra ao Relator Senador José Lins que solicita à Presidência desta Comissão, informações e documentos sobre o Inquérito Policial ao Procurador-Geral da República, no que se refere ao caso Coroa-Brastel, e ainda, no sentido de serem convocados os Srs. Carlos Geraldo Langoni, Affonso Celso Pastore e o atual Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

Em discussão a proposta, usam da palavra os Srs. Senadores Jutahy Magalhães, Hélio Gueiros, Gabriel Hermes e João Castelo. Em votação, a proposta do Senador José Lins, é aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, e irá à publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País.

28ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1985

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia treze de junho do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País, presentes os Srs. Senadores João Calmon, José Lins e Jutahy Magalhães.

Abertos os trabalhos, o Senador João Calmon, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Incialmente, o Sr. Presidente convida o Senhor Affonso Celso Pastore, ex-Presidente do Banco Central, a tomar assento à Mesa e fazer o juramento de praxe.

Prosseguindo, a palavra é concedida ao Sr. Affonso Celso Pastore, que presta todos os esclarecimentos sobre o caso Coroa-Brastel. Afirma, ainda, que tomou providências de ordem interna para apurar envolvimento de funcionários do Banco e determinou a instalação de uma Comissão de Sindicância.

Na fase interpellatória, usam da palavra os Srs. Senadores João Calmon, José Lins e Jutahy Magalhães.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas são logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1985, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. AFFONSO CELSO PASTORE, EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, QUE SE PÚBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon
Relator: Senador José Lins
(Integra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País.

Nosso depoente de hoje é o ilustre Professor Affonso Celso Pastore ex-Presidente do Banco Central do Brasil. Pediria ao depoente que procedesse à leitura do juramento previsto em nosso Regimento.

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Juro, por dever de consciência, dizer toda a verdade e nada omitir que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País, no que se refere ao caso da COROA/BRASTEL.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o Professor Affonso Celso Pastore, para prestar o seu depoimento sobre o caso da COROA/BRASTEL.

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Muito obrigado, nobre Senador João Calmon, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Obrigado, nobre Senador José Lins, digníssimo relator desta Comissão.

Agradeço a oportunidade de comparecer a esta Casa, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no sentido de prestar os esclarecimentos naquele parte do caso COROA/BRASTEL na qual tenho realmente condições de prestar esclarecimentos.

Tenho que colocar, de início, que os fatos todos do problema COROA/BRASTEL ocorreram em período anterior à minha gestão dentro do Banco Central. Quando eu assumi o Banco Central do Brasil, em 5 de setembro de 1983, grande parte do problema COROA/BRASTEL já se havia consumado e o Banco Central já havia, anteriormente a essa data, decretado, a liquidação extrajudicial do grupo. Portanto, o meu conhecimento do problema decorre, em primeiro lugar, do meu dever, como administrador do Banco, de tomar todo o conhecimento a respeito do problema e, em segundo lugar, da obrigação em que eu me vi de ter que tomar providências adicionais com relação ao assunto.

Não tendo vivido o problema no momento em que ele ocorreu, apenas me era possível tomar conhecimento de todos os fatos através dos documentos oficiais do Banco Central e de outros documentos que fossem produzidos, ao longo da necessidade de produzir provas ou de produzir evidências para tomada de providências adicionais com relação ao caso.

Como Presidente do Banco, tomei, primeiramente, providências de ordem interna, que eram de minha alcada, aquelas que diziam respeito à necessidade de apurar envolvimento de funcionários ou de pessoas do Banco que, eventualmente, tivessem cometido eventuais falhas dentro da condução do problema.

Nesse sentido, em primeiro lugar, dei conhecimento à Diretoria do Banco e determinei a instalação de uma comissão de sindicância, visando esclarecer os fatos. Essa comissão de sindicância cumpriu os seus objetivos e, em função dos resultados por ela apontados, eu entendi que se fazia absolutamente necessária a criação de uma comissão de inquérito. Procurei constituir essa comissão de inquérito com funcionários experimentados e da mais alta qualificação do Banco Central, tendo sido o seu presidente o próprio chefe do Departamento Jurídico.

Logo após a conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito e com a entrega do seu relatório final, que aprovei, viu-se a Diretoria do Banco Central obrigada a demitir o funcionário Dely Borges, chefe do Departa-

mento de Fiscalização de Mercado de Capitais. Essa decisão decorreu do evidente comprometimento do citado funcionário, que estava inciso em artigos do Estatuto dos Funcionários do Banco que, em casos como este, culminam com a pena de demissão do funcionário.

Os resultados dessa comissão de inquérito, Sr. Senador, segundo me consta, já são de conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito deste Senado.

Os resultados da comissão de inquérito foram encaminhados, em seguida, ao Exmº Sr. Procurador-Geral da República para as providências que, no caso, cabiam e que eram de alcada do Ministério Público da União, uma vez que diante das evidências produzidas pela comissão de inquérito e de suas conclusões, competiria à Justiça promover contra o mesmo as ações civis e penais que eventualmente coubesse desses resultados. Essa notícia ao Ministério Público ocorreu, segundo me parece, há aproximadamente um ano.

Na sequência das providências que me cabiam, e após tomar conhecimento efetivo de todas as manobras que se processaram nos bastidores do affaire COROA/BRASTEL, ou seja, o fato de que o Banco Central foi induzido em erro, em função da falsa representação contábil patrimonial quanto à real situação financeira da Coroa S.A., Crédito Financiamento e Investimento, o que resultou na obtenção mediante uso de meio fraudulento pelos gestores da Coroa S.A. de uma vantagem ilícita, em detrimento do patrimônio do Banco Central, eu vi-me obrigado a levar o assunto ao conhecimento do Procurador-Geral da República, para que a Procuradoria Geral viesse a tomar as providências de sua alcada.

A notícia crimens, levada ao conhecimento do Procurador-Geral da República, resultou no pedido de instauração de inquérito policial, submetido ao juízo da 6ª Vara Federal de Brasília, em petição subscrita pelo Dr. José Arnaldo da Fonseca, ora Subprocurador Geral da República. É fato conhecido que esta petição foi aceita pelo meritíssimo juiz titular daquela Vara que, conhecendo do pedido, determinou o processamento do feito, nele figurando como réu o Sr. Assis Paim Cunha, titular e controlador do Grupo Coroa.

Os fatos a que me referi eram representados pelo termo de letras de câmbio sem lastro, emitidas pela Coroa S.A., Crédito Financiamento e Investimento, e pelo conhecimento da verdadeira situação econômico-financeira daquela empresa, antes ocultada em seu balanço. Isto é um ponto importante que foi o ponto central da notitia crimens, enviada pelo Banco Central ao Ministério Público. Tudo a levar o Banco Central a entender que havia poucas expectativas a respeito do retorno total aos seus cofres daquelas quantias anteriormente mutuadas com o grupo Coroa, quantias estas que caracterizaram aquela existência de liquidez que foi dividida em duas parcelas: uma, de vinte e cinco milhões e, outra, de cinco milhões, dentro da Resolução nº 374, do Conselho Monetário Nacional. Esta ação, de autoria do Banco Central, veio somar-se aos processos criminais já em curso perante as 9ª, 11ª, 13ª, 17ª, 21ª e 35ª Varas Criminais da Comarca do Rio de Janeiro, somando-se, ainda, aos dois procedimentos penais, perante a justiça do Estado de Minas Gerais e a dois outros inquéritos policiais já deflagrados na Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, todos propostos contra o grupo Coroa e seus dirigentes.

Foram essas, Sr. Presidente, Senador João Calmon, Sr. Relator, Senador José Lins, as providências que tomei quando presidente do Banco Central, no encaminhamento, perante a justiça, e no encaminhamento interno do Banco Central das providências que me cabiam e são esses os esclarecimentos que tenho a prestar perante esta Comissão quanto à minha conduta no affaire COROA/BRASTEL.

Encerro este depoimento breve, neste instante, e reservo o período de tempo que for necessário às perguntas desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao nobre relator desta Comissão, Senador José Lins.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, é evidente que o Professor Affonso Celso Pastore ocupou a presidência do Banco numa época em que o caso CO-

ROA/BRASTEL já estava praticamente em fase de apuração e as ocorrências não se deram, realmente, durante a sua gestão.

Eu, na realidade, pouco ou nada teria que perguntar ao Professor Affonso Celso Pastore, já que os dados mais aprofundados sobre a questão estão há muito tempo em mãos do relator, e desta Comissão, de um modo geral.

Eu gostaria apenas de pedir a opinião do Professor Affonso Celso Pastore, que conhece muito bem esse problema, como ele vê a atual sistemática de fiscalização das instituições financeiras pelo Banco Central, qual o grau de segurança desse processo fiscalizatório e quais as deficiências que podem conduzir o Banco Central a enganos como este, no caso da COROA/BRASTEL, diante do qual o Banco foi induzido a adotar certas medidas que depois se revelariam talvez inconvenientes. Diante disso, também, qual a posição das autoridades superiores do Banco, com relação à sua responsabilidade pessoal? Que sugestões S^r daria para que a legislação, as normas, em suma, o processo de fiscalização fossem não só aperfeiçoados mas, também, para proteger-se de modo mais efetivo as decisões das autoridades?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Muito obrigado, Senador José Lins. O assunto da fiscalização é, certamente, um assunto que tem sido debatido com frequência, no contexto deste caso da Coroa-Brastel.

Eu gostaria de expressar, de início, que eu repto a fiscalização do Banco Central, como uma fiscalização bastante eficiente. Ela não é uma fiscalização ausente, ela não é uma fiscalização que, na realidade, não detecta problemas. Em grande parte ela os detecta, em grande parte ela sinaliza à direção do Banco Central ocorrências que estão acontecendo no sistema financeiro e, em grande parte, ela permite que a direção do Banco Central tome medidas antecipadas no sentido de se antecipar a problemas que venham a ocorrer e de zelar pela liquidez do sistema, zelar pela integridade do sistema financeiro, pela integridade dos aplicadores; etc. Eu digo que é bastante eficiente, embora casos tenham ocorrido de problemas como foi, efetivamente, o da Coroa-Brastel.

Agora, eu tenho a impressão, por depoimentos anteriores, prestados a esta Casa pelo Presidente do Banco Central, à época Dr. Carlos Langoni, e por diretores do Banco Central, que, no caso específico da Coroa-Brastel — e os detalhes disso constam realmente desses depoimentos prévios — houve uma atitude deliberada de se ocultar dados contábeis que não permitiam, efetivamente, a fiscalização ir buscar informações de eventuais fraudes que estavam ocorrendo.

Quer dizer, por mais eficiente que seja a fiscalização, em trabalhar com os dados contábeis da empresa, o que se verificava ali era que boa parte dessas fraudes eram realizadas por mecanismos extracontábeis, inclusive, com a interferência da SNCI, que era uma empresa comercial do grupo e que, na verdade, fazia a distribuição dessas letras de câmbio, pagando fornecedores com letras de câmbio, pagando fornecedores com letras de câmbio emitidas pela Coroa, Crédito Financiamento e Investimento, que não constavam da contabilidade da Coroa, o que, certamente, colocava uma dificuldade enorme, no sentido de que a fiscalização chegassem de pronto a esse tipo de questão.

Então, eu diria que é possível se encontrar dificuldades de detectar, pela fiscalização, eventuais fraudes e este aqui é, no fundo, um exemplo ilustrativo deste caso. Isso implica, consequentemente, em que a fiscalização do Banco, e a fiscalização sobre o mercado financeiro, têm que ser aperfeiçoados continuamente. E, neste sentido, eu acho que uma providência muito importante, que foi tomada pela atual administração do Banco Central, foi a de unificação das fiscalizações e no sentido de permitir uma maior concentração do Banco Central em cima da área de fiscalização. Isso eu acho que é avanço. E acho que avanços como esses têm que se ir verificando, ao longo do tempo.

Nesta fiscalização do mercado financeiro, como na fiscalização tributária, como em qualquer outro tipo de fiscalização dentro do sistema, eu acredito que é muito difícil de se ter uma fiscalização completamente à prova de todo tipo de fraude, de engano a que seja induzido o Banco Central, o que faz com que esse mercado seja mercado de risco, como outros tipos de atividades também. Eu acho que é possível progredir muito, mas em grande

parte, às vezes, esse tipo de fraude ele, no fundo, ilude a fiscalização, ainda que iluda temporariamente e, inequivocavelmente, isso gera problemas como gerou este da COROA/BRASTEL.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, nada mais tenho que perguntar a Affonso Celso Pastore, apenas agradeço a sua presença e as informações que ele nos trouxe.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para apresentar algumas indagações ao nobre deputado, aproveitando não só a sua autoridade como eminent econômico, mas, também, baseado na sua experiência à frente do Banco Central do Brasil.

V. Sa. está, realmente, profundamente convencido de que a fiscalização do Banco Central do Brasil, no passado, e, mesmo no presente, está devidamente aparelhada para detectar, em tempo, a deterioração de algumas instituições financeiras, como aconteceu não apenas no caso da COROA/BRASTEL, mas, recentemente, nos casos do Sulbrasileiro e do HABITASUL? Não haverá, realmente, uma debilidade, uma deficiência grave no mecanismo de fiscalização do Banco Central? Porque, se não houvesse essa deficiência não poderia ter sido feita a emissão de letras de câmbio frias num total equivalente, em moeda forte, a mais de 600 milhões de dólares. Com a sua experiência à frente do Banco Central, com a sua vivência na área financeira, V. Sa. teria algumas sugestões concretas para apresentar a esta Comissão, que tem como um dos seus objetivos estudar, em profundidade, todos os problemas do mercado financeiro do País?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Obrigado, nobre Senador. Eu me permito começar com uma digressão sobre o Sulbrasileiro e HABITASUL que o nobre Senador trouxe à discussão nesta Comissão.

Neste caso específico do Sulbrasileiro e do HABITASUL, a fiscalização do Banco Central, realmente, vinha apontando à direção do Banco Central a deterioração das duas instituições. Era do nosso conhecimento, antes do processo de intervenção sobre as duas instituições de que ambas padeciam, principalmente o Sulbrasileiro, no caso, porque o banco comercial, o Banco HABITASUL, era um banco relativamente estável, como eu já mostrei perante à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sulbrasileiro e do HABITASUL, o problema da intervenção do HABITASUL decorreu, em grande parte, da falta de saúde na sua Carteira de Crédito Imobiliário, que era um problema de fiscalização do Banco Nacional da Habitação, e não propriamente do Banco Central. O que se tinha, nas empresas sob a fiscalização do Banco Central, no HABITASUL, era um retrato bastante diferente do Sulbrasileiro, e em grande parte a intervenção no HABITASUL decorreu da crise de liquidez que se abateu sobre o Sulbrasileiro, que acabou arrastando, na marola dessa crise, o HABITASUL à intervenção, porque ele ficou ilíquido naturalmente. Esses problemas, no fundo, eram apontados pela fiscalização do Banco e com bastante eficiência, tanto que o Banco Central procurou agir junto aos controladores do Sulbrasileiro, por várias ocasiões. Em primeiro lugar, no sentido de procurar sanear-se a sua situação patrimonial, de início, e para o saneamento da situação patrimonial era necessário um grande aporte de recursos de capital do Banco, para poder sanear-se operações que eram operações ilíquidas, operações que estavam indo à crédito liquidação e, consequentemente, abatendo a saúde econômica do banco. A saúde financeira veio a se abater como consequência desse abatimento da saúde econômica, quando o mercado começou a perder credibilidade, perder confiança sobre o Sulbrasileiro.

A pergunta que se pode colocar neste instante é a de que no momento em que se conhece uma deficiência de saúde econômica, se isso é motivo de o Banco Central começar a intervir naquele instante ou procurar outras soluções de saneamento do banco para que depois ocorra, eventualmente esgotadas todas as possibilidades, a intervenção no momento subsequente.

É claro que uma das funções importantes do Banco Central é velar pela liquidez do sistema e pela credibilidade do sistema financeiro e, neste sentido, se tomam medidas procurando corrigir, na base, aquela deficiência estrutural que existe dentro do banco. Isso foi feito den-

tro do Banco Sulbrasileiro. Foram enviados esforços no sentido de se obter ou associações ou aumento de capital, que se frustraram e, com a divulgação, com a percepção do mercado de que, efetivamente, o banco sofria um problema patrimonial, o banco começou a perder credibilidade, começou a ter quedas nos seus depósitos, principalmente naqueles depósitos no sistema de ADM, que são depósitos altamente nervosos e, enfrentou uma crise de liquidez, crise de liquidez esta que não levou o Banco Central de imediato, à intervenção do banco, mas no momento em que ela se agravou e que nós corremos o risco de ter que dar uma assistência ao banco superior aos limites do que o banco tinha no compulsório dentro do Banco Central, que eram recursos do próprio banco em última instância, diante da impossibilidade de se chegar à uma solução saneadora da atividade patrimonial, se usou o mecanismo da intervenção que visava, exatamente, ganhar tempo, estancar o processo para se encontrar uma solução saneadora. E este próprio Congresso optou por sanear da forma como saneou, através desse projeto de estatização do banco, por discussão dentro desta própria Casa.

Eu não sei que tipo de solução eu teria sugerido para o banco Sulbrasileiro, mas, certamente, naquele instante, o que me era fundamental fazer era ter feito a intervenção, mas a fiscalização do Banco, de fato, vinha-nos indicando, e nós tomamos a medida com plena consciência, que havia uma crise patrimonial, de que havia uma crise de liquidez, de que tínhamos que esgotar todas as instâncias, antes de entrar numa solução traumática, como é a solução de uma intervenção ou de uma liquidação extrajudicial.

No caso Coroa, a questão foi um pouco diferente do que esse, pela leitura que eu fiz dos resultados dessa Comissão de Inquérito que nós desenvolvemos dentro do Banco Central e, de toda a apuração que foi realizada sobre a documentação interna do Banco e que deu origem a esse livro branco, que nós findamos publicando. Por que o Banco Central vinha sendo atacado, de forma contínua, pela imprensa, como uma instituição ineficiente, como uma instituição que não cumpria as suas funções e, nós tínhamos que, na verdade, restabelecer a verdade sobre isso, e a única forma de restabelecer a verdade era pegar toda a documentação e produzir um documento que mostrasse as ações que o Banco Central tomou.

Sobre o caso Coroa-Brastel, o que se verifica é que houve uma fraude muito bem engendrada dentro do sistema. Fraude esta que era praticamente impossível ser descoberta por uma fiscalização de banco, porque ali nós estávamos trabalhando não com um banco que tinha dificuldades, que revelava as suas dificuldades no seu ativo, na sua estrutura de passivo, mas com relação a controladores e a pessoas que dirigiam a instituição Coroa e que montaram um sistema muito bem engendrado, com controles eletrônicos paralelos, para justamente ocultar essa informação à fiscalização, que transformou a possibilidade de se obter essa informação numa tarefa extraordinariamente difícil. É claro que o conhecimento de que essa fraude existiu no caso Coroa alertou a fiscalização do Banco Central, alertou a direção do Banco Central, no sentido de aprimorar os mecanismos de fiscalização para, eventualmente, ir buscar isso no futuro. Mas, eu lhe diria que embora a fiscalização seja eficiente e consiga captar isso, no caso de uma fraude dessa magnitude, realmente, a fiscalização se torna praticamente impossível.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado. A minha convicção, de que realmente o mecanismo de fiscalização do Banco Central está muito longe de ter um grau razoável de eficiência, fica confirmada com esse episódio da Coroa-Brastel, que não foi, na realidade, descoberto pela fiscalização do Banco Central. Na Capital do meu Estado, em Vitória, foi detectada a existência de "letras-frias" da Brastel, que estavam sendo vendidas pela Corretora Lima & Lima. Portanto, uma gigantesca fraude como essa, envolvendo a emissão de "letras-frias", num valor equivalente a mais de 600 milhões de dólares, essa irregularidade, essa fraude não foi detectada pela fiscalização do Banco Central.

Eu temo, Professor Pastore, que na época, realmente, havia grave deficiência da fiscalização, e eu pergunto a V. S^r se ainda não há essa debilidade? Porque ainda re-

centemente o Banco Central foi obrigado a socorrer, com cerca de dois ou dois e meio trilhões de cruzeiros, duas outras importantes instituições bancárias que estavam enfrentando problemas de liquidez. Ainda dentro dessa pergunta, eu gostaria de indagar se, ao longo da sua gestão, chegaram a ser detectados os primeiros sinais de deterioração do Grupo BRASILINVEST, que depois enfrentou uma crise de extrema dificuldade.

O SR. AFONSO CELSO PASTORE — Senador, eu discordo, em parte, da sua afirmação com relação à eficiência da fiscalização do Banco Central. Eu lhe mostrei o exemplo do Sulbrasileiro e do HABITASUL, onde realmente isso foi monitorado pela fiscalização.

Também a fiscalização do Banco Central conhecia todos os problemas do BRASILINVEST, e vinha acompanhando esses problemas com uma diferença, no caso, é que o BRASILINVEST já há algum tempo não vinha colocando CDBs no mercado, e vinha resgatando com venda de ativos pessoais dos seus controladores os CDBs.

Nós, naquele momento, embora estivéssemos com a luz vermelha acesa no painel, fomos caminhando com a observação da evolução da situação do BRASILINVEST, que culminou com a intervenção do BRASILINVEST pela nova administração nos primeiros dias. Eventualmente, se nós tivéssemos passado o dia 15 de março na administração, muito possivelmente eu teria determinado a intervenção.

Quer dizer, o fato de que a intervenção ocorreu num momento subsequente se deriva do fato de que há um ponto, na corrida de revezamento do Executivo, em que um executivo passa o bastão a outro e o outro, na sequência, tem que completar. Da mesma forma foi a conduta no caso Sulbrasileiro, em que nós observamos o vazamento de liquidez e, no momento em que se esgotaram todas as hipóteses, nós fizemos a intervenção. Quer dizer, se na minha gestão o Brasilinvest tivesse tido o mesmo curso, eu certamente teria chegado à intervenção, da mesma maneira como cheguei no caso do Sulbrasileiro.

No caso da COROA-BRASTEL, detectar a existência de "letras-frias" era um processo extraordinariamente complexo. A "letra-fria" não pode ser vista no mercado como "letra-fria", quer dizer, eventualmente o mercado apresenta evidências de que há um excesso de letras, de que há uma dificuldade de liquidez do grupo, quando as taxas de juros cobradas sobre essas letras começam a crescer, ou seja, há uma percepção de risco grande no mercado e os vendedores dessas letras para poderem atender aquela redução de demanda de papéis, abrem taxas de juros relativamente maiores.

Agora, a "letra-fria" é caracterizada como uma letra emitida sem lastro, quer dizer, no sistema das empresas de crédito, financiamento e investimento, a letra entra colocada casada com operação ativa, ou seja, uma loja compra numa empresa vendedora de bens duráveis e efetua a venda e, depois, ou simultaneamente, ou logo após a efetivação da venda, ela coloca as letras no mercado com a qual ela ressalta o produtor ou o vendedor dos ativos financeiros e fica credora dos compradores, a prazo, desses ativos financeiros. O que se verificou no caso COROA-BRASTEL é de que letras foram emitidas sem os efeitos comerciais que lastreavam essas operações, e isso não pode ser descoberto através do mercado, isso só pode ser descoberto através da análise patrimonial. As evidências que eu tenho indicadas pelas comissões de inquérito que nós realizamos dentro do Banco Central, é de que houve, efetivamente, na contabilidade do Grupo COROA-BRASTEL, uma ocultação dessa informação, e ao existir a ocultação dessa informação, por critérios contábeis, em grande parte, a fiscalização, na primeira varredura que faz, o faz por critérios contábeis, foi iludida no sentido de que não conseguiu captar. Isso pode ser dito que é uma falha da fiscalização. É falha na definição de que a fiscalização não conseguiu, pelos instrumentos que possuía à mão, detectar a existência de "letras-frias" em tempo, ou fez a posteriori, muito próximo do momento da intervenção. E quando o Banco Central descobriu a existência de "letras-frias" imediatamente realizou a intervenção. Certamente se se detectasse a existência desse tipo de prática anteriormente ao pedido de assistência financeira à liquidez, aqueles 25 e aqueles 5 bilhões de cruzeiros, o Banco Central não teria dado esse tipo de assistência. Então, aqui foi o evento produzido

realmente por uma fraude muito bem engendrada pelos controladores do Grupo COROA e que, de fato, iludiu a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Ao longo dos numerosos depoimentos prestados perante esta CPI, houve várias afirmações sobre o tráfico de influências que teria ocorrido no episódio da COROA-BRASTEL. Nós ouvimos o Sr. Armando Leal e lhe foi feita uma pergunta sobre a influência que teria exercido o então todo poderoso Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o General Golbery do Couto e Silva, em relação ao episódio da Corretora Laureano, que teria desencadeado, posteriormente, todo o processo que resultou no escândalo da COROA-BRASTEL.

Quando Presidente do Banco Central, com a sua indormida vigilância, com a sua observação sempre tão louvável, V. S^{te} chegou a detectar algum indício de ocorrência de tráfico de influência, não apenas em relação ao General Golbery do Couto e Silva, que teria um filho, alto funcionário, trabalhando como Diretor da Corretora Laureano, ou em relação ao Sr. Armando Leal, que havia mantido uma sociedade com um funcionário altamente colocado na área do Poder Executivo do Governo anterior?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Senador, eu, não tendo vivido o problema Coroa no momento em que ele decorreu, realmente não tenho a menor condição de dar qualquer informação sobre isso. A única informação que eu tenho são as que decorreram dos debates, antes subsequentes à intervenção do Banco Central e à liquidação extrajudicial do Grupo Coroa-Brastel, nos quais esse tipo de colocação foi feita. Eu não tenho nenhuma forma de saber se isso é verdade ou não, embora eu duvide que isso tenha ocorrido por uma evidência, é que na minha presença, dentro do Banco Central, eu jamais recebi pressões de quem quer que seja, no sentido de se solucionar, de um jeito ou de outro, qualquer tipo de problema que existisse dentro do mercado financeiro. Atesto a lisura com a qual todos os membros do Governo, meus companheiros de Governo, se portaram durante o ano e meio em que eu estive à frente do Banco Central, onde eu não recebi qualquer pressão, de qualquer natureza, no sentido de solucionar qualquer problema.

Agora, acho que há um ponto sobre o qual eu posso falar, que é na ligação entre o affaire Laureano e o affaire Coroa. Eu tenho visto, muitas vezes, ou divulgado na imprensa, ou na divulgação de depoimentos perante esta própria CPI, afirmações de que, em grande parte, a dificuldade econômico-financeira do Grupo Coroa teria decorrido da absorção do Grupo Coroa, pelo Grupo Coroa da Corretora Laureano.

A Comissão de Inquérito que eu instaurei no Banco Central, entrou bastante a fundo nesse problema, e realizou uma análise econômico-financeira, patrimonial e contábil disto tudo. Realmente, o que se verifica é que o furo existente na Laureano, cujo número agora eu não tenho de cabeça, mas que consta desse relatório que esta Comissão possui era um número pequeno, e o furo final da Coroa era um número dezenas de vezes superiores ao furo da Laureano.

Então, a pergunta que me fica é a seguinte: como é possível se atribuir um furo de dezenas de vezes superiores ao furo da Corretora Laureano, como sendo provocado pelo furo da Corretora Laureano? Quer dizer, restaria aqui realmente um exercício de ginástica mental extraordinariamente grande em se procurar associar uma coisa à outra.

Eu acho, na análise detalhada dos dados contábeis e econômico-financeiros, que não é possível se dar credibilidade a esse tipo de hipótese que foi colocada sobre o problema. E, com evidências adicionais, que também decorrem desses relatórios da Comissão de Inquérito que eu mencionei, e de depoimentos posteriores, em que se mostra que, por várias vezes, os próprios controladores do Grupo Coroa atestaram ao Banco Central que haviam absorvido com absoluto sucesso a Corretora Laureano, e que haviam transformado aquele prejuízo potencial, ou aquele prejuízo efetivo que existia na Laureano num lucro razável, num lucro sensível, do ponto de vista da comparação desse lucro com o patrimônio da Corretora Coroa, e de que isto, no fundo, conduziu, inclusive, a registrar balanços com lucro e com distribuição de dividendos aos controladores da Coroa.

Eu acho muito difícil fazer esse tipo de associação. Eu lhe diria, pela análise cuidadosa dos resultados da Comissão de Inquérito que ocorreu dentro do Banco Central, e de toda a avaliação feita, do ponto de vista contábil, econômico e financeiro, conhecidos os dados reais agora, tanto da Coroa quanto da Laureano, dentro do processo de liquidação extrajudicial da Coroa, que difficilmente se pode fazer uma ligação entre os dois casos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — A Presidência formulou algumas indagações, apenas para aguardar a chegada dos demais membros desta CPI, que certamente terão algumas indagações a apresentar.

Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, eu apenas gostaria de fazer uma única indagação, porque o Dr. Affonso Celso Pastore falou na corrida de revezamento do Executivo com a entrega do bastão, no caso Brasiliinvest. Eu perguntaria se a corrida de revezamento transcorreu normalmente, se o bastão foi entregue normalmente no caso Coroa-Brastel, ou se o bastão caiu na hora da entrega? Porque, pelo que parece, o Procurador-Geral da República fez uma denúncia sobre os antigos dirigentes, no caso antecessores de V. S^{te}, no caso da Coroa-Brastel, os responsabilizando pelo problema e pedindo a punição. Então, eu pergunto se esse processo foi baseado no andamento normal do inquérito feito dentro do Banco Central ou se foi uma interpretação completamente diferente da administração de V. S^{te}.

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Senador Jutahy Magalhães, deixe que eu lhe cite os fatos do ponto de vista do Banco Central, até o momento que isto chegou à Justiça. Daí para a frente, eu realmente não tenho condição, a não ser de formular hipótese.

O relatório da Comissão de Inquérito que nós produzimos dentro do Banco Central, foi encaminhado ao Ministério Público. Ele se encerrou dentro do Banco Central na esfera administrativa. Ou seja, havia dois problemas a tomar em consideração. Eventuais punições, que eram da alçada do Banco Central, que eu mencionei no depoimento, por exemplo, a demissão do funcionário Dely Borges, inciso em dispositivos Estatuto dos Funcionários do Banco que cumulavam com a pena de demissão, havia, e houve, na Comissão de inquérito, uma indicação de que a superior administração do Banco deveria considerar a hipótese de se dar notícia ao Ministério Público, porque eventualmente esse funcionário podia estar inciso em transgressões dos arts. 319 e 321, do Código Penal, e competia, certamente, à Procuradoria Geral da República avaliar, porque isso era da alçada da Procuradoria, não mais da direção do Banco Central, se era fundamental que se fizesse uma denúncia, ou não, ou um indicamento, ou não, desse funcionário.

O relatório da comissão de inquérito não se esgotou no affaire Dely Borges, ou na apuração dos problemas patrimoniais da Coroa, da Laureano, etc. Foi adiante, e avaliou também a atuação de diretores do Banco Central, ou de outros funcionários do Banco Central. Em nenhum momento, nesse relatório da comissão de inquérito existe uma indicação precisa de que havia suspeita de que isso deveria ser comunicado ao Ministério Público como violação dos artigos do Código Penal.

Então, o que eu reputo, e essa é a minha hipótese, é que o Procurador-Geral da República deve ter, na análise dos fatos, tirado conclusões diversas daquelas conclusões da comissão de inquérito, e adicionado esse tipo de denúncia, de sua própria iniciativa, não foi da iniciativa do Banco Central.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O bastão caiu!

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Eu não sei se caiu ou não, Senador Jutahy Magalhães. Eu sei que o relatório da Comissão de Inquérito, que é de posse desta Comissão, é muito profundo, está muito fundamentado em análises, e em depoimentos, em contracheques de informações, eu o reputo um trabalho técnico, jurídico, muito bem feito. Ele foi fundamental para mim, na tomada de decisões que eu tinha que tomar, posteriormente, isso foi entregue à Justiça, que tomou uma linha diversa.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Professor, eu teria uma pergunta não ao ex-Presidente do Banco Cen-

tral do Brasil, mas ao professor emérito de Economia. Eu gostaria de saber a sua opinião sobre a projetada criação de um imposto sobre transações financeiras, abrangendo letras de câmbio, CDB, e vários outros títulos de crédito, com o objetivo de formar um fundo capaz de fazer face à crise de liquidez, e outra, de instituições financeiras. Na qualidade de professor de Economia, como V. S^e encara esse projeto que está sendo cogitado pelos altos escalões do atual Governo?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Senador João Calmon, eu não conheço o projeto, obviamente, eu tenho também notícias da discussão disto. Eu desconheço fundamentalmente se os recursos para esse potencial fundo de liquidez viriam do IOF. Quer dizer, o que existe nesse sentido, foi um estudo técnico realizado dentro do Banco Central ainda na minha gestão, que nós não levamos à frente, naquele momento, que era a criação de um fundo de liquidez para letras de câmbio, em parte com recursos do IOF. É um assunto complexo. Não foram nos dois últimos três meses da gestão, em que nós estudamos o problema, e entregamos esse projeto à nova administração, sem capacidade de ter decidido naquele instante. Esse fundo de liquidez é um de tipo de fundo de liquidez que existe em alguns outros países, e que tem operado relativamente bem em alguns outros países. É um projeto complexo de implementação técnica, razoavelmente difícil, e que não demanda apenas a participação do Governo na criação de um fundo de liquidez destes. Existem casos até, que me foram relatados, naquela época, pelo pessoal técnico do Banco Central, de fundo semelhante a esse nos Estados Unidos, que são integralmente constituídos através de fundos privados.

Eu acho que é uma idéia a ser explorada, eu acho que é uma idéia a ser discutida, eu acho que é uma idéia a ser debatida. Eu, como não tenho uma opinião definitiva a respeito, e a prova de que eu não tenho uma opinião definitiva é que eu não dei seguimento a esse projeto quando eu estava no Banco Central, que queria estudos um pouco mais aprofundados. Mas, o fato de ter mantido estudos aprofundados ao longo do tempo, também, é uma prova de que isto me souvi como alguma coisa factível, como algo interessante, no sentido de se permitir um mecanismo adicional de liquidez. Quer dizer, é preciso analisar a configuração final de um projeto como esse quando ele vier a público, para poder dar uma opinião mais definitiva.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — V. S^e considera válidos os instrumentos utilizados pelo atual Governo para a redução da inflação, através do adiamento do reajustamento das tarifas das empresas estatais?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Nobre Senador, a formulação de uma estratégia de política econômica estratégica implica numa utilização de vários instrumentos; o controle de preços é um dos instrumentos, seguido por controle monetário, fiscal etc.

Reputo que a atual administração está fazendo o possível no combate à inflação. É uma guerra muito difícil, muito complexa, que tem derrotado vários Governos sucessivos, destes últimos anos. Mas eu estou muito preocupado, nestes últimos meses, é em procurar fazer uma avaliação dos meus erros na condução da política monetária, na política de combate à inflação, e lhe confesso que eu ainda não tive muito tempo de procurar avaliar potenciais de erros ou acertos de outras administrações. De forma que não me sinto numa situação muito confortável, neste momento, para discutir a eficácia da política econômica atual de combate à inflação do atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Uma outra indagação, mas de outro rumo, e peço desculpas por não estar aqui desde o início, porque, infelizmente, estava participando de outra comissão a que tinha obrigação de comparecer também, porque necessitava ter número e eu era relator de alguns processos. Mas eu ouvi V. S^e discorrer do Senador João Calmon a respeito do problema da fiscalização do Banco Central, a eficácia ou não da fiscalização nos casos como Coroa-Brastel, Brasilinvest e outros. E V. S^e demonstrou, no caso do Sulbrasileiro, no próprio Brasilinvest, que a fiscalização do Banco Central

teve condições de detectar a tempo os problemas, mas no caso da Coroa-Brastel, por umas questões contábeis, não teria tido essas condições.

Para nós, leigos, de fora, fica sempre a dúvida da eficiência, mesmo, da fiscalização do Banco Central, devendo aos diversos problemas que surgiram nos últimos tempos com essas organizações financeiras, que não sendo possível detectá-los a tempo, ocasionaram intervenção com prejuízos para aqueles que aplicavam nas corretoras e nessas organizações financeiras.

V. S^e, com sua experiência da presidência do Banco Central, teria alguma sugestão a respeito de tornar mais eficaz essa ação da fiscalização do Banco Central, para detectar, com mais facilidade, esses problemas e evitar os prejuízos daqueles aplicadores, principalmente pequenos aplicadores?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Acredito que um grande passo foi dado, e estava respondendo nessa mesma direção ao Senador João Calmon, por exemplo, com essa unificação de toda a fiscalização do Banco Central agora numa única diretoria de fiscalização integrada.

O sistema financeiro nacional passou por um processo de conglomerado, nos últimos anos, e a fiscalização vinha sendo feita independentemente, na área de mercado, na área bancária, na área de câmbio e na de crédito rural. Hoje em dia ela está centralizada. Essa centralização, no fundo, permite cruzamento de informações muito mais eficazes do que anteriormente.

Agora, o meu ponto de vista com relação à eficiência da fiscalização do Banco Central é que, para se avaliá-la corretamente, não é necessário olhar só os casos negativos, isto é, onde aconteceram problemas. É preciso se fazer, também, uma avaliação dos casos positivos.

Quem vive o dia-a-dia do Banco Central sabe que a fiscalização, diariamente, está produzindo informações que produzem correções de rumos que deixam de ser problemas e, por deixarem de ser problemas, nunca é chamada a atenção do público sobre esses aspectos. Quer dizer, só quem vive, eternamente, no Banco Central, é que disso tem conhecimento. Por exemplo, se esta Comissão, chamassem o diretor da Área de Fiscalização para saber que correção de rumos foi feita a tempo e hora o suficiente para impedir que dificuldades ocorressem com instituições, poderia, de fato, ter uma idéia de que a eficiência da fiscalização do Banco é boa. Ela não é uma eficiência que possa ser avaliada pelo caso Coroa-Brastel.

Há muitos outros casos, e é desagradável discutir isso dando nomes, evidentemente, em que é possível mostrar que a fiscalização se antecipa e permite correções de rumos, permite soluções de problemas que, muitas vezes, poderiam ter desenlaces muito mais desagradáveis e muito mais traumáticos no mercado, essencialmente, se ela não tivesse apontada à direção do Banco Central onde estava o problema, o detectado a tempo e permitido a correção de rumo em tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — No decorrer da sua gestão, como Presidente do Banco Central, é que foi tomada a iniciativa de encaminhar à Procuradoria Geral da República o resultado das investigações a que se procedeu neste estabelecimento de crédito.

V. S^e entende que a Procuradoria Geral da República está cumprindo, de maneira adequada, o seu dever, encaminhando o processo à Justiça e procurando enquadrar, em alguns artigos do Código Penal, não apenas ex-diretores, ex-chefes de serviço do Banco Central, mas até mesmo Ministros de Estado do Governo anterior?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Nobre Senador, o que me parece é que a Procuradoria Geral da República não ofereceu denúncia sobre Ministro. Ela tem agora que se pronunciar se oferece denúncia ou não. Portanto, este é um caso que está ainda sub judice dentro da Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Tenho a impressão que a Procuradoria Geral da República já encaminhou ao...

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Eu pediria, se me fosse possível, está aqui presente, o testemunho do Dr. Luiz Cássio dos Santos Werneck que, me estava mostrando certas nuances desse aspecto da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com muito prazer. V. S^e tem a palavra.

O SR. LUIZ CÁSSIO DOS SANTOS WERNECK — Sr. Presidente, o que sucede neste processo, em mãos da Procuradoria, é o seguinte: o Subprocurador Geral José Arnaldo da Fonseca levantou a hipótese da formalização da denúncia contra os Ministros de Estado, no caso, o Ministro Antônio Delfim Netto e Ernâni Galveas e, mas ainda com relação ao Dr. José Flávio Pécora, Carlos Geraldo Langoni e outros. No caso, o que interessa efetivamente é que a denúncia a ser formulada pela Procuradoria é, com relação aos dois Ministros de Estado. O Subprocurador Geral não teria poderes, como não tem, para efetivar essa denúncia. De maneira que ele se limitou, na sua peça de apresentação, a levantar a hipótese da necessidade de ser efetivada a denúncia. Essa denúncia somente poderá ser formulada pelo Procurador Geral da República, titular da Procuradoria, que não o fez. Tanto não o fez que ao receber o processo que o Subprocurador encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, o relator designado, Ministro Sidney Sanches, imediatamente, o devolveu à Procuradoria Geral, para que o Procurador Geral formalizasse a denúncia. O que até agora não foi feito.

De maneira que não existe, tecnicamente, uma denúncia oferecida contra os Ministros de Estado. É possível que surja, é possível que o Procurador Geral venha a formalizá-la, mas é possível também que não a formalize.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Vamos excluir, então, da pergunta os dois Ministros de Estado, mas já foi iniciado um processo contra outros funcionários, além da cogitação dos dois ex-Ministros de Estado, para o ex-Presidente do Banco Central e vários diretores do Banco Central.

O SR. LUIZ CÁSSIO DOS SANTOS WERNECK — Efetivamente, mas não produzirá nenhum resultado, porque af depende do entendimento que o Supremo Tribunal Federal manifestar a respeito. É possível que o Supremo Tribunal Federal queira reunir todo o processo num único procedimento. Por exemplo, se for oferecida a denúncia contra os Ministros de Estados, é possível que o Supremo Tribunal Federal atraia para a sua esfera o julgamento no que se refere aos demais. Como também é possível que o Supremo, recebendo ou não a denúncia, dando prazo para a defesa, no caso dos Ministros de Estado, devolva o processo à vara de origem, que seria a 6ª Vara Federal de Brasília, para que lá fossem processados os demais que não tinham status de Ministro na época dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado pelos preciosos esclarecimentos de V. S^e.

O SR. RELATOR (José Lins) — Tendo em conta que o objetivo fundamental desta Comissão é analisar a questão do mercado financeiro, eu apenas aproveitaria a oportunidade para perguntar ao Dr. Pastore quais seriam as indicações básicas de uma orientação para a reforma bancária, tão cogitada já há algum tempo e que certamente vai voltar, como tema importante dentro de algum tempo, sobre o qual talvez o próprio Senado tenha que se manifestar, envolvendo, principalmente, o Banco Central e o Banco do Brasil?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Esse assunto de reforma bancária é um tema que vem, recorrentemente, aos debates.

Ao final da administração passada, nós nos concentrámos, extensamente, na discussão de um projeto de reforma bancária, que depois não foi apresentado. Ele implicava em certas alterações de competência entre o Banco Central e o Banco do Brasil, dentro do sistema financeiro oficial. Portanto, era uma reforma bancária voltada estritamente ao sistema oficial, não ao sistema privado e visava uma separação muito mais nítida de funções, de Banco do Brasil e de Banco Central, fundamentalmente, visava tirar as atribuições do Banco Central, como banco de fomento, passando-as ao Banco do Brasil, que é o órgão muito mais próprio, visava, no fundo, separar um pouco das funções da dívida pública e das operações de mercado aberto, dívida pública como responsabilidade do Tesouro e o Banco Central cuidando das operações

de mercado aberto; visava fazer com que o Banco do Brasil operasse muito mais dentro da função de um banco comercial, sendo, obviamente, agente financeiro do Tesouro Nacional, mas sem aquele acesso à conta de movimento, e, assim, explicitando dentro do orçamento federal as linhas de recursos necessários para quaisquer subsídios que existissem via crédito, ou via compra de produtos agrícolas, ou o que seja e que, portanto, minimizasse o seu impacto dentro do orçamento monetário. Sob esse aspecto, a inclusão disso no orçamento fiscal certamente traria para dentro da esfera do Congresso uma boa parte da responsabilidade no julgamento da própria política econômica, e na formação da própria política econômica, que hoje é feita pelo acesso à conta de movimento, por uma decisão muito mais livre do Poder Executivo. Eu gosto desse tipo de desenho de reforma bancária, embora ela suscite muitas controvérsias e muitas posições antagônicas.

Eu acredito que um debate sobre a reforma bancária, no âmbito do Congresso Nacional, certamente possa contribuir, também, em muito, no sentido de aprimorá-la. Acho esse tipo de reforma bancária necessária. Certamente não posso prever que tipo de resultado vai ter. O Executivo propõe uma discussão de profundidade. Vindo ao Congresso, certamente ela pode receber sugestões e aprimoramento com emendas. Mas eu tenho a impressão de que este assunto, em algum momento do tempo, voltará ao Senado.

Acredito que aquele desenho de reforma bancária, é muito semelhante à estrutura do sistema bancário oficial que existia na origem da concepção de Banco Central. Pena que o Senador Roberto Campos nos deixou neste instante, porque ele foi realmente o autor, junto com o Ministro Bulhões, daquela primeira concepção, que depois foi alterada, muitas vezes, ao longo do tempo. Acho que a volta do assunto ao Congresso pode conduzir-nos a uma reforma bancária que aprimore o sistema bancário oficial.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, de minha parte eu quero apenas agradecer ao Dr. Pastore os esclarecimentos, as informações que nos trouxe, e dizer que estou plenamente satisfeito, como relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aproveitando a indagação do Senador José Lins, eu gostaria de obter a opinião do Dr. Pastore, a respeito da possibilidade de uma maior privatização do sistema bancário com menor interferência do Estado nesse âmbito. Haveria uma possibilidade, V. S.º admitiria essa possibilidade?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Eu acho que há segmentos do sistema financeiro hoje dentro dos quais a privatização é muito difícil. Um banco de fomento, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, é um banco que, por definição, sendo de fomento, depende de recursos do Tesouro. Na verdade, eu acho difícil a privatização de um banco de fomento com as características do BNDES. Como também eu acho praticamente impossível a privatização de um sistema como o Banco Nacional da Habitação, pela função social que o banco desempenha e pelo acesso que necessariamente terá que ter a recursos orçamentários.

Mas a intermediação financeira, comercial e industrial, operando no setor privado, em maior escala, é uma medida desejável. É evidente que o Governo não deve nem pode abdicar de ter instrumentos de ação direta dentro do sistema financeiro, como é o caso do Banco do Brasil. O Banco do Brasil tem uma função fundamental, dentro do sistema financeiro. Na extensão de créditos ao setor privado, ele opera numa forma mista, como um banco comercial puro e como um banco de fomento, também, de forma que ele tem seu local dentro do sistema financeiro.

Eu acho que nós vamos sempre convergir para um modelo de sistema misto, onde boa parte da intermediação financeira será privada, mas certamente nós vamos continuar tendo, e eu acho que é desejável que se tenha, uma participação importante do Estado na condução do sistema financeiro nacional, embora eu rejeite hipóteses extremas no sentido de estatização de pou-

panças, ou de participação muito pesada do Estado no sentido da intermediação. Talvez, nesse híbrido entre os dois extremos, uma participação mais pesada do sistema financeiro privado seja desejável e seja importante.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Nobre deputado Professor Pastore, eu gostaria, para encerrar a nossa reunião, de fazer uma pergunta mais ampla sobre o destino do sistema bancário brasileiro.

Alguns segmentos da classe política chegam a defender a tese da estatização geral do sistema bancário do nosso País. Essa estatização, obviamente, ainda não existe mas está próxima. De acordo com os dados divulgados, pelo menos pela imprensa, a área bancária já está numa proporção de 70 a 80% nas mãos do Poder Público, em todos os seus segmentos. Num país socialista, como a Suécia, socialista e não marxista, a proporção é exatamente inversa, 80% dos bancos da Suécia, se não estou enganado, pertencem ao setor privado e 20% apenas ao setor público. Se nós considerarmos que quem tomou a iniciativa da estatização dos quatro principais bancos da França não foi o Partido Socialista, mas foi o General De Gaulle, e considerando que no Brasil o Poder Público já controla diretamente 70 ou 80% do sistema bancário e o que sobra fica na dependência de decisões do Conselho Monetário Nacional, que costumava reunir-se até na base de "sessão espírita", pelo telefone, sem a presença física dos seus membros, eu pergunto, Professor Pastore, V. S.º detecta uma tendência para ampliação cada vez mais da ação do Poder Público no sistema bancário, ou uma tendência contrária de ampliação da participação do setor privado nessa área?

O SR. AFFONSO CELSO PASTORE — Na colocação de V. Ex.º a respeito da participação do Poder Público no sistema bancário, eu teria alguma observação a fazer. No sistema bancário, a participação do Governo não é de 70%. Se incluirmos o BNDES e se incluíssemos o BNDES, etc. na mobilização de recursos para financiamento, existe uma participação importante. Eu acredito que o BNDES, que é um banco de fomento, e o BNH, que é um banco social de habitação, tenham necessariamente que ter a presença do Governo. Mas na área bancária, ou na área de intermediação financeira, fora essas duas, que são áreas sociais, realmente a porcentagem é exatamente ao revés. Inclusive há um fato importante, o Presidente atual do Banco do Brasil, Camillo Calazans, divulga dados mostrando que o Banco do Brasil tem caído na sua participação como banco comercial, dentro do sistema de bancos comerciais no Brasil, o que mostra que aí há um crescimento relativo do setor privado relativamente a bancos estatais, exclusive os dois bancos de fomento importante que estamos colocando, o BNDES e a Caixa Econômica.

Este é um debate de estatização do sistema que tem muito de implicações econômicas, implicações filosóficas e ideológicas. Um País com um sistema bancário estatizado é um país que, necessariamente, tem que convergir para um grau de centralização de decisões muito maior. É um país que tem que convergir para um repúdio gradativamente crescente a uma economia de mercado e caminhar de forma mais inexorável para uma economia de decisões centralizadas.

O grande debate, consequentemente, é se saber se se deseja uma sociedade de mercado com decisões econômicas livres, como devem ser as decisões, de resto, na área política e social, ou se se deseja um sistema econômico mais centralizado, mais planejado e, consequentemente, também, com centralização de todas as outras decisões, de todas as outras esferas.

Sou francamente crente da idéia de que a eficiência do setor privado é superior à eficiência do Governo em muitos segmentos da atividade econômica, a não ser naqueles segmentos em que, de fato, o Estado tem fundamentalmente uma ação privativa, como aquela na área social.

Não gosto de um sistema bancário centralizado nas mãos do Estado. A experiência francesa é uma experiência ímpar no mundo. É o único país no qual alguma centralização funciona, mas também é uma economia com uma centralização de decisões econômicas muito grande. Coincidemente, ao longo dos últimos anos, depois que a França centralizou o sistema financeiro e partiu para uma estatização maior, também é um país que per-

deu a sua capacidade de eficiência econômica, relativamente aos demais países do Mercado Comum Europeu.

Acho que é preciso prestar atenção a esses exemplos que indicam claramente que um sistema financeiro mais descentralizado é mais desejável, dentro da ótica de que se procura uma economia de decisões livres de mercado, com sistema de mercado funcionando e com decisões econômicas descentralizadas.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Muito obrigado.

Não havendo mais nenhum membro desta Comissão para formular indagações ao depoente, agradeço ao Professor Affonso Celso Pastore a sua excelente contribuição para o esclarecimento dos temas que provocaram a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

12ª REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1985

As dez horas do dia dez de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Cesar Cals, Presidente, Severo Gomes, Relator, João Calmon, Virgílio Távora e Jorge Kalume, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária.

É dispensada a leitura da Ata anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e convoca o Professor Décio Garcia Munhoz, Professor de Economia Internacional e de Política Econômica da Universidade de Brasília e Membro do Conselho Federal de Economia para prestar o juramento de praxe.

Com a palavra o Professor Décio Munhoz discorre sobre o relacionamento entre o Governo Central e empresas estatais.

Antes de facultar a palavra aos Membros da Comissão o Senhor Presidente solicita ao depoente alguns esclarecimentos sobre sua exposição.

Na fase interpellatória usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores Virgílio Távora, João Calmon e, por fim o Senador Severo Gomes na qualidade de Relator.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do ilustre Professor e, em seguida, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, larei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA A MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1985, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR DÉCIO GARCIA MUNHOZ, PROFESSOR DE ECONOMIA INTERNACIONAL E DE POLÍTICA ECONÔMICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals

Relator: Senador Severo Gomes

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião destinada aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a gestão das sociedades de economia mista nas quais a Nação é majoritária.

Em seguida ouviremos o depoimento do Professor Décio Garcia Munhoz, Professor de Economia Internacional e de Política Econômica da Universidade de Brasília e é um membro do Conselho Federal de Economia.

Na próxima terça-feira ouviremos o Dr. José Luiz da Silva Dias, Secretário de Abastecimento e Preços, e em seguida, ouviremos o representante da Vale do Rio Doce.

Convidado o Professor Décio Garcia Munhoz para prestar o juramento.

JURAMENTO

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade — nada omitindo do que seja do meu conhecimento — sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que Investiga a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Professor Décio Garcia Munhoz.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Inicialmente, eu queria agradecer a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata das empresas estatais o Convite, e dizer da honra e da alegria pela oportunidade de poder colocar em debate algumas questões que tenham sido levantadas com relação aos setores da economia, especialmente no relacionamento entre empresas estatais e finanças da União, ou seja, o Governo Central e empresas estatais.

Inicialmente eu apenas lembraria que o problema das empresas estatais é um tema que vai e volta na sociedade brasileira, e, pelo que me lembro, nos últimos 10 anos tem ressurgido uma vez a cada década. A vez primeira vez em que tive conhecimento foi nos anos 60; depois, nos anos 70, e agora volta nos anos 80. Mas normalmente não é que volte o tema à discussão a cada 10 anos, é que a economia brasileira tem sofrido alguma alteração de rumos no meio de cada década, ou dentro de cada década, e sempre que há uma alteração de rumos, se nota o retorno à discussão sobre empresas estatais, especialmente o questionamento quanto à validade do setor estatal na economia brasileira.

Bom. Nós podíamos dizer então que existe alguma coisa relacionada ao ciclo. Quando a economia está em expansão não há uma preocupação maior com relação às estatais, pelo contrário, há uma preocupação de que os investimentos governamentais na estrutura econômica sejam ampliados, porque é a única maneira de que se possa suprir a economia desses serviços e de infraestrutura, evitar o estrangulamento ou evitar uma decorrência nefasta do estrangulamento, que é o aumento dos custos dos serviços e aumento dos custos de produção. Então, uma questão que poderíamos lembrar é, por exemplo, o racionamento energético, do qual se volta a falar agora, quais as consequências que tem para os centros produtivos e para os custos de produção.

No início dos anos 60, quando a economia brasileira entrou em crise, gostaria de lembrar que veio inicialmente um programa e ajustamento econômico, no início de 61, moldado pelo Fundo Monetário Internacional, e que desorganizou a economia brasileira em poucos meses. Foi na gestão do Presidente Jânio Quadros.

Depois disso tivemos o rearranjo institucional da economia brasileira. Evidentemente que este rearranjo se fez dentro do modelo clássico, em que se fechou com o controle dos sindicatos e a redução dos salários dos trabalhadores. Mas estou mostrando que na verdade entramos num processo recessivo depois dos desajustamentos que o programa do Fundo Monetário Internacional provocou na economia brasileira, e aí os espaços para o setor privado diminuíram naturalmente na medida em que uma economia que pouco cresça não dá vazão ou espaço para investimentos.

Nessa ocasião tivemos posicionamentos muitos assim firmes na imprensa contra a estatização, porque o Estado não investe em função da conjuntura. Enquanto o setor privado investe pelas oportunidades de mercado, o Estado investe com vistas a suprir a economia para períodos futuros ou para evitar, exatamente as insuficiências no lado da oferta de itens básicos da infraestrutura econômica. Evidentemente que se o Estado está investindo num determinado momento ou se o setor

privado não está podendo investir por falta de oportunidade de mercado, em época de crise, o setor privado tem a sensação de que os espaços estão sendo ocupados, enquanto que no setor público está investindo para que no futuro não se tenha um estrangulamento na oferta, ou seja, investimentos estatais ele se dá em degraus. Em face do investimento durante um certo tempo, aumenta-se a oferta, e imediatamente, quando se termina uma usina hidrelétrica, passa-se a projetar e a construir uma outra usina hidrelétrica. A incompreensão disso é que tem feito essa ligação entre ciclo e pressões sobre o Governo Central.

No início de 1968, por exemplo, um economista brasileiro de renome, que viria a ocupar postos de relevo num período em que as empresas estatais ampliaram a participação na economia brasileira, ou seja, viria a ser Ministro num período dos anos 70 em que os investimentos estatais se expandiram, dizia, no início de 68, que, no tocante aos investimentos é que o crescimento do setor público foi mais espantoso, não só pelo aumento da formação de capital da Administração centralizada, mas particularmente pela proliferação de autarquias e sociedades de economia mista. Num determinado ponto ele reconhece que é necessária a presença do Estado, mas diz contudo a dimensão dessa tarefa supletiva, ou seja, o papel do Estado suprindo os espaços vazios parece ter sido violentamente exacerbada. Então, no início de 68, a economia brasileira ainda não tinha deslançado junto com a economia mundial, vemos que a discussão era intensa. Em meados dos anos 70, quando a crise internacional exigiu uma redução na taxa de crescimento e, portanto, de oportunidade de investimento, tivemos novamente uma pressão muito grande, em meados dos anos 70, sobre o setor estatal, e agora temos outra vez, coincidindo a fase baixa do ciclo, se podemos chamar de ciclo, com as pressões.

Esse é um aspecto que mostra que não há novidade nessa nova tentativa de colocar o Estado como grande responsável por uma socialização da economia ou riscos desse tipo.

Mas como se tem colocado agora a pressão sobre o setor estatal? É a ligação que se faz entre os déficits públicos e as empresas estatais. Isso ocorre dentro de uma confusão conceitual muito grande. Temos dentro das finanças públicas o orçamento fiscal, o orçamento da União, receitas tributárias e as despesas do Governo. O orçamento fiscal é absolutamente equilibrado na economia brasileira, como tem sido nos últimos 15 anos. Então, quando falamos em déficits, precisamos lembrar que não existem déficits no orçamento fiscal, mas aí vem a outra questão: o orçamento monetário encobriria os verdadeiros déficits do Governo brasileiro, e as estatais, se não recebem dinheiro pelo Orçamento Fiscal, ou seja, se não desequilibram o Orçamento Fiscal, teriam participação no orçamento monetário. Aí verificamos que o orçamento monetário são despesas do Governo realizadas pelo Banco do Brasil e Banco Central e que estão previstas no Orçamento Fiscal. Então, dentro do Orçamento Fiscal, se repasses existem porventura ao setor estatal, ele não desequilibra o Orçamento Fiscal. No orçamento monetário, dispêndios feitos pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil podemos discutir a validade e legitimidade, mas eles estão previstos no Orçamento Fiscal, sempre subestimados pelo Orçamento Fiscal, é subestimado também ou é fundamentalmente subestimado.

Temos, então, em seguida, as estatais e o Orçamento Fiscal. Ora, as estatais recebem de fato recursos do Orçamento Fiscal, mas vamos verificar que é impróprio analisar o setor estatal como um todo, já que existem dois setores estatais: um, a Administração descentralizada; outro, as empresas do setor produtivo. Vamos verificar que, de fato, as estatais que correspondem pura e simplesmente à Administração descentralizada, elas recebem recursos do Tesouro, e não poderia ser diferente, porque as universidades não têm receitas, nem DNER, nem a SUDENE nem a Fundação Habitacional do Exército, citando apenas algumas estatais. A relação que elas têm com o Orçamento Fiscal são relações de repasses normais, e sabemos que muitas delas correspondem pura e simplesmente a uma descentralização administrativa.

As estatais do setor produtivo vemos em seguida que não têm peso no orçamento fiscal. Se estamos tentando ligar déficits públicos com gastos governamentais e estamos dizendo, sem comprovar por enquanto, que o orça-

mento fiscal equilibrado e que o orçamento monetário, as verbas estão dentro do orçamento fiscal, que as estatais não balançam o orçamento fiscal e as estatais do setor produtivo pouco recebem, caímos no último item para analisar os déficits públicos brasileiros, que é a dívida pública, que não entra nem no orçamento fiscal nem no orçamento monetário a rigor. Não entra não por omissão. A dívida pública nunca entrou no orçamento fiscal porque existe uma legislação, a lei complementar de 71, que permitiu que o Governo rolasse a dívida pública e crescesse a dívida pública por fora de orçamento fiscal, cobrindo os próprios encargos e eventualmente cobrisse até déficits do Governo Central, sem relação com o Orçamento Fiscal. É a Lei Complementar nº 12, de 1971. Então, temos a dívida pública durante 15 anos crescendo paralelamente ao orçamento fiscal e sem se relacionar ao orçamento fiscal.

Essa dívida pública — estou distribuindo algumas tabelas com informações — podemos verificar, por exemplo, que em 84 ela cresceu de 90 trilhões de cruzeiros. Por que cresceu a dívida pública? A versão corrente é de que foi para cobrir gastos governamentais, excesso de despesas do Governo. Agora, os dados oficiais indicam que de um crescimento 88,9 trilhões de cruzeiros, em 1984, o Banco Central destinou liquidamente ao Tesouro menos de 1 trilhão de cruzeiros, ou seja, esta tabela nº 1 mostra o crescimento da dívida pública em 1984, e a tabela nº 2 mostra, na última linha, que o Banco Central pagou 3 trilhões de cruzeiros de despesas do Governo e recebeu 2 trilhões de cruzeiros de orçamento fiscal, então, usou menos de 1 trilhão de cruzeiros para cobrir gastos do Governo que deveriam ser cobertos pelo orçamento fiscal.

Apenas lembraria que a Tabela nº 2, na última linha e última coluna, nos dá: Banco Central pagou 3 trilhões de cruzeiros de despesas da União e recebeu da União 2 trilhões de cruzeiros e usou liquidamente menos de 1 trilhão de cruzeiros neste ano. Nos anos anteriores a mesmo coisa. Este quadro comprova, com a reconstituição possível a partir de 1977, que em nenhum ano as despesas do Governo contribuíram efetivamente para o crescimento da dívida pública.

O ano de 1980 é uma exceção, a participação foi maior, foi quase que 15%, uns 13%, porque a correção monetária prefixada conteve o crescimento da dívida pública.

Gostaria de lembrar que esse repasse de 3 trilhões de cruzeiros do ano passado se deu fundamentalmente para capitalização do BNDES e para cobrir subsídios concedidos pelo BNDES. Não foram despesas, digamos, normais do Governo Central.

Se a dívida pública tem crescido independentemente do orçamento fiscal e se tem crescido sem a cobertura do Governo, então, estou querendo apenas comprovar que se existe um problema de déficits públicos no Brasil, é a política de giro da dívida pública. Como a dívida pública vem crescendo independentemente do orçamento fiscal, o setor crescendo sem a cobertura dada pelo Governo, então estou querendo apenas comprovar que se existe um problema de déficits públicos no Brasil é a política de giro da dívida pública. E, adicionalmente, gostaria de lembrar também que no primeiro semestre de 1985 a dívida pública cresceu de 180 trilhões de cruzeiros. Desse 180 trilhões de cruzeiros, o Banco Central utilizou 10 trilhões para a compra de produtos agrícolas, e não pagou o Banco Central, no primeiro semestre de 1985, nenhum cruzeiro de despesas governamentais, ou seja, os juros da dívida pública custou ao Governo, no primeiro semestre deste ano, 170 trilhões líquidos. Foram 180, mas 10 trilhões por conta de produtos agrícolas. Se nós fizermos as contas, vamos verificar que a correção monetária e correção cambial corresponderia, mais ou menos, a 110 trilhões, ou seja, um custo real, acima da correção monetária, de 60 trilhões. Para se ter uma idéia, o orçamento fiscal, a arrecadação fiscal do Tesouro foi em torno de 45 trilhões no primeiro semestre, para efeito de despesas. O aumento da dívida pública foi de 170 bilhões. Então, estou querendo dissociar as estatais dos gastos públicos com base principalmente no que os dados oficiais informam.

Bom, esse não é o objetivo principal da Comissão. Então nós vamos falar sobre a relação do orçamento fiscal em empresas estatais que, talvez, possam trazer informações diferentes.

Quando falamos de estatais, nós devemos aceitar que existe duas categorias nos conceitos introduzidos pelo Ministério do Planejamento, as estatais típicas do Governo e as estatais produtivas. As estatais típicas do Governo são as universidades, escolas técnicas, hospitais que tenham constituição subordinada à direção descentralizada, o DNER, o departamento de Saneamento, o DNOCS, CNPQ, IBGE, IPEA, e até recentemente a Fundação Petróleo Portella também figurava na relação de estatais, que nós chamamos de entidades típicas do Governo. Então, essas entidades sempre estiveram dentro do orçamento fiscal, mas são descentralizadas. Não têm receitas próprias, evidentemente que dependem dos recursos do Tesouro. As outras estatais são estatais do setor produtivo. São as empresas constituídas na forma de S.A., empresas que têm receitas, empresas que, se deficitárias, poderiam eventualmente buscar recursos do Tesouro. Mas, normalmente, pela lei das S.A., se deficitárias, elas incorporam prejuízos ao patrimônio líquido e não refletem no orçamento fiscal.

As estatais típicas são em número de 140, mais ou menos por aí, e essa parte produtiva são 230 e poucas empresas. Sempre quando falamos em estatais produtivas, nós devemos observar que existem 8 grupos que respondem por 85, 90% de todos os valores com que se queria trabalhar no setor estatal produtivo: PETROBRÁS, ELETROBRÁS, SIDERBRÁS, TELEBRÁS, Vale, NUCLEBRÁS, Rede e Itaipu. São 8 grupos que respondem pelos 90%. O resto não é importante em termos de presença na economia ou em termos de investimento etc. Mas se nós temos duas categorias, eu fiz a tabela price para mostrar qual a relação que existe entre o orçamento fiscal e os dados das estatais, de investimentos. Então procurei, com base nas últimas estimativas da SEST, já que os dados foram revistos recentemente para uma maior realidade com relação à previsão inflacionária, ver que pela tabela price, o que passará do Tesouro às empresas estatais em geral serão de 34 trilhões este ano, 34,4 trilhões. Desses recursos, 21 trilhões são de empresas típicas do Governo, e só para universidades e outras instituições ligadas ao Ministério da Educação, 7 trilhões. Então, há uma parte de entidades típicas do Governo que tem investimentos previstos de 4 trilhões de cruzeiros e vão receber 21 trilhões e 900. Isso aí mostra apenas que essas empresas realmente não investem, as dívidas são descentralizadas, têm o custo coberto pelo orçamento fiscal. Depois das estatais de fato, eu separei a área de transporte, mostrando que desses recursos elas irão receber 7 trilhões do Tesouro: Rede Ferroviária, Portobrás e Infraero. A Rede Ferroviária, nós sabemos, está ligada à Ferrovia do Aço, o transporte de subúrbio, a Portobrás, cujos investimentos são praticamente do Tesouro, e a Infraero, não se prevê investimentos.

No caso da Infraero, aparentemente ela não tem as receitas aeroportuárias que cubram as necessidades de custeio. Nas demais empresas do setor produtivo fora da área de transporte, nós estamos vendo que o investimento será de 43 trilhões, e o repasse do Tesouro de 5 trilhões. Duas coisas: o repasse do Tesouro não tem implicações nos investimentos ou o repasso do Tesouro não tem implicações de ordem fiscal, já que os 5 trilhões são pouco significativos e não desequilibram o orçamento fiscal, já que estão dentro do orçamento. Por esse quadro nós podemos enxergar também que os investimentos basicamente estão sendo feitos por 4 empresas: Petrobrás, Eletrobrás, Vale e Telebrás. Elas investem, em conjunto, mais de 30 trilhões de cruzeiros. E outro recurso que tem do Tesouro é no caso da Eletrobrás, de 2,5 trilhões, que aparentemente estaria ligado a um resfriado de capital em função de linhas de transmissão ligadas aos projetos concluídos.

O que nós estamos querendo mostrar aqui, então, é que investimentos do setor estatal produtivo não têm implicações maiores no orçamento fiscal, o que significa que cortar investimentos do setor produtivo não alivia contas do Tesouro. Ai nós devemos voltar a um outro conceito. Por que se diz que com controle dos investimentos nós vamos melhorar as contas públicas? E isso afinal é em razão de quê? O Fundo Monetário Internacional considera o investimento público coberto por recursos de terceiros como déficit público, ou seja, se a Petrobrás descobre petróleo em Campos e compra equipamentos financiados, isso aumenta o déficit público no conceito

do Fundo Monetário Internacional, evidentemente, esse conceito não pode ser utilizado internamente, como tem sido, porque é um conceito que visa a contenção dos investimentos estatais dentro de uma estratégia de contenção do crescimento. Então a estratégia de restrição da economia, recessiva, exige a quebra de investimentos governamentais, porque os investimentos governamentais não são ditados pela conjuntura. A Petrobrás está investindo, apesar da crise, para substituir o petróleo; a Eletrobrás está investindo, porque a economia não está crescendo muito, mas vivemos num processo de produção energética que exige investimentos. A Vale do Rio Doce não está investindo, independentemente da conjuntura, em função de Carajás. Então, observando o setor estatal no momento de uma recessão programada pelo Fundo, nós temos que conter o setor estatal como única maneira de viabilizar o processo recessivo que levaria ao ajustamento do modelo adotado pelo Fundo. Depois dessa tentativa de colocar, abrir o setor estatal e mostrar que os investimentos não têm relação com o Tesouro, praticamente, então nós gostaríamos de comentar uma coisa sobre as dificuldades do setor estatal. É evidente que existem dificuldades no setor estatal. Vamos ver de que natureza são essas dificuldades. Inicialmente seria interessante que a gente coloque a questão do peso do setor estatal na economia. Isso aí volta e meia se pretende dizer que o setor estatal controla 2/3 da economia brasileira. E a informação que nós temos confiável é uma informação que mostra as 400 mil maiores empresas brasileiras no cadastro do Imposto de Renda, o faturamento dessas empresas e qual a participação estatal nesse conjunto. Ora, dessas 400 mil empresas estatais no Imposto de Renda, o faturamento das empresas estatais corresponde, últimos dados disponíveis são de 1982, corresponde a 21%, aproximadamente, do faturamento, 21% das vendas. Se nós tirarmos a Petrobrás, que tem influência do aumento do preço do petróleo nestes últimos 10, 15 anos, nós teríamos; o setor estatal apresenta 15% do faturamento do setor produtivo brasileiro, excluindo a Petrobrás, e com a Petrobrás, 21%. Todos os outros dados nós verificamos com relação a salários, por exemplo, a despesas financeiras, também indicam que a participação estatal é em torno de 20% do setor produtivo brasileiro. Esses dados, os dados do Imposto Renda, são confirmados quando nós examinamos os investimentos da economia brasileira e os investimentos das empresas estatais, que são esses dados que nós acabamos de ver. Então várias formas diferentes indicam que os investimentos do setor produtivo estatal, a participação das empresas estatais é de aproximadamente 20%. Isso não interessa. O modelo teórico é excesso de atividades para cair a inflação e para se ajustar externamente. Há uma tentativa de segurar a economia, e segura-se a economia cometendo gastos governamentais, os vencimentos governamentais, segura-se a economia contendo os investimentos privados, segura-se a economia contendo o consumo. Agora, como que se faz isso? Se nós contivermos o consumo, o setor privado não investe. Então, a política salarial consegue por tabela dois efeitos, o consumo privado e os investimentos do setor das empresas privadas, o consumo das famílias. De fato isto é uma política de arrocho salarial. O governo aumenta os impostos, diminui subsídios, faz desvalorizações cambiais para se vender mais barato lá fora e joga um componente de custo violento internamente. Se joga um componente de custo e a inflação sobe, nós temos que contar com o custo. Então, o modelo se fecha assim de forma dramática quando contém os salários para conter a demanda e ao mesmo tempo o aumento de custo ligado à política econômica, de desvalorizações cambiais, concorrenciais, aumento de impostos etc, ao invés de jogarmos preços da inflação para cima, joga direto com perdas salariais. Como as empresas estatais jogam nesse esquema, no sentido de ela estar prevendo, pois ela tem horizonte diferente. Então, no Fundo joga no mesmo conceito quando segura o único setor que pode investir no período recessivo. Agora, isso aí tem outras implicações. Veja como nós adotamos um modelo como o do Fundo, e voltamos dez anos em termos de produção industrial, nós estamos voltando vinte anos, na verdade. Ainda que nós marchássemos devagar para o futuro, estariam indo à frente. Como nós retrocedemos bastante neste período recente, nós temos uma diferença de vinte anos em termos de crescimento industrial, em termos de porte da indústria brasileira.

Isso aí, é possível que nós não, mas outras gerações no início dos séculos vão ver o posicionamento do Brasil em nível internacional e talvez digam: eles não perceberam que uma economia como a brasileira em termos de população, território e riqueza tinha que sofrer um processo de retensão, porque era vital para o ano dois mil? Então, eu acho que há algo de geopolítico nisso, mas também não sou especialista nisso, não gostaria de avançar. A questão que se coloca então é que a ligação disso ou o orçamento fiscal tem dois propósitos: primeiro, viabiliza o modelo recessivo, que trás danos de longo prazo à Nação. Por outro lado, ele permite que se discuta a questão dos déficits públicos como se fossem impostos pelas estatais, pelo excesso de gastos, e com isso a Nação não consegue perceber que esse problema do crescimento da dívida pública é um crime de responsabilidade e deveria ser tratado como tal. Vejam os Senhores que o orçamento fiscal no ano passado foi de 34 trilhões e a dívida cresceu para 88 trilhões só para gerar os próprios papéis. No primeiro semestre, a estimativa das receitas fiscais foi de 45 trilhões, e a dívida subiu 170 trilhões líquidos, fora os 10 trilhões que foram utilizados na compra de produtos agrícolas.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — O Sr. quer repetir, por favor? Estes dados nós apresentamos e agora vamos fazê-lo respaldados na autoridade de V. S.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Crescimento de 180 trilhões da dívida mobiliária interna e compromissos externos do Banco Central e Tesouro, no primeiro semestre. Destinação de aproximadamente 10 trilhões para produtos agrícolas. Do restante os dados oficiais indicam que nem um cruzeiro foi utilizado para cobrir qualquer espécie de despesas governamentais, em os repasses ao BNDES, segundo os registros do Banco Central, não foram feitos. Significa que o aumento foi de 170 trilhões. Se verificarmos a posição anterior, de aproximadamente 120 trilhões da posição devedora, e se nós dermos a correção monetária de 90% no semestre, que foi aproximadamente isso, devido àquela mudança nos critérios de correção, foi muito acima da inflação, nós temos uns 110 trilhões de correção cambial, monetária etc, o crescimento vegetativo, digamos da dívida, e até 170 trilhões é uma diferença de 60 trilhões de cruzeiros. O crescimento real, custo real muito acima do orçamento fiscal. Então, nós estamos vendo que o problema das estatais, a polêmica das estatais, e da contenção de despesas, além de justificar o problema recessivo, falaciosa mente ele faz com que não se perceba que na relaçao o aumento da dívida pública não tenha relação nenhuma com o Governo. É a capacidade absurda do Banco Central em gerir sem qualquer tipo de responsabilidade perante a sociedade, e creio eu que até o presente o Banco Central agia mesmo a despeito do Ministro da Fazenda e que não abria as informações para o Ministro da Fazenda. Por que que me gera esta convicção? Porque os dados sobre déficits públicos do Ministério da Fazenda incluem parcelas que não poderiam segurar como déficit público nenhum tipo de conceito. Figura como déficit público os saques de entrada de moeda estrangeira; figura como déficit público os juros que entraram na contabilidade do banco Central como despesas financeiras; figura como déficit público as operações do banco do Brasil. Nesta confusão conceitual, não se discute o essencial. Então, acho eu que essas questões todas estão ligadas a dois objetivos: um, que não se perceba isso, e o outro, para justificar o problema recessivo.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Bem, meu caro professor, o senhor que é tão incisivo nas respostas me laeu a resposta, agora, desculpe de lhe dizer. Eu queria que o senhor me explicasse, no alto da sua sapiência, como se pode apresentar corte de um déficit público — não vou discutir se o déficit está bom ou mal calculado, está apresentado, está X. O Senhor sabe eu não sou estatizante; sou mais privatista do que estatizante, mas acho que o que estão fazendo aí é para enganar os incertos. Isto não vem de hoje, vem de algum tempo. Como eu diminuo o déficit público captando investimento numa estatal produtiva, sendo empresa de economia mista?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — E não há relação, realmente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não pode haver. O Senhor tem que concordar que isto daí não sei como se apresenta de público. Agora, V. S^a que é tão bem informado das coisas do Banco Central, sabe dizer se já foi dado a luto o conjunto de dados para a composição desse célebre déficit de caixa do mês transato, do mês de agosto? O Senhor tem alguma notícia a respeito?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Os dados de agosto mostram já uma diminuição aquilo que atribuíam a colocação de papéis para a cobertura do déficit. Então os dados de agosto indicam uma estimativa de 15 trilhões. É uma quadro diferente, agora, onde as estatais entram não só pelo aumento do passivo, mas entram também pelos valores dos títulos em carteira, aplicações em títulos.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Então, vamos confrontar quantidades heterogêneas agora?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Isso teria que haver uma revisão total de conceitos, porque inclusive nós poderíamos pura e simplesmente dizer assim: dívida pública é isto: tirei dez trilhões para dar ao Banco do Brasil e aos bancos privados para comprar produtos agrícolas e vamos ver o restante. Poderia ser feito pura e simplesmente assim, restante, eu poderia dizer que no Banco do Brasil os depósitos à vista e a prazo subiram e o Banco do Brasil atendeu as demais necessidades sem alcançar os recursos do Banco Central. E o MF 30, que é uma parcela que cresce muito, de repasses do Banco Central, não sai da dívida pública, é um jogo de contas. O Banco Central cede o Banco do Brasil, o Banco do Brasil cede às empresas e as empresas depositam no Banco Central.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — O Senhor está informado de quanto foi este mês o MF 30? É evidente que o investimento vai crescendo devido à incorporação dos custos financeiros. Eu não tenho dados sobre isso, mas há uma estimativa de que seria da ordem de 4 ou 5 bilhões de dólares o acréscimo de custos incorporados nos investimentos dessas empresas, evidentemente que umas empresas foram inviabilizadas no sentido de que dificilmente retornará ao equilíbrio, a menos que o Tesouro Nacional cubra a diferença de custo para restabelecer as condições de equilíbrio que orientaram os orçamentos.

Temos dois casos: ELETROBRÁS e SIDERBRÁS são os casos particulares, Tubarão e AÇOMINAS, dentro da SIDERBRÁS, são casos especiais. Se nós olharmos a tabela 6, eu vi a ELETROBRÁS e a SIDERBRÁS para verificar o que está acontecendo com estes dois grupos. E nós vemos que, quanto a lucros, na área da ELETROBRÁS os balanços das empresas que não são dados à SEST indicam que todas são lucrativas, com exceção da Paulista de Força e Luz, ou melhor todas foram lucrativas no ano de 84. Agora, as empresas que tiveram um crescimento muito grande em 82/84 no endividamento, as dispensas financeiras também cresceram mais que proporcionalmente a inflação, e os lucros foram restabelecidos com a política de recomposição de preços de 84 em relação a 83. Sobre o grupo ELETROBRÁS, nós estamos vendo que problemas de equilíbrio assim ou desequilíbrio não tem segundo os dados do balanço. Já o Grupo SIDERBRÁS mostra que a Açominas de Vitória e USIMINAS foram empresas lucrativas em 84, que foi um ano favorável as empresas estatais e favorável em especial a todo o setor produtivo. O lucro das empresas privadas mostram uma recuperação espantosa em 1984. Assim mesmo nós temos apenas essas com lucros e essa previsão em Tubarão e na Siderúrgica Nacional. Nós estamos vendo que a dívida do setor cresceu bastante, as despesas financeiras, de 600 bilhões, passaram para mais de 2 trilhões, e assim mesmo os prejuízos, digamos, diminuíram muito. Mas, evidentemente, este setor está desequilibrado, por que o desequilíbrio desse setor e por que os problemas da ELETROBRÁS e SIDERBRÁS? Se nós formos verificar a política de preços do Governo, talvez nós encontraremos um pouco de resposta. Os produtos siderúrgicos, pelos dados da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, indicam uma queda de preços reais em 77 e dezembro de 84, de 52%, ou seja, o preço real passou a 100, em 77, para 47,5, em 1984, em dezembro. Em junho de 85, havia caído um pouco mais; representavam aproximadamente 44% do preço real de

1977. Os produtos siderúrgicos, a agregação da fundação é ferro, aço e derivados.

É reconhecido que o setor estatal tem tido preços políticos, que tem provocado as dificuldades de auto financiamento, e que isto tem sido uma maneira de subsidiar o consumo e subsidiar as exportações. Parece-me que teria havido um pouco de exagero na fixação de preços políticos, na medida em que as empresas perderam a capacidade de autocapitalização e avançaram em endividamento, impossível de ser mantido ao longo do tempo. Na era energética, nós não temos índices de preços de energia elétrica. Eu não tinha dados disponíveis, porque eles entram no custo de vida, no agregado também e entram apenas no consumidor. Então, eu calculei os preços em função de dois elementos: o consumo de energia elétrica no Brasil, publicado mensalmente no boletim do Banco Central e as receitas operacionais do Grupo ELETROBRÁS. Calculei um preço médio e deflacionei. Verifiquei que os preços médios do quilowatt, de 80 a 84, caíram de 100 para 41, ou seja, uma redução de 38%, aproximadamente. Esse critério é um critério que evidentemente não leva a cálculos exatos, eu o usei na falta de informação. Mas é um indicativo seguro de que houve uma queda real muito grande no preço médio da energia elétrica, também subsidiando o setor produtivo, e talvez um setor especial, como o de alumínio. Mas a queda foi mais ou menos parecida com a queda dos preços dos produtos siderúrgicos. Então a política de preços era incompatível com o nível dos vencimentos e os custos dos capitais de terceiros assumidos por essas empresas estatais. Isso ai pode ser confirmado pela última tabela, que é a Tabela 7, o total do setor estatal produtivo a ELETROBRÁS e SIDERBRÁS juntas. Esse quadro não é um quadro de balanço, é um quadro de caixa. Então ele mostra a necessidade de recursos de terceiros. Podemos verificar, por exemplo, que depois da linha 03, como subtotal, resultado operacional fora os encargos de capitais financeiros, tanto a ELETROBRÁS tem um grande excedente, como a SIDERBRÁS, e o setor, como um todo, 77 trilhões. Como não dobramos os encargos de capitais, os encargos financeiros, nós estamos vendendo que dado o elevado volume dos encargos financeiros da ELETROBRÁS e SIDERBRÁS, elas ficam com um prejuízo líquido negativo. Nesses dados aqui já se descontou o Imposto de Renda, de acordo com os critérios da SFST, ou seja, no futuro haverá prejuízo do Grupo ELETROBRÁS e do Grupo SIDERBRÁS, mas isso como um todo tem uma sobra de 25 trilhões. Como investimentos, estamos vendendo que faltam recursos à SIDERBRÁS e ELETROBRÁS.

O setor estatal como um todo é altamente lucrativo, mesmo não incluindo o sistema financeiro. Mas quando se fala em amortização da dívida, nós temos problema graves nas áreas da SIDERBRÁS e ELETROBRÁS, e setores, como um todo, não têm recursos disponíveis para investimentos.

Aí vem na linha 08 a operação de crédito, 20 trilhões, aproximadamente, e 85, no caso de SIDERBRÁS e ELETROBRÁS, trilhões, no caso geral do setor produtivo estatal.

Eu queria lembrar que 63 trilhões, a uma taxa média de câmbio de 6 mil cruzeiros, corresponderia a 10 bilhões de dólares mais ou menos de captação líquida. O total de capacidade de investir seria de 11 trilhões, da ELETROBRÁS, e 68 trilhões no grupo total. E estamos vendendo lá embaixo uma parte é de investimento, mas no setor estatal como um todo há uma grande variação de encaixe, o que significa em situação provisória ou as empresas estão sendo obrigadas a comprar papéis do Governo, empresas mais capitalizadas. Esta tabela oito mostra, então, conjugado com a anterior, que não é um problema de prejuízo das empresas, é um problema de incapacidade de anterior, eles indicam que é problema de desequilíbrio financeiro das empresas, mas há uma capacidade de autocapitalização, inclusive para atender aos investimentos, que no setor siderúrgico são pequenos, mas no setor elétrico são bastante grandes, como mostra o final aí.

Então, discutiríamos alguma coisa, para não tomar muito tempo, sobre o futuro das estatais, o que é relevante quanto à questão das estatais. O primeiro ponto que ela tem é o risco do modelo de gestão, nós estamos vendendo que nós partimos aparentemente de um modelo de

gestão de excesso de autonomia das empresas estatais. E nós corremos um risco de cair num posto, que é excesso de dependência, a órgão de controle, e eventualmente excesso de dependência política do Congresso Nacional. O modelo que evidentemente se procura não é o anterior, de excesso de autonomia, nem é o do modelo absoluto sobre as decisões empresariais, porque a responsabilidade da gerência é vital para que se possa obter uma eficiência operacional das empresas.

Fala-se sobre a desestatização das empresas governamentais. Existe uma proposta que tem sido veiculada que evidentemente é uma proposta, no meu modo de ver, inaceitável. Fala-se que como a dívida pública cresceu demais, o Governo deveria entregar as estatais agora em pagamento da dívida pública, entregando ações ou colocando ações no mercado, abrindo mão do controle. Ora, é evidente que se a dívida pública cresceu, tendo em vista a especulação financeira desenfreada e irresponsável, e chega ao ponto de subir um trilhão e meio por dia no primeiro semestre, um trilhão e meio por dia no segundo semestre, nós podemos pretender entregar as estatais para cobrir aquilo que foi fruto de especulações financeiras.

Eu acho que se o Estado agiu mal, devido à liberdade absurda que o Banco Central tem tido na administração da dívida pública, a questão da dívida pública deve ser solucionada do mesmo modo como ela surgiu: solucionada por processo à parte e quando digo a parte, eu quero dizer também que é inaceitável que se tente dentro do modelo mais recente enviado ao Congresso, jogar o custo do giro da dívida pública no orçamento fiscal, que pura e simplesmente paralisa o Governo.

É evidente que me parece que há um consenso generalizado de que se pode e se deve vender a muitas empresas do Governo.

Agora, vender às empresas do Governo significa que o Governo deveria e poderia se desfazer das empresas que recebeu a contragosto. Nisso há um consenso que me parece generalizado, com exceção de uma COSIPA, que ele recebeu a contragosto, mas que hoje faz parte do complexo siderúrgico, e não há interesse para o setor privado investir numa unidade como a COSIPA. Cederam ao Estado quando não quiseram investir. E o caso da ACESITA também. Então de um modo geral, as empresas que vieram à força para o Governo, acho que não haveria problema nenhum em que elas fossem vendidas. Agora, venda de empresas para cobrir dívida pública ou venda de empresas para a privatização via Bolsas de Valores, me parece que é uma proposta no mínimo discutível.

Como nós vamos resolver o problema de capitalização das empresas se temos questões graves em algumas áreas — SIDERBRÁS, ELETROBRÁS? Aí temos 3 aspectos diferentes: o caso de Tubarão e a Acominas, que requer uma solução particular. Se os custos financeiros inviabilizarem economicamente as empresas, elas terão que ter uma reposição por parte do Governo Central. A capitalização por empresas que não tenham atrativos se torna difícil, como é o caso das empresas que estão com problemas na área da SIDERBRÁS. Mas evidentemente que se as empresas estatais lucrativas lançasse ações e se tornassem sócias das empresas estatais descapitalizadas, poderíamos ter uma solução. Empresas como a Vale do Rio Doce, a PETROBRÁS, o Banco do Brasil e outros ampliassem o seu capital e fizessem maiores investimentos, ou seja, capitalizando essas empresas para que se tornassem rentáveis, seria um mau investimento a curto prazo. Haveria a possibilidade de colocação de boas ações dessas empresas líderes, que poderiam se ajudar na capitalização do setor estatal desequilibrado.

Agora, duas questões: por aí não dá para capitalizar as empresas, porque a massa de recursos é muito grande. Segundo, não se pode defender o lançamento de ações para capitalizar esses setores se esse lançamento de ações pode provocar um desajuste na Bolsa de Valores ou no mercado de capitais, ou seja, o lançamento de ações em volume muito grande pode trazer puro e simplesmente os aportes novos de poupança para empresas estatais, e evidentemente acho que as empresas estatais, além de todo o serviço que prestam no sentido de suprir a estrutura econômica, acho que elas prestam um serviço adicional, que é atrair para a Bolsa de Valores as poupanças privadas, no sentido de abrir espaço para que as empresas privadas lancem ações também.

Então qualquer lançamento de ações de empresas estatais, mesmo que sejam as *blue chips*, as empresas líderes, deveria ter um tipo de estratégica que não fosse a capitalização do SIDERBRAS ou da ELETROBRAS. Mas ajudar na capitalização desde que preservada uma ação, em que o crescimento de ações estatais colocadas no interior criasse um vácuo para que as empresas privadas pudessem também lançar ações. Fora disso nós marcharíamos no sentido de ampliar a participação das empresas estatais no sistema e começariam encontras resistência para defender aquilo que se defende, que é a participação das estatais nos setores-chaves da estrutura econômica, do setor estratégico.

Esse é um aspecto. O aspecto final é o controle das empresas. O controle das empresas envolve duas questões diferentes: controle político e controle administrativo. E nós sabemos que as empresas estatais estiveram muito fora de controle no passado. O controle político envolve o papel do Congresso. É evidente que não podemos deixar o controle das empresas apenas na área tecnocrata, ou seja, na área executiva. O Congresso tem um papel muito importante. Acho eu que o Congresso deveria, o Senado deveria nomear não a diretoria de empresas estatais, mas no mínimo o Presidente deveria ser submetido à aprovação do Senado, a aprovação de dirigentes, para que tenham uma responsabilidade não apenas com o Ministro que esteja eventualmente ocupando determinado cargo, mas tenha uma responsabilidade política perante a sociedade.

A aprovação de plano de expansão me parece também uma questão que deveria merecer o controle político do Governo. E planos de expansão, eu não digo a aprovação de um orçamento com base na inflação de 100%, quando os custos vão subindo 200% e a empresa paralisa os investimentos. O plano de expansão é em termos físicos: deveria ser submetido ao controle político, porque só assim é que poderíamos ter certeza de que o setor estatal vai-se fazendo presente nas áreas que se pode defender.

Aprovação de aumento de capital das empresas é também outra questão que me parece que deveria depender de aprovação política. E uma outra questão política de extrema importância é a contenção da capacidade de proliferação das empresas, a contenção da capacidade de autoproliferação, ou seja, quando uma empresa estatal precisa criar uma empresa estratégica, essa é uma questão que deveria ser decidida politicamente, e não quando a empresa estatal observa que tem resultados próprios, lucros, ela justifica com isso a criação de uma empresa estatal.

Esta questão de proliferação me chama a atenção porque quando falei em capitalização esqueci-me do item principal de capitalização. Falei em cobertura de prejuízo de Tubarão e Açominas. O lançamento de ações de empresas líderes. Mas o que acho mais importante na capitalização, é o seguinte: o setor estatal tem uma margem de lucros muito grande, e essa margem de lucros deveria ser dirigida prioritariamente para a capitalização das empresas que estão com excesso de recursos de terceiros, que é o caso do Grupo SIDERBRAS e ELETROBRAS. O setor estatal como um todo, no ano de 1984, deve gerar lucros de 30 a 40 trilhões de cruzeiros. Ora, lucros gerados na PETROBRAS, fundamentalmente, na Vale do Rio Doce, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e na ELETROBRAS. Algumas empresas, como é o caso da ELETROBRAS, deveriam jogar os recursos na própria área. Mas nem sempre se devia ter um programa de investimentos com esse Fundo de Dividendos, e fazer uma alocação nos setores que mais precisassem de capitalização. Se o setor estatal deve dar um lucro mínimo de 30 trilhões este ano, nós podemos imaginar que a participação acionária da União vai permitir uma receita de uns vinte trilhões de cruzeiros.

É certo que a distribuição é feita no ano que vem. Mas o Governo pode determinar, como acionista majoritário, o máximo de distribuição, e o máximo de distribuição significa o máximo de dividendos na mão do próprio Tesouro Nacional. O caso do Banco do Brasil, por exemplo, da cada 100 de lucros gerados, fica liquidamente na mão de acionistas privados, aproximadamente 6%. O restante, para o Imposto de Renda e Fundos e Provisões de Participações Acionárias fica no próprio setor do Governo. Então estamos vendo que se o Governo conseguir, digamos, 15 trilhões de recursos que seja, é um re-

forço muito grande para a capitalização dos lucros SIDERBRAS e ELETROBRAS, e muito mais importante do que seria possível conseguir via lançamento de ações. Mas isso estaria conjugado com o controle político em que as empresas não poderiam se expandir e criar novas empresas satélites pura e simplesmente porque tiveram lucros. O lucro deve ter uma destinação política.

Quanto ao controle administrativo, que é outro aspecto, esse evidentemente não pode passar pelo Congresso. O controle administrativo não pode ser feito via um órgão do setor da área executiva. Não pode um dirigente de empresa estatal, quando recebe um insumo com preços diferentes daquele que está no orçamento, telefonar para um tecnocrata para saber se recebe os insumos ou não, enquanto isso paralisa a produção. Mas evidentemente tem que ter o controle administrativo.

O Conselho Fiscal, nós sabemos, a experiência indica, não é uma instituição que possa exercer o controle administrativo. Pode haver a posteriori decisões administrativas, mas as empresas que são grandes complexos de empresas estatais, as grandes empresas privadas estatais, que são grandes complexos, e o Conselho Fiscal não consegue ingressar nos membros da empresa para saber realmente, para analisar o caráter das decisões. O Conselho Administrativo também não tem como, porque o Conselho Administrativo está mais na área de controle político, que é um papel que caberia mais ao Congresso, e o Conselho Administrativo não tem tido uma composição com a participação da sociedade, que dê assim maior legitimidade às suas decisões. A auditoria externa me parece que é útil e necessária. Mas não tenhamos ilusões também que os auditores externos não conseguem entrar nos detalhes das decisões administrativas.

É isso que me leva ou tem-me levado a pensar que o Conselho Administrativo para se completar deveria recorrer a um modelo que foi usado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Ele colocava na diretoria das empresas governamentais um elemento indicado pela oposição. Isso me parecia e me parece muito importante no sentido de que as discussões feitas na mesma diretoria serão discussões abertas e se reduzirá a capacidade de um determinado Ministro determinar a um Presidente de uma empresa estatal que aprove isso ou aquilo numa reunião de diretoria se aquilo não está de acordo com o que seja o interesse da Nação.

Então, essa questão da composição de elementos da Oposição na direção de empresas estatais, há muito tempo tenho pensado e defendido isso, me parece que seria a solução para o controle administrativo e para que se desse transparência às ações administrativas do setor estatal.

Para finalizar, gostaria apenas de reforçar a minha preocupação de que o controle político deve ser exercido. Agora, a flexibilidade operacional é vital para que não levemos a um processo ainda mais profundo de deterioração das empresas, deterioração pela incapacidade de tomar decisões administrativas.

Eram estas as questões que eu tinha a apresentar.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Gostaria de agradecer V. Sr a exposição.

Antes de facultar a palavra aos inscritos, o próprio Presidente da Comissão tem umas três questões a levantar.

Na realidade, entendemos que no quadro nº 06 os resultados devem ser econômicos e não financeiros. Tenho dúvida se no quadro nº 06 não estaria incluído como lucro a correção do ativo, mesmo porque o quadro nº 07, mostra na quinta linha, logo abaixo da quinta linha, que o lucro líquido é negativo, do grupo da ELETROBRAS, e no quadro nº 06 mostra que é altamente positivo.

Então acho que a correção do ativo deve estar omitido no quadro nº 06, ou seja, seria um lucro de papel. Sempre questionei o lucro das empresas estatais, como a Eletrobrás, que tem um preço que é hoje 40% do que deveria ser em 1977, segundo informações do Professor Décio Garcia Munhoz. Acho esse lucro de papel, por outro lado, ainda estaria no quadro nº 06, "receitas não recebidas". Há organismos que no setor público devem às estatais e estariam computados como receita o que não foi recebido.

No tocante à observação sobre a NUCLEBRAS, eu não poderia deixar passar, porque o Professor Décio

Munhoz falou em vender bomba atômica. Na realidade, a NUCLEBRAS não se destina a isso nem é da política brasileira de energia nuclear fins bélicos, mas somente fins pacíficos. A Nuclebrás deve-se preparar para dar lucros, porque ela vai vender energia à ELETROBRAS com as empresas em operação. Há a Nuclemon, que era deficitária e passou a ser superavitária nos dois últimos anos, e a Nuclep, enfim, que é fabricante de componentes pesados. Então, a Nuclebrás é realmente do setor produtivo. Se ela está numa fase de investimento, é claro que a de Itaipu também está numa fase de investimento maciço.

A terceira observação é que, realmente, quando Ministro das Minas e Energia, eu pensei que para dar responsabilidade ao Ministro sobre a gestão das estatais, não pode pensar em dar ordens ao Presidente, isso não existe. A relação entre o Ministério e as empresas estatais se faz através de uma assembleia geral. É como um acionista majoritário. Então o modelo mexicano deu a presidência das empresas estatais ao Ministro. Estou de acordo em colocar um elemento da Oposição no conselho administrativo, porque ali se teria um controle por parte da política do Governo, uma vez que as estatais tendem a ter uma profunda autonomia e procuram fazer como fossem uma sociedade em que o acionista maior fosse privado. Então, o Governo teria a influência da política e a Oposição o controle administrativo. Esse creio que é o modelo mexicano e que nós num certo momento procuramos introduzir na gestão administrativa das estatais, e que teve uma pronta reação das estatais, porque quem fugiu do controle até do próprio Governo.

Na realidade, a primeira pergunta é uma indagação, e a segunda é só uma observação à palestra do Professor Décio Munhoz.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — O ex-Ministro Cesar Cals tem razão. Os quadros nºs 06 e 07, um é de balanço e o outro de caixa. O segundo visa mostrar a incapacidade financeira no uso de recursos de terceiros, e a outra é de balanço, agora, no balanço inclui as correções de ativo e passivo. Sobre as correções do ativo e passivo, se imaginarmos uma empresa que tenha todo o passivo de terceiros, essa empresa tem todo o passivo corrigido automaticamente quando se corrige a dívida em dólares ou em ORTN. O balanço vem, corrige o ativo e reduz o lucro ilusório ou melhor, corrige o passivo e restabelece as condições, zera, não dá nada de lucro, e corrige a dívida, corrige o ativo imobilizado, fechou. Agora, uma empresa que tenha patrimônio líquido e capitais de terceiros, a correção do ativo acaba dando um lucro ilusório, porque apenas parcialmente o passivo está corrigido. Então, vem e se corrige o patrimônio líquido, ou seja, se reduz o lucro ilusório. Então, estamos vendendo que a correção, na verdade, é uma maneira apenas de restabelecer a inflação zero. Aparentemente, é um lucro de papel. Mas se temos no passivo um aumento de débitos junto a instituições financeiras, a correção do passivo vem e anula. Agora, quando esses valores não são devidamente iguais é que temos diferenças que podem dar prejuízos ou lucro. Por exemplo, no balanço do Banco do Brasil a correção monetária provoca uma redução do lucro em 50%, ou seja, o lucro, se mantido sem a correção monetária, provocaria uma distribuição indevida de dividendos. Então, feitas as correções, se reduz o lucro em 50%. Então, estamos vendendo que a correção pode ter um efeito negativo ou positivo, evidentemente dependendo da relação capitais de terceiros, patrimônio líquido e ativo.

A questão de receitas não recebidas de fato figura, e sabemos o caso da PETROBRAS, que confessou que este lucro que deu ela considerou como se tivesse recebido os reajustamentos normais no balanço que encerrou recentemente, se bem que o valor é muito pequeno, menos de 1 trilhão de cruzeiros, pensei que fosse muito mais. De fato isso influencia. No caso da PETROBRAS, o lucro acho que foi de 4 trilhões e 900 bilhões de cruzeiros, e na contabilidade tem menos de 1 trilhão de cruzeiros como crédito da PETROBRAS junto ao Tesouro pela subestimação dos preços.

No caso da NUCLEBRAS, eu apenas queria dizer o seguinte, quando falei na NUCLEBRAS, eu queria dizer que quando é desenvolvimento de tecnologia de ponta, o Estado tem que assumir com recursos de Orçamento Fiscal, a responsabilidade pela pesquisa. Não pode dar a

uma empresa, eu quis dar ênfase a isso. Como se faz, por exemplo, com a EMBRAER. Se vai desenvolver um projeto, tem que ser coberto. No caso da NUCLEBRAS, eu não sei até onde ela tem gastos, mas uma boa parte dos gastos são gastos no desenvolvimento tecnológico, e o Estado devia assumir no Orçamento Fiscal essa responsabilidade.

Na relação estatais — Ministérios, parece-me que ela varia muito de área para área. O ex-Ministro Cesar Cals, com a experiência dele, diz que as relações são assim de mando. Agora, em algumas áreas de fato existem essas relações. O Ministro controla as decisões administrativas e a assembleia geral depois com os votos da União.

Agora, o modelo que eu, por exemplo, tenho pensado muito nele não é de dar as empresas estatais à Oposição, mas de oferecer à Oposição a indicação de um diretor para participar das decisões e sentir o tipo de decisão. Então é uma maneira de dá transparência.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Professor Décio Munhoz, inicialmente gostaria de parabenizar o senhor, porque quando nós discutimos essas questões, quando aqui a economia é jogada a um tablado, conceitos opinativos são muitos, mas geralmente seus autores gostam de fugir dos números mais tarde e V. S^e seguiu o caminho contrário, a nosso ver, o certo. Aliás não é de hoje que perseguimos suas idéias através do seu artigo.

Gostaríamos de fazer algumas alegrias a sua pátestra, que foi um verdadeiro discurso aqui que, aliás, nos encantou.

Controle administrativo das estatais. V. S^e propõe, baseado nos exemplos do passado. Eu posso dizer o testemunho a V. Ex^e que esses exemplos funcionaram bem direitinho pelo menos aqui na posição de Brasília, por coincidência fomos um dos representantes da Oposição da campanha estatal que construía Brasília, a NOVACAP, na direção. E, pela lei, a proporcão era até muito generosa para a Oposição. Hoje em dia, com esses loteamentos que nós vemos, de todos esses cargos, acredito que seja possível. Mas 2/3 da direção daquela estatal e a Presidência eram entregues ao Governo e 1/3 à Oposição. Graças a isso, pensamos nós e nobres colegas que muitas coisas foram evitadas.

Mas V. S^e vê possibilidade de cada vez mais a política intervir no futuro na distribuição de todos esses cargos? Segundo: nós somos defensores, aliás apaixonados, portanto, sujeitos da sua idéia, no sentido de as grandes empresas estatais, que têm realmente lucro, que têm lucro, não lucro de papel, distribuirem esses lucros na aquisição de ações daquelas outras companhias, daquelas outras empresas que estejam com dificuldades. Mas como compadecer dessa idéia com a atualmente, pelo menos de público tornada pelo Governo, de fazer essas empresas aplicarem seus lucros na aquisição de Letras, ORTN do Tesouro Nacional. Estas foram as primeiras perguntas, e, conforme as respostas, passariamos à segunda em seguida.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Sobre a questão da participação da Oposição, nessas empresas no momento a sociedade é chamada para discutir exatamente qual é o modelo político que se terá no País no futuro. E o debate da Constituinte é exatamente uma tentativa de encontrar novos caminhos ou reencontrar os caminhos. Então a gente vê que o País aparentemente está aberto exatamente a propostas, à discussão de propostas que ensejam um melhor reordenamento das relações dentro da sociedade. É nessa oportunidade que eu vejo a possibilidade de que se possa encontrar um modelo de participação na administração de empresas estatais diferente do passado recente, onde a força, o poder, assim, do Governo Central foi absoluto sobre a sociedade. Então a tentativa de reencontrar no passado uma solução é uma tentativa de encontrar um modelo para o futuro diferente do passado recente. Se estamos com o espírito aberto, com a sociedade procurando novos caminhos, e se a gente tem necessidade realmente de defender a presença do Estado na economia, nos setores estratégicos, então eu acho que temos exatamente de eliminar aquilo que sejam os pontos mais frágeis da presença do Estado. E um dos pontos mais frágeis estaria ligado exatamente à

capacidade quase que absoluta de autogestão que se teve no passado. Então é por isso que acredito que politicamente seria desejável, seria possível na medida em que nós estamos exatamente discutindo a Constituição, discutindo o futuro.

Agora, a questão do fundo comum, acho que é muito importante a observação de V. Ex^e por uma razão: é porque me permite reabrir e colocar novamente a discussão sobre a origem da dívida pública.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Vai ser o terceiro assunto.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Como?

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Felicito V. S^e, porque vai se justamente a resposta do nosso questionamento.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Acho, por exemplo, que nós não podemos obrigar empresas a aplicar seus recursos no open. Primeiro, pelo seguinte: porque uma boa gestão financeira obriga a empresa a maximizar a rentabilidade e todo o disponível que tenha. Então as empresas normalmente já estarão mantendo, no giro de curíssimo prazo, uma remuneração absurda que o Banco Central vem concedendo, mas elas mantendo no giro de curíssimo prazo as disponibilidades, os encaixes. Agora, quando se fala para colocar os recursos no open, a gente tem impressão que está se falando que as empresas devam postergar pagamentos ou coisas desse tipo, para maximizar recursos no open, e realmente não tem sentido. Agora, os lucros gerados são lucros que vão capitalizar a empresa ou são distribuídos aos acionistas. E eu tenho impressão que muitas das empresas estatais poderiam, durante uns dois exercícios, maximizar a distribuição para permitir um remanejamento de recursos, sem com isso afetar o futuro das empresas estatais que não possam autocapitalizar-se, e efetivamente nós estariam dirigindo os recursos das empresas com menores problemas de capitalização ou nenhum problema, para as empresas necessárias. Então esse remanejamento poderia ser feito. No esquema atual, que é um esquema que não se consegue entender bem, algumas empresas podem ficar com os recursos, independentemente de necessidades comprovadas ou não. Outros recursos são recebidos com uma desfasagem pelo Tesouro da União e jucados na vara comum do Orçamento Fiscal, e não sabemos qual a destinação final que se dá não há uma transparência das informações, porque sabemos que o Banco Central é uma caixa de segredos. Quer dizer, nas contas públicas deste País tenho impressão que ninguém conseguiu entrar até hoje. Então, diante disso, a gente verifica que de fato precisava fazer, ter um esquema diferente com relação ao lucro das estatais, e poderia tentar-se um reordenamento disso exatamente no momento em que algumas empresas geram grandes excedentes e outras empresas necessitam urgentemente de recursos.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Professor, embora não seja realmente o objeto do depoimento de V. S^e, mas V. S^e tocou no assunto, é esse que hoje parece que está prenchendo a atenção de todos aqueles que se debruçam sobre as nossas aflições financeiras, que não são poucas. O problema da dívida, em termos frios, — apenas discutiremos depois um pouco mais os montantes da dívida — em termos gelados, essa estratégia de cortar de uma empresa de economia mista, fazer um corte nos seus investimentos, empresa de economia mista do setor produtivo, em que vai diminuir esse déficit? V. S^e me desculpe, porque até o dia de hoje sou engenheiro com tintura de economista, mas V. S^e, com toda a sua ciência econômica, pode explicar direitinho como se faz essa mágica? A não ser por esse emprego indevido, vejo como uma vizão para canalizá-lo para letras do Tesouro, fora disso, uma vez que não ia diminuir, ia cobrir o déficit, como confundir alhos com bugalhos?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — O ilustre Senador foi líder no Senado, e, se me permite dizer, um competente líder, tratava dos assuntos econômicos. Então acho que eu deveria tomar as lições com V. Ex^e e não o contrário. Mas essa questão, de fato essa confusão conceitual está muito ligada àquele problema de que o programa de ajustamento do Fundo parte do suposto de que existe um excesso de demanda agregada. As pessoas estão consumindo muito, as empresas estão investindo

muito, o Governo está gastando muito. E com isso há uma inflação e um desequilíbrio externo. Eles desconhecem que nós estamos com 9 milhões de desempregados, acrescidos neste período recente, fora os que nós tínhamos. Se a indústria tem uma capacidade ociosa de 25%, isso não interessa, o modelo teórico é excesso de atividades, para cair a inflação e para ajustar externamente. Bom, isso ai leva a uma tentativa de segurar a economia, e segura-se a economia contendo os gastos governamentais, os investimentos governamentais.

Os dados do imposto de renda são confirmados quando nós examinamos os investimentos da economia brasileira e os investimentos das empresas estatais, que são esses dados que nós acabamos de ver. Então várias formas diferentes indicam que o investimento do setor produtivo estatal, das empresas estatais, a participação das empresas estatais é aproximadamente 20%. Bom, este setor estatal teve uma expansão, nos anos 70, e essa expansão foi ditada fundamentalmente pelo crescimento rápido da economia brasileira. Nós vimos, por exemplo, a modernização na área de telecomunicações, a expansão da geração de energia em função do rápido crescimento, a expansão da PETROBRAS após a crise do petróleo ter dado viabilidade econômica à Bacia de Campos. Então uma série de fatores ligados à substituição de importações ou ao crescimento rápido da economia levaram a uma expansão dos investimentos nos anos 70. Esta expansão vinha também de acordo com interesse governamental de financiar o balanço de pagamentos. Na medida em que a economia não podia crescer tão rapidamente depois de 74, se dava um problema de balanço de pagamentos, um estrangulamento. Um País só é solvente com relação ao resto do mundo na medida em que ele faça a conversibilidade cambial, ou seja, o Banco Central tem a moeda estrangeira para fazer a conversibilidade e para atender os pagamentos internacionais. A crise do petróleo desequilibrou o balanço de pagamentos, o que significa que as receitas de moedas fortes eram inferiores às despesas. Como viabilizar o ingresso de moeda forte para que o País mantivesse as condições de solvência externa? Ora, a estratégia brasileira desde 70 foi acionar as empresas estatais na captação externa. Foi assim que logo depois da crise se impediu praticamente o lançamento de ações das empresas estatais e se limitou o acesso ao crédito bancário interno. Então, essa expansão dos anos 70 está ligada a uma demanda interna, está ligada a função de importações e está ligada ao financiamento do balanço de pagamentos. É evidente que nós fazemos investimentos de empresas estatais para financiar o balanço de pagamentos é uma distorção completa e é injustificável. Mas nós sabemos que o que se fez foi a maximização de importações nos investimentos programados, para com isso conseguir boa vontade dos bancos internacionais e, paralelamente, o financiamento em moeda junto com a compra de equipamentos.

Bom, as dificuldades vieram quando, ao final de 80, a comunidade financeira internacional não acreditou mais nos programas de ajustamento do Governo brasileiro, na possibilidade de ajustamento, e vieram em 80, depois da segunda crise do petróleo, porque a dívida do Terceiro Mundo, passou a crescer rapidamente outra vez.

Bom, que reflexos teve as dificuldades de financiamento externo sobre as estatais? Se as estatais estavam investindo pesadamente nos programas em andamento, se elas estavam proibidas de captação interna, é evidente que as estatais precisavam de recursos para cobrir os investimentos e para cobrir o serviço da dívida. Isso só seria possível na medida em que novos capitais estrangeiros fossem disponíveis, ou seja, novos empréstimos externos eram necessários para que as estatais pudessem cobrir os juros e os investimentos ainda pendentes de concretização. Então, as dificuldades internacionais do Brasil refletiram no setor que dependia desses fluxos. Isso ai levou a uma contenção no setor estatal.

Nós podemos ver nessa Tabela IV, por exemplo, que o item 3, mostra investimentos estatais entre 80/84. No setor produtivo, a queda real de investimentos foi de 33%, e das empresas típicas do Governo, em termos reais, a queda de 80/84 foi de 42%. Então, nós reduzimos em 1/3 os investimentos do setor produtivo, e em 42% os das empresas típicas do Governo.

É importante que se diga também que nesses investimentos estão incluídos os juros naqueles programas em

que houve demora, mudança dos cronogramas, cobertos por financiamentos. Mas, na medida em que alguns investimentos foram reprogramados, esses investimentos tiveram acréscimo muito grande nos juros. Se nós não considerássemos o caso de Tubarão e Açominas, a queda teria sido bastante mais acentuada nos investimentos reais aqui. Mas isso mostra que houve uma contenção grande no setor estatal, na economia, que de algum modo estava ligado também à política recessiva, à mudança do ciclo. Mas é interessante verificar que o repasse de recursos do Tesouro caiu também em aproximadamente 20% tanto num caso como no outro, a administração descentralizada, com estatais produtivas. Os salários foram contidos, no setor produtivo, em 11%, em termos reais, e nas entidades típicas de Governo, em 45%, em termos reais. É onde se pode entender, também, porque que as Universidades estão paradas, a redução violenta do salário real. E as despesas financeiras, é interessante que a gente veja na linha 02, cresceram, no do setor produtivo estatal, 170%. Elas representavam a metade das despesas salariais em 80, e passaram a representar uma vez e meia em 84. As despesas financeiras caíram nas entidades típicas de Governo, porque nós sabemos que os investimentos, como os do DNER e outros setores praticamente desapareceram nesses anos, o que se liga à decomposição do sistema viário brasileiro.

Mas nós estamos vendo, então, que estas dificuldades de financiamento externo levaram a toda uma mudança na política econômica e a uma contenção do setor estatal na economia. Agora, paralelamente a isso, o que se verificou é que com a maxidesvalorização, de 79 foi anulada em 80, mas, com o aumento da taxa de juros, o aumento do endividamento externo das empresas estatais e a máx de 83, elas praticamente desestruturaram no passivo, que vem como parte dos problemas atuais.

A Fundação Getúlio Vargas fez um estudo recente sobre as 1000 maiores empresas brasileiras, e mostrava que as despesas financeiras entre 78 e 83 cresceram, em termos reais, de 136% nas empresas estrangeiras, e 139% nas nacionais privadas, e as despesas financeiras cresceram de 700%, em termos reais, entre 1978 e 83. A *Conjuntura Económica* publicou um estudo em fevereiro desse ano. Então, os números são: o crescimento real das despesas financeiras, empresas estrangeiras, 136%, empresas nacionais privadas 139%, e empresas estatais, 701%. Então, isso ai mostra que ao se impedir as estatais de lançar ações, ao se obrigar as estatais à captação externa, contendo acesso ao crédito interno, ao se aumentar as taxas de juros externas e a maxidesvalorização, elas pegaram as estatais no contrapé, e a Tabela 3 procura mostrar exatamente o nível de endividamento dos principais grupos das empresas estatais em 31/12: 112 trilhões. E nós podemos ver aí que existem dois problemas: a ELETROBRÁS e a SIDERBRÁS. A ELETROBRÁS, com 40 trilhões de dívida global, e a SIDERBRÁS com 31 trilhões. O que nós podemos verificar é que, a despeito disso, as empresas são lucrativas, a despeito das colocações que se faz, com exceção do grupo SIDERBRÁS e da NUCLEBRÁS. Aliás, NUCLEBRÁS eu nunca soube por que é uma empresa na forma de sociedade anônima, porque eu costumo dizer que jamais nós vamos colocar bomba atômica no mercado ou coisa assim. Então, é o tipo da despesa para ser coberta com os recursos fiscais, nós estamos vendo que as empresas geram um lucro razoável, 83 foi um ano de lucro muito baixo no setor, mas elas estão desestruturadas no passivo, que é a questão que eu queria apenas mostrar algumas evidências. Isso traz dificuldades evidentemente. Agora, de algum modo isso se liga a alguma questões setoriais. Por exemplo, Tubarão e Açominas. Tubarão e Açominas foram dois projetos com cronogramas revistos. Quando se faz a revisão do cronograma, perde-se exatamente o equilíbrio financeiro da empresa, porque os projetos de investimento são vistos tendo em conta uma expectativa no prazo de maturação do investimento, uma expectativa de lucros, e a partir de um determinado momento, quando o projeto atinge a fase normal de operações, os custos financeiros entram como custos operacionais. Quando se faz, como se fez com Tubarão e Açominas, a alteração dos cronogramas, evidente que o investimento vai crescendo devido à incorporação dos custos financeiros e eu não tenho dados sobre isso, mas há uma estimativa de que seria da ordem de 4 a 5 bilhões de dólares o acréscimo de custos incorporados aos investimentos dessas em-

presas. Evidentemente, que as empresas foram inviabilizadas e o NF-30, que é uma parcela que cresce muito, de repasse do Banco Central, não sai da dívida pública, é um jogo de contas. O Banco Central cede ao Banco do Brasil, o Banco do Brasil cede à empresa, a empresa deposita no Banco Central.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — V. Sr. está informando quanto foi do NF-30 e da GB-58?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Ele está todo incluído aqui. Em agosto foi um trilhão, duzentos e oitenta e três empresas estatais. E, depois, estaduais e municipais, têm 175 bilhões no mês de agosto. Mas estes conceitos terão que ser revistos. Certamente, como a administração assumiu recentemente, eles estão tentando examinar esses dados, não sei, é uma hipótese; foi o Banco Central que liberou este quadro, não foi o Ministério da Fazenda, segundo a imprensa.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Tenho a impressão que realmente aqui nesse déficit de caixa estão confundindo alhos com fagulhos; tem muita coisa misturada.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Eu acredito que sim. É por isso que tenho a impressão de que as informações não foram abertas ao Ministério da Fazenda, não digo à administração que está chegando, mas a administração anterior não teve acesso às informações detalhadas sobre a questão do déficit de caixa. Nós devemos lembrar que no final do ano passado foi uma tentativa de se jogar o custo dos juros da dívida pública dentro do Orçamento Fiscal. Foi a reforma bancária. A reforma bancária, analisada, levou à conclusão de que ela teria um efeito paralisante sobre o futuro Governo. E, alertado, o PMDB reagiu para impedir que se concretizasse isso. A proposta, levada em maio pelo Ministro da Fazenda à Câmara dos Deputados não falava em reforma bancária, mas tentava embutir o custo dos juros da dívida pública no Orçamento Fiscal. E os números revelam que era absolutamente inviável, porque o custo é muito maior do que o Orçamento Fiscal. Na verdade, me parece que teria que haver uma visão conceitual profunda.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Permita-me fazer a última pergunta. Fomos brindados com uma tentativa de orçamento consolidado para 1986. Não está completamente consolidado, mas é uma tentativa que pelo menos se deve fazer justiça.

Duzentos e onze trilhões de cruzeiros. V. Sr., como Ministro do Planejamento ou Ministro da Fazenda, ou melhor, Ministro da Economia, como enfrenta esse déficit?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Eu acredito que, obtida a transparência das informações do Banco Central e conhecidas as realidades das finanças públicas, certamente se faria uma revisão dessa proposta orçamentária, diante da impossibilidade de se juntar o giro da dívida pública interna com o Orçamento Fiscal, pelo menos para este ano. Então, eu acredito que se for obtida agora a transparência das informações do Banco Central, haveria a possibilidade de se rever. Se rever, eu digo que seria destacar o giro da dívida pública do Orçamento Fiscal, para que possa discutir separadamente. O projeto anterior era conseguir acertar essa dívida pública mediante aumento de impostos e redução de despesas. Mas é totalmente inviável, dada a magnitude. A solução natural que existiria era que as aplicações de curto prazo do capital de giro de empresas fossem feitas em títulos subindexados. Então, aplicar 24 horas e 48 horas, ninguém tem alternativa que não seja a título do Governo. Depósitos não remuneram; o caixa das empresas também não. Nós não podemos imaginar que amanhã nós tirariam a correção ou dariam a correção pela metade da dívida pública, porque os efeitos seriam desastrosos. Não é uma questão de que nós iríamos quebrar empresas e indivíduos; é que nós não saberíamos o que iria ficar inteiro no sistema financeiro, no sistema real. As empresas que não puderam investir durante a recessão, elas acumularam lucros para investir no futuro. Então temos que ter canais abertos para esses recursos sejam mantidos, até que a possibilidade de expansão leve a realocação dos recursos. Agora, o capital de giro é outra

coisa que as empresas Estados e Municípios têm. E não há necessidade de colocar papéis a 22%, porque não se compete com ninguém, na verdade. O papel sem nada de juros, e colocado com 80% de correção monetária é um papel altamente atrativo para a colocação de poupanças. Inclusive com 80% de correção monetária é socialmente injusto, porque os indivíduos de alta renda e as pessoas de baixa renda têm recomposição nula do salário ao longo do mês. O salário do trabalhador, quando bota no bolso, enfrenta toda corrosão inflacionária de 12 meses. Além do que já teve de perdas salariais na lei salarial, além da perda pelo semestre de reajuste salarial, tem a perda mensal, que é a impossibilidade de se jogar no open market para o saque diário. Ora, se nós mantivéssemos uma correção monetária, digamos de 80% e os bancos trabalhando com spread pagando clientes e coisa desse tipo, o sistema bancário estaria muito bem e nós estariam pura e simplesmente esvaziando para aplicações, com a recompra de 24 a 48 horas. Uma dívida real de 100, num exercício ela cai para 80, em dois para 64; em três para 49, aproximadamente 50. Nós estariam esvaziando a dívida assim. É justo? É justo, a dívida cresce assim. Fazendo-se remuneração absurda em curto prazo, e ela pode ser esvaziada num curto prazo. Eu não vejo possibilidade de alternativa e vejo um risco de paralisação do Governo ou de consequências outras se nós tentarmos seguir nesse caminho: aumento de imposto ou corte de gastos para fechar uma conta impossível, dada a magnitude entre o Orçamento Fiscal e o custo do giro da dívida pública.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Sr. Presidente, concordando em geral, número, grau e pessoa neste caso com o depoente declaro satisfeita com suas respostas.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Obrigado, nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Sr. Décio Garcia Munhoz, em primeiro lugar gostaria de felicitá-lo pela sua magistral exposição. Na manhã de hoje nós aprendemos preciosas lições. Somos muito gratos pela sua contribuição.

V. Ex^e destacou, de maneira impecável, o gigantismo das empresas estatais, cujos orçamentos representam em torno de quatro vezes o orçamento geral da União. V. Ex^e preconiza a necessidade de um controle político sobre essas empresas estatais. O nosso eminente Presidente, Senador Cesar Cals, já confessou uma coisa que é notória que o ministro, por exemplo, das Minas e Energia, não dá ordem à PETROBRÁS, à Vale do Rio Doce e a outras gigantes nessa área. Apenas a Assembléia Geral no fim de ano, e nada mais. A sua sugestão de submeter ao Senado, ao Congresso Nacional a indicação dos presidentes das companhias estatais parece excelente. Eu apenas ousaria estender um pouco, ampliar um pouco. Esta Casa, por exemplo, aprova a indicação do embaixador do Brasil no mais humilde jovem País da África negra, e nós não temos nenhuma interferência na escolha das diretorias dessa empresas. Eu apenas acharia, já que estamos próximos de uma Assembléia Nacional Constituinte de uma nova Constituição, de apreciar não apenas a indicação do presidente, mas também dos demais diretores. Eu ampliaria um pouco mais a lembrança do tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, quando essas empresas estatais tinham um representante da Oposição. Por que nós não poderíamos ter nessas empresas estatais, cujos orçamentos, permitam-me repetir, representam quatro vezes o orçamento geral da República um representante da Maioria e um representante da Minoria, não apenas um representante da Oposição? Essa falta de controle, que era total, das empresas estatais, poderá ser amenizada com a atuação, realmente se for eficiente, de uma nova comissão que foi criada recentemente aqui no Senado, e creio que vá ser criada na Câmara dos Deputados, a Comissão de Fiscalização e Controle dos Atos do Poder Executivo e das Empresas Estatais. Foi regulamentado um artigo da Constituição, graças à iniciativa de um conterrâneo dos Senadores César Cals, Virgílio Távora e Mauro Benevides. Realmente, ela pode desempenhar um papel muito importante. O Conselho Nacio-

nal de Petróleo, por exemplo, tem muito mais força do que o Congresso Nacional, do que o Poder Legislativo, porque toma decisões que afetam a economia do País, sem dar a menor satisfação. Nestes últimos 21 anos, infelizmente, agravou-se a hipertrofia do Poder Executivo, de tal maneira que o Poder Legislativo não pode aumentar nenhum cruzeiro sequer no Orçamento da União. Em última análise, nem sei se ele merece mesmo o título de Poder Legislativo. Talvez fosse mais adequado o título de Poder Homologatório, porque decisões realmente importantes e leis importantes que afetam a própria economia do País são de um modo geral elaboradas nos gabinetes dos tecnicos.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre a ampliação dessa sugestão que V. S^e fez, no sentido de ser apreciada pelo Congresso Nacional a indicação não apenas de presidente, mas também de diretores das Companhias estatais.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Senador João Calmon, inicialmente eu diria, apenas fazendo uma observação sobre o gigantismo das empresas. Comparando-as com o Orçamento da União, as empresas são de fato grandes, como o caso da PETROBRÁS. As maiores empresas da economia americana, da economia mundial são as petrolíferas, dado exatamente se tratar de uma matéria-prima de uso muito geral, de preços elevados. Então isso coloca as empresas de algumas áreas como as maiores empresas dentro de qualquer economia. Agora, o faturamento de uma empresa, a sua previsão de receita é maximizada no sentido de que compra a matéria-prima. A União, por exemplo, é renda; recebe receitas fiscais e transfere apenas. As empresas que compram insumos têm uma participação financiada. O caso da PETROBRÁS, por exemplo, a previsão de faturamento, este ano, é da ordem de 100 trilhões de cruzeiros. Então só de importação de petróleo corresponde em média a uns 30 trilhões de cruzeiros. No conjunto da economia, as estatais respondem: PETROBRÁS com 6%, e as demais empresas, em conjunto, a todos os níveis de Governos Estaduais, Municipais e Federais; sociedades de economia mista, mas as empresas públicas, correspondem a 15%.

Agora, essas empresas não creio que elas estejam, digamos, sem controle efetivamente. Acho que elas estão com um controle adequado porque a criação da SEST foi um modo de obrigar a dar transparência a essas informações, e é um processo de aperfeiçoamento. Então eu diria que não existe um controle muito maior do que no passado não é o suficiente...

O SR. JOÃO CALMON — Mas é do Poder Executivo.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — É, o poder Executivo. O que falta é o controle político que tem sido discutido vamos chegar ao outro ponto. Então, problema é que o Executivo consegue controlar suas empresas já com uma transparência das informações ao nível interno. Mas o problema político não existe. Eu só falei na indicação do Presidente, porque, na verdade, estava pensando que além da reforma bancária se deu a capacidade ao Congresso de indicar o Presidente do Banco Central, só o Presidente do Banco Central. E a legislação bancária de dezembro de 1964, e se não me engano de 1965...

O SR. JOÃO CALMON — Também é iniciativa do Executivo essa indicação.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Não. Em 1965 o Executivo já havia mandado fazer uma mudança na legislação bancária, avocando a si a designação do Presidente do Banco Central. Então eu diria se tivesse a indicação do Presidente, acho que seria um passo bastante importante. Eu sempre acho que a indicação do Presidente traz responsabilidade política numa gestão. A indicação de toda uma diretoria pode trazer dificuldades de ordem profissional. Mas é uma questão de adaptação...

O SR. JOÃO CALMON — Apreciação.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Apreciação. Mas acho que é uma questão em aberto, realmente.

Agora, esta nova Comissão do Congresso evidentemente acho que ela vai repor as coisas no lugar. Não

acredito que se possa nem se deva fazer no Congresso um controle da gestão da parte administrativa, mas o controle das decisões importantes, o acompanhamento da vida das empresas, acho que pode e deve ser feito por esta Comissão.

Agora eu não entendo bem como é que funcionam as coisas, mas de um lado o Congresso poderia ter um controle, via Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, poderia ter alguma forma de acompanhamento para suprir o Congresso de informações. Não sei por que não acontece se tradicionalmente o Tribunal de Contas se distanciou ou não se aproximou dessa área do Governo. Então, talvez a nossa nova Comissão possa, junto com o Tribunal de Contas, chegar a um modelo diferente.

Mas veja, Senador, eu também tenho a impressão de que alguma coisa a mais falta, porque veja bem, eu acompanho algumas áreas da economia brasileira, e há muito tempo, ao examinar a lei que controla os capitais estrangeiros, verificava que o capital estrangeiro teria que ter publicado o seu balanço qual é o capital brasileiro e qual é o capital estrangeiro. Tem que publicar nos balanços quanto remete de lucros para o exterior. O Banco Central tem que fazer um relatório anual para mandá-lo ao Congresso para apreciar a situação do capital estrangeiro no País, tem que definir a política de interesse em relação a diversos setores. Nunca se conseguiu que as administrações fizessem isso, quer dizer, desse ao Congresso a capacidade de exercitar esse controle.

Então V.Ex^e vê que o problema é um problema institucional, mas, dentro dessa questão do controle político, o Congresso tem que achar a forma operacional de exercer o controle, paralelamente à mudança institucional. Mas eu compartilho das suas preocupações todas, e acho que o momento em que se discute a Constituinte é o momento muito importante para delimitar o papel que o Congresso tem e o papel que está a cargo do Executivo.

O SR. JOÃO CALMON — V. S^e se referiu ao Tribunal de Contas, mas há um outro artigo da Constituição que permite ao Congresso exercer essa fiscalização de controle do Poder Executivo, das estatais. É isso que agora estamos começando a fazer numa Comissão sob a Presidência do Senador Roberto Campos.

Eu gostaria de fazer outra rápida pergunta: há muitos casos de empresas estatais que promovem joint venture com empresas estrangeiras, como é o caso do meu Estado, da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Fiquei muito impressionado recentemente, ao ler um artigo do jornalista Rui Lopes, em que ele faz uma referência sobre o preço de energia que a Cia. Vale do Rio Doce está cobrando de uma empresa estrangeira, que não representa, ou seja, representa um percentual ínfimo do investimento que essa empresa está fazendo, se não me engano em Carajás. Então há muitos casos de joint venture de empresas estatais com empresas estrangeiras. É a minha impressão de leigo, porque temos muitos professores aqui — o Presidente, o Senador Severo Gomes, o Senador Virgílio Távora. Mas, não seria conveniente para o Brasil limitar e até marchar para a eliminação dessa joint venture com empresas estrangeiras? Por que não seguimos o modelo do mundo socialista, em que essas joint venture são raras?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Bom. Essa política, se não me engano, foi iniciada em meados dos anos 60, quando se definiu que a solução de importação deveria se dar na área de petroquímica. E na ocasião se lançou o modelo tripartite, se não me engano ainda na gestão do Professor Roberto Campos. Agora, mais recentemente o que se fez, por exemplo, da Vale do Rio Doce, mais recentemente, não, há coisa de uns dez anos, foram associações visando a abertura de mercados para minérios semitransformados. Então as várias empresas foram criadas para visar duas coisas: assegurar o mercado com a co-participação e assegurar uma melhoria nos preços, em substituição ao minério não pelotizado. Então tenho a impressão de que Tubarão também foi feito dentro dessa estratégia, quer dizer, de assegurar o mercado comprador.

Mas de fato...

O SR. JOÃO CALMON — O caso da Siderúrgica, de joint venture, é a única que...

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Eu não tenho conhecimento profundo sobre isso. Teria na área da petroquímica, na área de siderurgia, Tubarão. Mas todos com indícios à questão de assegurar exatamente mercados com produtos semitransformados.

O SR. JOÃO CALMON — Aproveitando uma dica que V. S^e me ofereceu, com muita alegria para mim, e como V. S^e é um eminent professor da Universidade de Brasília, fez referência à paralisação de todas as universidades federais, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade... para fazer uma indagação. Apesar do projeto de lei que apresentei destinando maiores recursos para a educação, o Brasil está colocado abaixo de 79 países em dispêndios públicos para a educação em relação ao Produto Nacional Bruto. O Brasil sendo a oitava economia do mundo, o sexto em número de aparelhos de televisão, o nono na indústria automobilística e é o octagésimo nos dispêndios públicos para a educação.

Recentemente apresentei um projeto procurando vincular 3% do orçamento e investimento das estatais à educação. Sei que isso oferece algumas dificuldades, mas como o Governo Federal é acionista majoritário e como interessa a essas gigantescas empresas estatais a formação de quadros do mais alto nível, pareceu-me que não seria demasiado fazer essa nova tentativa. A tentativa coroada de êxito agora levou 16 anos para ser concretizada. O Orçamento de 1986 dá para a educação mais de 30 trilhões de cruzeiros, enquanto que o de 1985 a verba total não passa de 6 trilhões de cruzeiros. Então, essa perspectiva de vincularmos um percentual pequeno do orçamento e investimentos das estatais se justifica ainda mais, porque já a PETROBRÁS e outras empresas do Governo já estão mantendo recursos para o seu âmbito de ação. Infelizmente já há uma opinião do Poder Executivo, em princípio, contrária à aprovação dessa emenda. Só em homenagem ao autor, pela perseverança dessa ideia, é que ainda não foi rejeitado o projeto aqui no Senado Federal.

Gostaria, se fosse possível, de ter o reforço da autoridade de S. S^e para colher a sua opinião, se possível favorável, a essa iniciativa, porque também podemos correr o risco de daqui a pouco a PETROBRÁS fazer, como na Arábia Saudita, onde tive a oportunidade de visitar uma universidade de petróleo. Então é possível que daqui a pouco as estatais evoluam de tal maneira na área de ensino que tenham os seus próprios estabelecimentos de ensino de nível superior.

Gostaria que S. S^e com sua extraordinária autoridade opinasse sobre essa nova iniciativa em favor da educação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não é universidade, mas, sim, fundação.

O SR. JOÃO CALMON — É universidade do petróleo e eu a visitei.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Também visitei, mas eu acho que não é da empresa. Ela dá dinheiro...

O SR. JOÃO CALMON — Não. Estou fazendo um pouco de humorismo. Daqui a pouco a PETROBRÁS, multiplicando tantos cursos, ela vai acabar fazendo o equivalente a uma universidade de petróleo...

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — O Governo não poderia, a meu ver, determinar que eles aplicassem numa coisa ou em outra, a não ser como acionista majoritário. Agora, como acionista majoritário, ele poderia obter também a receita de dividendos, a receita da participação acionária e fazer a distribuição desses recursos, que eu defendo de maneira mais urgente, para o problema da ELETROBRÁS, SIDERBRÁS e de algumas empresas, mas que poderia, num programa diferente, digamos, destinar uma parcela dessa receita para projetos educacionais. Receita de dividendos e bonificações em dinheiro que fossem distribuídos. Inclusive estamos vendendo que neste ano aqui os investimentos previstos são de 46 trilhões de cruzeiros, e os lucros previstos das empresas serão no mínimo de 30 trilhões de cruzeiros. Então, vemos que há uma correspondência. E quando falamos em 3% dos investimentos, pode representar muito amanhã ou depois, muito para se jogar como um componente de receitas ou de recursos que se diziam de uma empresa. Agora, em termos de desviar recursos que sejam

rendas de capitais ou rendas acionárias, não teria muito significado 3 ou 5%.

Acho interessante a idéia e queria lembrar que, quando falei sobre a questão das universidades, os cortes iracionais no Orçamento Fiscal, tentando justificar um déficit inexistente no Orçamento Fiscal e tentando obter recursos para cobrir a especulação financeira, tem levado a uma desorganização de toda máquina administrativa e a uns desestímulos. Vimos os salários reais como caíram ou como a massa dos salários como caiu. Pode ser que houvesse excesso de pessoas, mas estamos observando que de fato as políticas têm sido muito punitivas, e podemos levar a uma desorganização da administração e das universidades. O que eu presencio na Universidade de Brasília é que o professor, às vezes, ontem ouvia, patético, um professor dizer: "Levo 2 milhões de cruzeiros para casa. Eu não posso. A minha mulher tinha emprego e perdeu esse emprego, e levo 2 milhões para casa."

O SR. JOÃO CALMON — Dois milhões de cruzeiros brutos? E o Imposto de Renda?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Bruto. Tenho que dar uma solução diferente e tenho que ir embora. O meu sogro falou para eu ir para o Rio de Janeiro trabalhar. Então veja bem, formar um corpo de pessoas assim é muito difícil, de pesquisadores e professores. É um capital, é um investimento que custou muito à Nação, e a política irracional de cortes nos gastos públicos e na educação leva a dificuldade de o Sr. Ministro da Educação de administrar crises. Há a decomposição do ensino e os custos para frente. Estive, por exemplo, recentemente na China, e várias pessoas diziam o seguinte: "Que um dos grandes problemas enfrentados pela China foi no período da Guarda Vermelha, em que se desorganizou o sistema de ensino, e lá as universidades não tinham mais capacidade de formar pessoas qualificadas, pela organização." Ora, elas se recomponeram sem, digamos, abandonar os seus programas ou projetos políticos. No Brasil, estamos correndo o risco de fazer a mesma coisa: desorganização dos sistemas de ensino, por essa confusão conceitual entre déficits públicos e os gastos de outra natureza, que pode ter efeitos assim catastróficos. Acho muito importante ter a oportunidade de mencionar isso, não só porque é um problema concreto, mas porque V. Ex^e tem dado uma boa parte da sua luta parlamentar justamente em defesa de recursos para o ensino.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Sr. Relator, o Senador Severo Gomes.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Professor Décio Garcia Munhoz, em primeiro lugar quero fazer minhas também as palavras dos Srs. Senadores João Calmon e Virgílio Távora com relação à riqueza de informações que a exposição de S. S^e trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem algumas questões a colocar que certamente a contribuição de S. S^e poderá iluminar alguns pontos que ainda permanecem mais ou menos acinzentados.

Um deles é o que está na Tabela nº 7, que S. S^e apresenta a posição do desempenho do conjunto das empresas estatais do setor produtivo, mostrando que no seu conjunto elas são rentáveis.

No reunião anterior desta Comissão, o Secretário Reichstul apresentou uma tabela semelhante, e, no final da nossa reunião, o Sr. Senador Roberto Campos apresentou uma objeção que não pôde ser respondida pelo secretário, porque a reunião foi interrompida em virtude do avançado da hora. A objeção do Sr. Senador Roberto Campos é de que esta idéia de que as empresas estatais têm alguma rentabilidade, ela na verdade não é verdadeira, e que vem do fato de que essas empresas ou têm tarifas administradas pelo Governo, que impõe vamos dizer, ao consumidor esses preços que bem entendem, ou decorrem de atividades monopolistas, como é o caso da PETROBRAS, que, no entender o Sr. Senador, a apresentação vamos dizer de resultados das empresas estatais precisava ser examinada à luz, vamos dizer, de uma compreensão de como esses preços são fixados e como na realidade a sociedade paga abusivamente os preços fixados por uma empresa monopólistica ou por tarifas fixadas pelo Estado.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — A rentabilidade que mostra o Quadro 7 não inclui o sistema financeiro, porque senão os dados seriam muito mais assim auspiciosos, no sentido do equilíbrio do setor estatal. Agora, eu indiquei alguns dados ai mostrando que, se não fossem os problemas ELETROBRAS — SIDERBRAS, de descapitalização, o equilíbrio seria praticamente regularizado no setor estatal. Nós teríamos que talvez ficar indagando se justificava ou se justifica os retornos que estão aí elevados de fato. Mas veja bem, ilustre Senador o problema das tarifas. Os dados mostram que as tarifas energéticas e os preços de produtos siderúrgicos foram trazidos, em termos reais, à metade nesses poucos anos.

Quanto à tarifa média, os dados da SEST são a partir de 80, consolidando as receitas operacionais das empresas, não poderia pegar antes, embora os dados sobre consumo existam assim tradicionalmente. Então ambos mostram, no caso de energia a partir de 1980, e no caso da siderurgia, a partir de 1977, que a posição no caso da energia média de 84 e produtos siderúrgicos até junho de 1985, elas estão pouco acima de 40% do valor do período inicial. Então, diferentemente de que haja um tratamento favorecido, nós estamos observando, os dados indicam, que elas têm sido usadas politicamente, as tarifas fixadas por critérios políticos é que têm criado dificuldades nos setores. No caso da PETROBRAS, que tem o monopólio, os preços de derivados de petróleo subiram, em termos reais, até junho de 1985, 31% a partir de 1977, antes do novo aumento do petróleo. Nós sabemos que os preços do petróleo em 1977 estava a 16 dólares o preço internacional do petróleo. Os preços internos, ao consumidor interno, subiram, da gasolina muito pouco, em termos reais, e o preço do combustível que subiu mais na política de subsídio energética. Então isso dá de fato um aumento real de 31%, mas acompanhando os custos externos e o preço que a PETROBRAS considera para efeito de composição do preço final para o produto de situação interna. A PETROBRAS, durante muito tempo, colocava preços históricos, ou melhor, preços de custo de extração na composição de preço final. Posteriormente, a PETROBRAS começou a considerar preços mais próximos do mercado internacional. Mas o que é importante nisso? É que houve uma decisão política no sentido de que os investimentos de Campos impediam que se fizessem novos subsídios do setor estatal, o produtor pagando pelo petróleo importado 30 e poucos dólares e pelo petróleo nacional algo, se não me engano, em torno de 10 dólares ou coisa que o valha. É uma decisão política de que a PETROBRAS deveria investir em Campos maximizando recursos próprios e não recursos de terceiros. E essa decisão política, parece-me que foi muito apropriada, quando a gente observa o que aconteceu com setores que tiveram de utilizar capitais de terceiros. Se nós considerarmos que a PETROBRAS tem investimentos de muito maior monta do que o setor siderúrgico e a ELETROBRAS, e se nós considerarmos que a maximização de recursos de terceiros nesses setores traria problema de desequilíbrio muito mais grave, nós vemos que, quando se parou de se subsidiar o consumo interno, permitindo que a PETROBRAS dobrasse preços normais pelo seu petróleo, estava apenas se dizendo que a PETROBRAS ia praticar preços um pouco mais realistas e que poderia então colocar os recursos em Campos. Agora, evidentemente que essa decisão foi uma decisão tomada pelo Governo com o objetivo de levar a uma política de auto-suficiência de petróleo. E nós verificamos que a importação de petróleo, hoje, corresponde praticamente a 40%, é exatamente a participação nacional. A participação nacional propiciou então não apenas recursos com a política de preços para investir em Campos, mas ela propiciou a expansão da produção interna, a substituição de algo que não possuímos a necessidade de dólares. Nós estamos agora com 5 bilhões e 500 milhões de dólares de petróleo e derivados, combustível e lubrificantes, 5 bilhões de dólares.

Ora, a situação teria sido muito mais dramática se não tivéssemos feito imediatamente investimentos na Bacia de Campos. E eu quero lembrar, agora, aproveitando a colocação do Senador, que a PETROBRAS mostrou ter agido com uma clarividência assim excepcional na política de investimentos internos. Não investiu em Campos, em outras áreas, enquanto os preços internacionais não

o permitiam. Por que não investiu? Porque o petróleo em águas profundas tinha tecnologia desconhecida e custos desconhecidos. A PETROBRAS não investiu, a British Petroleum não investiu, nenhuma empresa internacional investiu. As alocações diárias no Mar do Norte feitas antes da indexação do preço de petróleo e antes do acordo de indexação do preço do petróleo em 1970, as alocações diárias do Governo britânico não encontraram empresas interessadas no mundo. Quem é que ia tentar extrair petróleo naquelas condições a um custo muito maior que os preços internacionais? Agora, o que é importante é que, uma vez dada a viabilidade econômica de investimentos, com tecnologia de ponta, tecnologia que teria que ser desenvolvida a partir daquele momento, uma vez dada a viabilidade pelo menos ao preço do petróleo de 73, a PETROBRAS, que já vinha fazendo a prospecção como uma empresa estatal, fazendo exatamente desde há muito tempo o que fazia a British Petroleum no Mar do Norte, ela ficou em condições de financiar os investimentos. Então, a programação de investimento da PETROBRAS, parece uma das coisas mais importantes, assim como a política de capitalização das empresas. Agora, o petróleo subiu, em termos reais de 1977 até agora, 30%, os combustíveis lubrificantes internamente. O que queríamos dizer é que nós deveríamos não acompanhar os preços internacionais. Enquanto o petróleo subia a nível internacional, nós pegávamos o preço do petróleo da PETROBRAS e dávamos a custos inferiores, de modo que os preços do combustível não subissem internamente. Eu quero lembrar que a distorção da política energética brasileira fez com que entre 1973 e 1979 as importações brasileiras de petróleo tivessem constituído um caso único no mundo: sileiras de petróleo tivessem constituído um caso único no mundo subiu de 36 milhões de toneladas para 59 milhões de toneladas.

Então, o fato de ter-se internamente preços 30% superiores, quando o preço internacional do petróleo subiu inicialmente em mais de 100% e atualmente se situa em aproximadamente em 80% do ano de 1977, nós vemos que a composição de 30% é uma composição que de fato não trouxe sacrifícios maiores. Nós poderíamos dizer; mas não poderia haver um aumento numa composição evidentemente porque a matéria-prima é um componente dos custos finais. Então 30% não houve desvantagens nem vantagens. Teria sido a política, que a mim parece correta, de que nós viabilizássemos os investimentos em Campos. Agora, perguntaria: se a PETROBRAS vendesse seu petróleo mais barato, o que aconteceria? Poderia ser um ponto abaixo da taxa da inflação? Diria: até pode ser que sim. Mas se for isso, nós deveríamos atacar os custos financeiros, que são muito mais importantes, e que estão desarticulando a economia brasileira, cuja existência não tem justificativa. Enquanto que no caso da PETROBRAS, nós podemos dizer, é uma decisão política, que a sociedade, o Congresso, amanhã ou depois, pode interferir para tomar decisões políticas diferentes se assim julgar. Mas parece-me que as decisões tomadas são decisões que estão de acordo com os interesses do País.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Professor Décio, nós aqui andamos discutindo também as questões ligadas à dívida interna, embora não muito diretamente ligada ao objetivo central da Comissão, mas que desperta sempre um interesse muito grande. V. S^e fez uma sugestão de que as aplicações de curto prazo, as aplicações do over night tivesse uma rentabilidade inferior à da inflação, e se conseguindo uma redução progressiva da dívida interna. Mas pelo que a gente tem de informação, os leilões de títulos do Banco Central ainda estão com o custo real bastante elevado, e, no entanto, as aplicações, hoje, no over night estão abaixo da inflação, estariam numa situação como é sugerida. No entanto, as aplicações no over night podem estar abaixo da inflação mas, a dívida interna, quer dizer, alguns títulos do Governo, da aplicação do over night uma rentabilidade inferior à inflação e, no entanto, a dívida interna sobe, em termos reais, de uma maneira muito pesada?

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — A rapidez com que cresce a dívida, se nós estamos vendo que a receita do Tesouro era estimada em 300 bilhões diárias a

estimativa do crescimento da dívida era de 1 trilhão diário, então nós estamos vendo que o montante de recursos, inclusive correção monetária — mas nós podemos isolar a correção monetária — o montante de recursos ou de compromissos assumidos pelo Governo junto a terceiros é muito grande, realmente. Isso ai faz com que haja um tipo de interesse, se consolide, se fortifique interesses muito grandes na manutenção do sistema. Ora, se se paga menos que a taxa de inflação nas aplicações de balcão, como era o recentemente, e se as taxas continuam apenas a 16%, fora a correção monetária nós estamos vendo que nós estamos maximizando a intermediação, e maximizando a intermediação, nós podemos entender se examinarmos os balanços dos bancos no primeiro semestre. As receitas de títulos mobiliários representaram entre 30 a 50%, quer dizer, equivalem a 30 e a 50% das receitas das operações normais. Então, há bancos em que tem dois de receita de operações e um de receitas por títulos mobiliários, ou seja, os bancos estão sendo transformados em cartórios na intermediação de papéis. Esse sistema de intermediação me parece que politicamente é muito forte, porque ele consegue primeiro evitar que se façam formas diferentes, e, segundo ou primeiro; evitá-las que os dados venham à luz sobre as razões do crescimento da dívida. Então, mudar a forma de remuneração, ela teria que mudar na ponta de cima ou não na de baixo; a de baixo seria uma questão dos bancos disputarem o spread. Se a remuneração, ao invés de ser a taxa de inflação em 10,11% fossem títulos de correção monetária que correspondessem a 8% da remuneração, os bancos teriam que fazer um spread em torno de 19% e 1/2 e disputar de fato a captação de recursos no overnight nos seus clientes, emagrecendo os spreads. Mas a forma como funciona hoje, ele traz, apenas a confirmação de algo que o exame da história do Sistema Bancário Brasileiro mostra, e o sistema é oligopolizado; já mais as taxas caíram quando o Governo tomasse qualquer tipo de medida econômica com este objetivo; só caíram ou foram contidas quando houve alguma medida impositiva por parte do Governo. Isso afiaria a novidade. Quando nós vimos as decisões governamentais em anos recentes no sentido de permitir liberdade de taxas de juros após algum sistema de controle, os jornais do dia seguinte, podem ser consultados nas bibliotecas, enunciavam que o dirigente do Banco A telefonou aos dirigentes do Banco B e C e combinaram as taxas que seriam praticadas no amanhã. Então, nós estamos vendo que de fato a oligopolização dos Sistemas e de que modo os interesses do sistema se diversificaram em bancos comerciais e distribuidoras de corretoras, se apropriando de uma massa muito grande de recursos, e essa massa é que compõe, junto com o rendimento real das aplicadoras, até recentemente, o fundamental da dívida pública existente.

O SR. RELATOR SENADOR SEVERO GOMES — Pelo que V. Ex^e coloca, eu entendo que, para se conseguir vemos dizer uma redução, ou melhor, remuneração desses títulos não bastaria uma questão formal de lanar títulos, por exemplo, de 30% com correção monetária para cobertura do overnight, mas que seria necessário, por parte do Banco Central, um tipo de ação, de disciplina, sem o que essa operação seria inteiramente frustrada.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — Bom, eu acho que colocando papéis subindexados, eles teriam colocação necessariamente devido que o capital de giro não tem aplicação alternativa. Então, os bancos teriam que comprar, e, se não comprasse, os bancos oficiais comprariam e praticariam apenas eles o overnight. Então, o custo da dívida pode ser trazido aos níveis que não sejam excessivamente baixos, para se evitar outras práticas. Agora, é evidente que se exige mudanças paralelas. Por exemplo, Fundos de Renda Fixa com liquidez absoluta e sem imposto de renda, eles são incompatíveis com qualquer outro sistema. Algumas coisas teriam que ser feitas no sentido de controlar formas alternativas de aplicação, uma compatibilização, sempre com o objetivo de que as poupanças ou os recursos relativos às poupanças pudessem ser aplicados em prazos maiores dos que o de 24 e 48 horas e com a remuneração normal. Agora, se os títulos do Governo são subindexados a colocação junto aos clientes não teria problemas, porque a massa de recursos de capital de giro de empresas é muito grande. O dado que eu disponho é um dado de que apenas as cinco mil

maiores empresas brasileiras dispunham de capital de giro equivalente a aproximadamente a 5% do seu faturamento ou 10% do PIB. Ora, 10% do PIB são 21 bilhões de dólares, só das cinco mil maiores empresas. Se nós admitirmos que este dado é de uma época em que as empresas podiam não ter um encaixe necessariamente baixo, devido à possibilidade de remuneração, mas admitindo que o encaixe normal seria um pouco menor, nós estamos trabalhando com 5 mil empresas, não com as 400 mil do imposto de renda, nós não estamos trabalhando com os Municípios onde tem títulos nem com a poupança dos indivíduos, que vai para o over também. Então trabalhar com 20 milhões de dólares ou 150 bilhões de cruzeiros é uma estimativa moderada para o capital de giro de indivíduos e de empresas. Esses recursos são recursos cativos, porque não podem ser aplicados, devido à necessidade de liquidez absoluta nem no ouro nem no dólar. Então, nós estamos verificando que aparentemente existe a possibilidade de se fazer coisas desse tipo e os bancos teriam uma redução nos seus spreads. Agora, as taxas de juros caíram no mercado? Parece que não. A experiência de medidas anteriores indicam que não caíram. É nesse momento que se podia ter alguma medida de controle ou os bancos oficiais trabalharem com taxas menores, e o cliente entra nos bancos que quiserem. Essas questões todas são de extrema importância, porque os bancos pequenos não aguentaram a especulação financeira ou os fluxos da especulação financeira. Quando o Governo colocava papéis com 22% de correção monetária, e hoje com 16, não faz muita diferença, a captação dos CDBs pelos bancos privados ou pelo sistema bancário exigia a remuneração de 22 a 27%, fora a correção, e os empréstimos de 30 a 50% ou até mais. Então, se se inviabilizar o sistema produtivo, se é um componente inflacionário mais importante na economia brasileira, começou a inviabilizar o próprio sistema bancário. Os bancos pequenos não aguentaram; os que sobreviveram estão desejosos de correr para se associarem ao capital estrangeiro para tentarem ficar ainda. Os bancos médios não estão aguentando e os grandes também não. Então, quando se procura uma solução para este sistema, não se está pretendendo punir o sistema bancário; é recolocar o sistema bancário no seu papel verdadeiro e dar condições de sobrevivência ao sistema bancário privado. O esquema atual — e eu quero dizer com 22 ou 16% de correção monetária não faz diferença — é um sistema que possivelmente levará a uma estatização do sistema bancário, pela própria incapacidade de sistema produtivo em tomar recursos. A decomposição dos ativos do banco é decorrência dos altos custos do dinheiro. E há inclusive em áreas do Governo muitas pessoas que louvam como o setor privado conseguiu se ajustar diante das altas de juros e o sistema estatal não. Ora, o sistema estatal foi jogado compulsoriamente. O sistema privado fugiu do endividamento, as empresas que podiam; as que não podiam, porque não terem cacife para ir ao mercado acionário, ao mercado de capitais, elas estão endividadas e em situação de deteriorização crescente, comprometendo os ativos dos bancos. Então, o que se pretende é viabilizar, digamos, o Orçamento Fiscal ficar livre desses custos absurdos da especulação e com isto se poder governar o País e se dar condição de sobrevivência ao setor privado, produtivo e ao sistema financeiro privado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de encerrar eu queria questionar o Prof. Décio Garcia Munhoz sobre um dado, para efeito da compatibilização das informações desta Comissão. V. Ex^e disse que a conta do petróleo era, neste ano, de 5 bilhões de dólares. Eu acredito que está incluído nesses 5 bilhões o petróleo para ser processado aqui e reimportado, o que daria, conta líquida, cerca de mais de 3 bilhões de dólares.

O SR. DÉCIO GARCIA MUNHOZ — De fato, mais a previsão que eu fiz com base nos dados disponíveis é que nós teríamos 6.200 de importações e dois bilhões e pouco de exportações. Então, seriam três bilhões e meio a quatro líquidos de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Pela impossibilidade que a maioria dos componentes desta Comissão teve de

assistir o depoimento do Sr. Henry Reis culto solicito a V. Ex^e seja dada prioridade ao pedido das notas taquigráficas desse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Ele já distribuiu uma nota, que espero tenha sido enviada ao seu gabinete.

Cumprimento o Professor Décio Garcia Munhoz pelo seu esclarecido depoimento, e agradeço a V. Ex^e presença. Declaro encerrada a reunião.

16^a REUNIÃO, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1985

As nove horas e cinquenta minutos do dia primeiro de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Cesar Cals, Presidente, Severo Gomes, Relator, e Virgílio Távora, redine-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista, nas quais a União detém maioria acionária. Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Wildy Viana, Carlos Eloy e Gerson Perez.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e solicita ao Senhor Francisco de Assis Fonseca, Presidente da DECEGEO, que preste o juramento de praxe.

Com a palavra, o depoente discorre sobre a economia do Brasil no setor mineral e sobre os trabalhos de pesquisa geológica realizados pela Vale do Rio Doce através da DOCEGEO.

Antes de facultar a palavra aos Senhores Parlamentares o Senhor Presidente solicita ao depoente alguns esclarecimentos relacionados aos assuntos que expôs.

Na fase interpellatória, usam da palavra, pela ordem, os Senhores Senador Severo Gomes, Deputados Carlos Eloy e Gerson Perez.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Francisco Franco Fonseca e determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 16^a REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, NAS QUais A UNIÃO DETENHA A MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1985, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA, PRESIDENTE DA DOCEGEO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador Severo Gomes
(Integra do anexo taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Iniciaremos os nossos trabalhos ouvindo o depoimento do Dr. Francisco Franco de Assis Fonseca, que é Engenheiro de Minas, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1961, trabalhou 2 anos na ENCOME, 4 anos na Manesmam, portanto tem 6 anos de empresa privada, e desde 1967 presta serviços à Vale do Rio Doce; é Presidente da DOCEGEO desde 1979.

Convidado o Dr. Francisco Franco para proferir o juramento.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sob quaisquer fatos relacionados a cargo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão das sociedades de economia mista, nas quais a União detém maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Francisco Franco de Assis Fonseca.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Exm^o Sr. Senador Cesar Cals, Presidente da Comissão; Exm^o Sr. Senador Severo Gomes, relator da Comissão; demais parlamentares, senhores e senhoras:

Sinto-me honrado com o convite para prestar depoimento perante esta Comissão, particularmente nesta fase histórica tão importante que estamos vivendo, onde o poder do Parlamento novamente se afirma, o que é certamente de grande importância para as instituições democráticas. Estamos, hoje, vivendo uma fase muito agradável neste País, de reabertura democrática, e o Parlamento, certamente, teve uma função primordial nessa transição. Por isso é que me sinto particularmente honrado em comparecer hoje, aqui, para prestar depoimento.

Vamos, inicialmente, com a permissão dos Srs. Parlamentares, fazer uma exposição sobre os trabalhos de pesquisa geológica realizados pela Vale do Rio Doce, através de sua controlada Rio Doce Geologia e Mineração, a qual tenho a honra de dirigir. Para facilitar a exposição eu pediria permissão para usar algumas transparências.

Antes de entrarmos propriamente no assunto desta palestra, queria mostrar alguns números sobre a economia do Brasil no setor mineral.

(1^a transparência)

(Publicada em anexo)

Como os senhores vêem no quadro, a produção mineral brasileira tem um valor de US\$ 7 bilhões, em 1983; no mesmo ano, a importação brasileira de bens primários foi de mais de 9 bilhões de dólares — isso, para um valor do Produto Interno Bruto de US\$ 210 bilhões. O valor da produção mineral dos insumos minerais básicos no Produto Interno Bruto foi de aproximadamente 8%. Esses insumos são absolutamente básicos para a economia. Apesar desse pequeno valor, sem eles não existe uma economia industrial, o que mostra o poder multiplicador desses insumos fundamentais.

(transparência)

(Publicada em anexo)

Neste quadro, que tem mais ou menos os mesmos números, o fato importante que se nota é que o Brasil, apesar da imensidão do seu território, ainda é um País que depende pesadamente de produtos primários importados. Isso se deve principalmente ao peso do petróleo. O petróleo entra com mais de US\$ 7 bilhões e o déficit do nosso balanço de produtos primários e produtos com uma primeira fase de industrialização é de 4 bilhões de dólares. Quer dizer, se excluirmos o petróleo, temos um superávit no balanço de produtos primários. Mas, com a inclusão do petróleo, temos um grande déficit.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Isso, em 1983.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Certo. Em 84, os dados já estão alterados, principalmente devido ao aumento da produção de petróleo. Para mostrar também o peso do petróleo, o maior produto mineral do Brasil, hoje, é o petróleo. Ele representa de 3,5 a 4 bilhões de dólares, que é bem mais do que a produção de minério de ferro. De qualquer forma, ainda somos grandes importadores de petróleo e ele é o grande fator de desequilíbrio do nosso balanço mineral.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Em 84, tenho a impressão, se houver déficit será quase nada, porque o petróleo baixou para 4%.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Estamos conseguindo superar esse déficit, particularmente devido ao aumento da produção de petróleo.

Vamos entrar, agora, no assunto que realmente interessa, que é das atividades de pesquisa mineral na Vale do Rio Doce. Vamos dividir esta exposição em 4 partes: o histórico, de como, o por que e quais foram os fatos que levaram a Vale do Rio Doce a entrar na pesquisa mineral, na busca de jazidas minerais; uma descrição rápida do programa de pesquisa realizado. A parte mais importante será a exposição dos resultados obtidos, quer dizer, as jazidas que foram descobertas e dimensionadas por esse programa de pesquisa e, finalmente, darmos os objetivos atuais, o que se pensa da continuação desse programa de pesquisa.

Passemos ao histórico, o por que a Vale do Rio Doce entrou no campo da pesquisa mineral, quais foram os fatos, os acontecimentos que levaram a Vale do Rio Doce

a se transformar numa empresa que dedica uma quantidade considerável de recursos à pesquisa de minérios.

A Vale do Rio Doce foi criada em 1942 e até 1961 ela não fez nenhuma pesquisa mineral. Isso é facilmente explicável porque ela foi criada para exportar minério de ferro e a sua única atividade nessa fase, até 1961, foi a exportação desse minério. As jazidas de que ela dispunha em Itabira, para o nível de produção da época, eram enormes. O trabalho era o mesmo de se tirar pedra numa pedreira. Não se sentia necessidade e não havia ainda essa perspectiva do aumento tão grande da produção de minério de ferro. Durante esses primeiros 20 anos não houve preocupação alguma em aumentar reservas. Só a partir de 1962, com o abaixamento dessas jazidas e com o aumento da produção é que a Vale começou a sentir necessidade de fazer pesquisas geológicas de minério de ferro. Até essa época praticamente, ninguém no Brasil fazia pesquisa geológica para minério de ferro. A partir de 62, então, a Vale foi uma das pioneiras, ou a pioneira, no trabalho de pesquisa, de cubagem de jazidas de minério de ferro no Brasil. A partir de 65, além da cubagem, da pesquisa geológica de minério de ferro, houve necessidade de fazer pesquisa tecnológica, para aproveitamento de minérios de baixo teor. Porque os minérios aproveitados até então eram simplesmente os minérios que se chamam direct shipping, é só tirar o minério, embarcar, e está pronto. A partir de 65 passou a haver a necessidade de remover grandes quantidades de minério de baixo teor. Isso levou à necessidade de pesquisar processos para concentrar esse minério. Esses minérios eram diferentes dos minérios existentes em outras partes do mundo, onde já havia concentração de minério, como nos Estados Unidos, na Suécia, no Canadá, e houve necessidade de pesquisar tecnologias próprias, adequadas para o nosso minério. A Vale do Rio Doce foi, inclusive, pioneira em determinados processos de concentração de ferro do minério de ferro brasileiro.

Em 66 e 67 houve dois acontecimentos externos à Vale do Rio Doce, mas que balançaram todo o setor mineral brasileiro; a descoberta das jazidas de bauxita de Trombetas, em 1966, e a descoberta das jazidas de ferro de Carajás, em 1967. Isso, realmente, para nós que trabalhávamos na pesquisa de minério de ferro na Vale do Rio Doce, causou um certo abalo, porque essas jazidas foram descobertas por empresas multinacionais, que estavam fazendo pesquisa geológica na Amazônia. Os setores brasileiros de mineração sofreram um certo abalo ao verificar que, enquanto estávamos meio sossegados, com as nossas grandes reservas no Sul, em Minas Gerais, empresas multinacionais estavam fazendo descobertas fantásticas, em áreas completamente invias e desconhecidas no Norte do Brasil. Este fato levou a uma reativação do setor brasileiro de mineração, com a criação da DOCEGEO na Vale do Rio Doce, a criação da CPRM, a entrada de empresas nacionais na mineração, empresas de construção, principalmente na Amazônia, em atividades de mineração. Em 1971, a Vale do Rio Doce criou uma subsidiária, uma empresa controlada, a DOCEGEO — Rio Doce Geologia e Mineração — com a finalidade de fazer pesquisa de minérios não-ferrosos no Território brasileiro.

Vamos ver como se desenvolveu, ao longo do tempo, o programa de pesquisa da DOCEGEO, que foi iniciado em 1971. Os objetivos desse programa eram a descoberta e o dimensionamento principalmente de jazida de metais não-ferrosos. Nessa época, o Brasil era carente em reservas de metais não-ferrosos. Já havia descobertas importantes de bauxita, de alumínio. Mas, de outros metais não-ferrosos, como cobre, chumbo, zinco, estanho, as reservas conhecidas eram muito pequenas e o Brasil era importador de todos esses metais.

A Vale do Rio Doce criou então, através dessa sua controlada — a DOCEGEO — uma estrutura de pesquisa ativa, descentralizada e desvinculada do peso administrativo da empresa, que tivesse agilidade suficiente para trabalhar em áreas invias e, ao mesmo tempo, procurou absorver e desenvolver tecnologia de pesquisa. Isso foi conseguido principalmente por contratação direta de técnicos estrangeiros, uma forma de transferência de tecnologia que consideramos a mais eficiente possível, pois acreditamos que se consegue uma melhor transferência de tecnologia através da contratação de técnicos e da contratação de empresas; contratando diretamente tec-

nologia estrangeira, técnicos estrangeiros, mesmo que tenha que pagar regiamente esses técnicos, se consegue uma transferência de tecnologia melhor do que através da contratação de serviços inteiros, e isso foi o que a DOCEGEO fez. Ela chegou a ter muitos geólogos estrangeiros no seu quadro no início de operação e hoje podemos dizer, sem falsa modéstia, que o nosso quadro de geólogos não deve nada aos quadros de geólogos estrangeiros. Tanto que as empresas estrangeiras que vêm fazer pesquisa no Brasil não trazem mais técnicos estrangeiros. Elas contratam os técnicos aqui mesmo. Há técnicos tão bons quanto os estrangeiros, com a vantagem de falar português e conhecer bem o País.

Uma outra característica da atuação foi o trabalho persistente e de longo prazo. A pesquisa geológica, muitas vezes, devido ao longo tempo para produzir resultados, leva a um certo desânimo. Passa-se anos e anos sem se conseguir resultados. Há necessidade de persistir, mesmo que se saiba que está no caminho certo.

As áreas de atuação da empresa foram principalmente nos ambientes geológicos onde se sabia que existiam condições favoráveis para procurar os metais não-ferrosos, de objetivo principal, como alumínio e cobre, procurando coordenar isso com as áreas de interesse da Vale do Rio Doce, e procurando também trabalhar próximo de outras jazidas já conhecidas, proque é um indicio de que pode existir mais; foi uma tática que funcionou no nosso programa de pesquisa, procurar jazidas próximas de outras que já haviam sido descobertas antes, embora, como depois vimos ver, tivéssemos descoberto jazidas importantes em lugares onde não se esperava encontrá-las. A forma de procurar próximo ou em áreas parecidas com as áreas onde existiam jazidas leva a resultados bastante favoráveis e mais rápidos.

Vamos apresentar, depois, o dimensionamento do nosso programa, isto é, como se chegou a programa de determinado tamanho, porque é algo bastante difícil, num programa de geologia, dizer de que tamanho ele deve ser, porque num país como o Brasil, com a nossa dimensão e com as nossas características, um programa de geologia pode ser de qualquer tamanho, ele pode ser tão grande quanto se queira, sem se dizer que se está fazendo desperdício ou alguma coisa que não seja necessária. Simplesmente a empresa acaba não podendo suportar um programa tão grande. Então, ele tem que ser dimensionado arbitrariamente, a partir dos recursos que a empresa dispõe. Isso é que limita o trabalho. Se um grupo de pesquisa com o nosso quiser propor um programa três ou quatro vezes maior ao invés daquele que está sendo executado, ele pode propor, executar e trabalhar perfeitamente com um programa muito maior. Mas, começa a gerar um peso muito grande para a empresa, porque é um programa de alto risco, um programa que pode dar muito resultado e pode não dar resultado nenhum, então, ele tem que ser dimensionado, arbitrariamente, a partir dos recursos que a empresa possa alocar àquele programa a risco total.

Isso é um dimensionamento arbitrário do programa. Nós vamos ver como chegamos a essa dimensão.

Vamos mostrar, então, os recursos que foram investidos, até hoje, em pesquisa geológica e como foi a evolução disso ao longo do tempo.

Nesse mapa do Brasil, essas áreas que estão em vermelho são as áreas favoráveis, — é um mapa bastante simplificado da geologia do Brasil — essas áreas em vermelho mostram as áreas favoráveis a esse tipo de minerais que estávamos procurando, quer dizer, alumínio, alumínio não, alumínio está mais naquela faixa do Amazonas, ali, onde está em amarelo e azul; o alumínio ocorre em ambientes geológicos diferentes dos outros metais não-ferrosos. Mas, o ferro, o cobre e os outros metais não-ferrosos ocorrem particularmente, principalmente, nesse ambiente que estão em vermelho aí, que, como se vê, é uma grande parte do território nacional.

E, nós concentramos principalmente nas áreas em que a Vale do Rio Doce já tinha interesse, quer dizer, em Minas Gerais, aí surge Goiás, Bahia, próximo à região sul, onde a Vale do Rio Doce atuava, e na região dos Carajás, ali no sul do Pará, onde já existia a pesquisa de ferro, em associação com a U.S. Steel. No tempo da fundação DOCEGEO, a U.S. Steel já estava pesquisando, em associação com a Vale, as jazidas de ferro lá do Carajás.

Nesse quadro, estão, na primeira linha, as vendas de minério de ferro da Vale do Rio Doce em milhares de toneladas; na segunda, o faturamento em dólares; na terceira, o faturamento em cruzeiros e, aqui, nesta linha, o investimento em pesquisa geológica, ao longo do tempo, desde 1971 até 1984, e, nessa última, a relação entre o que foi investido em pesquisa geológica e o faturamento total da empresa.

Então, nós vemos que essa relação, que é o índice de indicativo do esforço realizado em pesquisa, anda aí entre 1,5 e 2%, quer dizer, isto é o total de recursos da empresa, o total faturado que é investido, a fundo perdido, em pesquisa geológica.

Agora, como saber se isso é muito ou pouco para uma empresa como a Vale do Rio Doce? Não se tem muito critério, para isso. Aliás, o único critério que nós usamos, até hoje, é a comparação com outras empresas multinacionais de grande porte. Chegamos à conclusão que é um índice razoável, quer dizer, as grandes empresas de mineração do mundo investem mais ou menos nessa ordem, menos de 2% dos seus recursos em pesquisa geológica pura.

Na realidade, a Vale do Rio Doce investe bem mais que isso em pesquisa, porque investe também em pesquisa tecnológica e investe já em projetos mais adiantados, mas que ainda são projetos de riscos, quer dizer, projetos que ainda não se conhece a viabilidade, mas que já há necessidade de desenvolver engenharia, para estudo de viabilidade. No fim, ela investe em pesquisa, em implantação de projetos ainda não definidos, quer dizer, que não se tem certeza se vão ser implantados ou não, pesquisa de risco, ela deve investir talvez uns 4% do seu faturamento.

Esse quadro mostra o dimensionamento, porque, para medir um trabalho como esse, o dinheiro não é uma unidade muito adequada, por que o dinheiro em dólar tem problema cambial, tem problema de compressão salarial, grande parte do nosso trabalho é salário. Então, uma forma mais adequada de ver o tamanho do programa seria o número de técnicos trabalhando nesse programa. Por aí, a gente vê que houve um crescimento muito grande do programa, até 1976, houve um crescimento muito rápido e, nessa época, começaram algumas dificuldades financeiras da empresa, da Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce decidiu que não podia continuar crescendo daquela forma, houve uma diminuição do programa de pesquisa, em função das dificuldades financeiras, até o mínimo que foi em 79. Depois, com a folga financeira, com a solução dos problemas financeiros, a Vale retomou novamente o programa de pesquisa e, hoje, estamos, em número de técnicos trabalhando, estamos no mesmo nível que estávamos há 10 anos, em 75.

Isso são dados daquele quadro anterior, em gráfico, mostrando a evolução dos investimentos em pesquisa geológica, expressos em dólares, desde 71, até 85.

Aqui, estão os gastos totais em pesquisa geológica; foram divididos em duas fases. Nós temos duas fases de pesquisa: uma, que é a descoberta de jazidas e outra, que é o dimensionamento das jazidas já descobertas. São duas fases bem distintas. A soma desse com esse é que dá esse.

Aqui, nesse período, os srs. notam que nós normalmente gastamos mais em descobrir jazidas do que em dimensionar jazidas. Só aqui que houve uma inversão, porque coincidiu com a descoberta da grande jazida de cobre, lá, de Carajás, onde foi necessária uma concentração de esforço para o dimensionamento dessa jazida, que coincidiu justamente com o pico de gastos em pesquisas geológicas.

Aqui, mostra o grande crescimento inicial, aqui houve um máximo de número de pessoas, cento e dez geólogos, os gastos continuaram aumentando, apesar da diminuição do quadro, porque havia muito serviço contratado, muito trabalho de sondagem a ser feito. Mas, de 76 para frente, podemos considerar que tentamos estabilizar o programa, porque um programa desses evidentemente, não pode crescer continuamente; ele tem que ser limitado a um determinado nível e está aí situado, na ordem de 16 milhões de dólares, por ano. Este ano, estamos gastando 16 milhões de dólares e, no ano que vem estamos pretendendo gastar um pouco mais, talvez, 17 ou 18 milhões de dólares em pesquisa geológica.

Esse, então, é o orçamento quinquenal de prospecção geológica da DOCEGEO e da Vale, quer dizer, a Vale, junto com a DOCEGEO nesse período de 86 a 90, está gastando na ordem de 40 milhões de dólares, por ano, em pesquisa e em estudo para implantação de novos projetos de mineração. Desse total, como falei, dos 17, 18 milhões de dólares, seria a pesquisa geológica, isto é, a busca e o dimensionamento de jazidas. O restante já são estudos de viabilidade, de engenharia, de desenvolvimento de minas, que dá um total, então, de 40 e poucos milhões de dólares, por ano, em estudos para implantação de novos projetos de mineração.

Eu acredito que nenhuma outra empresa de mineração do Brasil está gastando esse volume de dinheiro em implantação de novos projetos. Deve ser o maior programa brasileiro. A maior parte disso, atualmente, é em projeto de ouro e em estudos das minas de cobre também.

Vamos ver, agora, então, os resultados dos trabalhos realizados. Uma parte do trabalho foi para o dimensionamento de jazidas já conhecidas, quer dizer, quando entramos com o programa de pesquisa geológica, já entramos dimensionando jazidas que já eram conhecidas antes, jazidas de titânio, fosfato, que a Vale do Rio Doce adquiriu na parte oeste de Minas Gerais. E, ao mesmo tempo, existia o programa de descoberta e desenvolvimento de novas jazidas, em áreas onde não se conhecia nada ou se conhecia muito pouco da geologia.

Este programa, depois de 15 anos de trabalho, resultou em descobertas de algumas grandes jazidas, principalmente de alumínio, de cobre e de ouro. Esses sofram os metais em que tivemos realmente um sucesso muito grande no nosso trabalho.

E, quando se procura jazida, normalmente, para cada elefante, acha-se uma porção de ratinhos, quer dizer, acha-se uma jazida grande e uma porção de jazidas pequenas. Então, foram encontradas jazidas menores de estanho, tungstênio e níquel, que são jazidas de pequena dimensão e não se comparam com as grandes jazidas encontradas daqueles outros metais, de alumínio, cobre e ouro.

Agora, vou mostrar um outro slide daquelas jazidas de titânio e fosfato, que já eram conhecidos, antes do programa DOCEGEO, que foram adquiridas pela Vale do Rio Doce no oeste de Minas Gerais.

Antes disso, vou mostrar um mapa mostrando a localização das reservas de minério da Vale do Rio Doce em todo o Brasil.

(Transparência)
(Publicada em anexo)

Aí, em números, o patrimônio mineral da empresa em minério de ferro e manganês. O minério de ferro está dividido em duas partes, que é de alto teor itabirítico. O minério de alto teor é o minério que não precisa de tratamento nenhum; é um minério que é só minerar, peneirar, embarcar e vender. Itabirítico é um minério já mais difícil, minério de muito menor valor, porque precisa ser concentrado, para obter um produto vendável.

A Vale tem, só em Carajás, quase 18 bilhões de toneladas de minério de ferro, que é certamente, de longe, a maior reserva de ferro do mundo, talvez, seja mais do que todas as outras reservas de minério de ferro de alto teor do mundo juntas, embora o ferro seja muito abundante, sob a forma de minério de baixo teor, que pode ser concentrado.

A jazida de manganês, a Vale tem 3 jazidas de manganês, uma, lá no Carajás, com 45 milhões de toneladas, e a participação na jazida de Urucum, Mato Grosso, e uma outra pequena jazida de manganês, lá, em Carajás, com 3 milhões de toneladas.

Essas então, são as reservas de titânio e fosfato e nióbio, embora titânio, fosfato e nióbio em questão de uso, sejam minerais que têm uso completamente diferentes, nas nossas jazidas, eles ocorrem juntos, na mesma jazida, por isso são apresentados em conjunto aí e eles ocorrem nas duas jazidas que a Vale adquiriu direitos minerais delas em 68 ou 69, no oeste de Minas Gerais, na região de Tapira e de Salitre. Ela detém, então, a reserva de 340 milhões de toneladas de minério de titânio, com 20 e poucos por cento de óxido de titânio, e essas jazidas de fosfato, que são, na outra figura vamos ver, fazem parte da mesma jazida, estão junto com o minério de titânio, e minério de fosfato, 900 milhões de toneladas, com 8% de

óxido de fósforo. E, junto com essa jazida, ocorre uma jazida de nióbio, que é uma jazida, em escala mundial, bastante grande; é a segunda maior jazida de nióbio do mundo. Mas, acontece que a primeira é 10 vezes maior do que esta, que é a jazida de Araxá, que pertence a CBNM. Então, essa jazida, embora seja uma jazida importante e grande, ela fica obscurecida pelo tamanho da primeira jazida de nióbio do mundo, que é a primeira jazida de Araxá, lá em Barreiro, que pertence a CBNM, que tem uma reserva quase 10 vezes maior que essa, com um teor duas vezes mais alto. Mas, de qualquer forma, é uma jazida importante de nióbio.

Esse mapa mostra, então, as áreas, cujos direitos minerais pertencem à Vale do Rio Doce, na chaminé vulcânica de Itapira.

Esse círculo, mais ou menos arredondado, que os srs. vêm em volta, são os limites dessa chaminé, desse tomo de rochas. Esses tomos de rochas vulcânicas são muito interessantes, eles ocorrem em grande número, número considerável, no Brasil, e pode-se dizer que a maior parte deles são portadores de importantes reservas minerais.

Para se ter uma idéia, só nessa faixa Sul do Brasil, existem, se não me engano, 9 tomos vulcânicos importantes desses, que se estendem, desde o Estado de Santa Catarina até Goiás. Se em Minas Gerais, tem 4 ou 5 e todos eles estão relacionados a importantes jazidas, por exemplo, em São Paulo, as jazidas de fosfato de Jacupiranga; em Minas Gerais, as jazidas de Poços de Caldas, de alumínio e de urânio; em Araxá, as jazidas de nióbio do Barreiro, esse tomo fica a uns 30 quilômetros ao sul de Araxá e ele contém importantes reservas de minério de titânio, de fosfato e de nióbio.

Aqui, em vermelho, temos minério de titânio. Aqui, uma cobertura estéril, em verde, o minério de fosfato, aqui, está a jazida de nióbio.

Atualmente, existe uma das maiores minas de fosfato do Brasil, que está implantada nesta jazida e está produzindo fosfato, a partir desse minério, e removendo esse minério titânico que está sendo estocado e já existe uma planta semi-industrial de beneficiamento de titânio produzindo concentrado de titânio a partir desse minério.

Esse aí e a jazida semelhante a esta, que fica a uns 100 quilômetros ao norte de Araxá, que é a jazida de salitre e que são duas chaminés vulcânicas juntas.

Essa ao norte, aqui, são duas chaminés gêmeas. Essa ao norte é a chaminé de Serra Negra, que não é mineralizada, até hoje não se conhece minérios associados a ela. Essa aqui é a chaminé de salitre, onde a Vale do Rio Doce detém áreas com reservas importantes de titânio e de fosfato. Já estão sendo feito estudos, mas, atualmente, a jazida já é cubada, mas, os trabalhos, estão mais concentrados na outra jazida, onde as condições logísticas são melhores, está mais próximo de Araxá e já existem instalações industriais.

Dando continuidade à apresentação do patrimônio mineral da Vale do Rio Doce, gerado pela pesquisa geológica, temos as reservas de bauxita, minério de alumínio, detidas pela Vale do Rio Doce. Estão em todas essas regiões, Trombetas, Ameirim, Paragominas, outra em Paragominas associada com a RTZ, associação entre a Vale e a RTZ, uma pequena reserva em Carajás e a reserva de Tiracambu, que foi a nossa descoberta mais recente e mais interessante de bauxita, apesar de ser a menor, porque é uma jazida muito boa em termos de condições de lavra, localização, é a jazida mais valiosa de bauxita que temos, exceto a de Trombetas, que é maior e muito boa, mas a de Trombetas a Vale do Rio Doce está lá associada com a Mineração Rio Grande do Norte; detém só 46% do capital apesar de ser a maior acionista.

O SR. FRANCO — Qual é a localização de Tiracambu?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS FONSECA — Tiracambu fica no Estado do Maranhão, a 30 km da ferrovia, quase na divisa com o Pará.

A reserva total de bauxita está na ordem de 2,5 bilhões de toneladas. Para ter um termo de comparação, a reserva brasileira de bauxita é estimada em 4,3 bilhões de toneladas, o que dá mais da metade da reserva brasileira de bauxita. A reserva brasileira de bauxita é a terceira do mundo, sendo inferior apenas à da Austrália e da Guiné, na África.

Temos também reservas de bauxita metalúrgica, que é um tipo especial mais valioso de bauxita, é uma bauxita com baixo ferro, que se presta ao uso para fabricação de refratário. A bauxita citada acima é metalúrgica, a citada abaixo é a bauxita refratária. É um material muito interessante, pode conseguir um preço mais alto do que a bauxita metalúrgica, mas também o mercado é bastante restrito, é um mercado bem menor para esse tipo de material.

Associado à jazida de bauxita de Almeirim, temos uma jazida de caulim, que também não existe nenhum plano para desenvolvimento, porque o caulim é um material que está hoje em superoferta, no mundo. É difícil de entrar no mercado de Caulim, já tem o mercado meio saturado.

Esse mapa mostra a localização das jazidas de bauxita da Vale do Rio Doce: em azul, temos a região de Almeirim, na margem esquerda do Amazonas; em rosa, a região de Paragominas, onde estão as maiores reservas de bauxita, não só da Vale do Rio Doce mas do Brasil, elas são as maiores mas não são as melhores, elas têm certas condições que tornam a lavra difícil e as condições de localização para escoamento também não são muito favoráveis. A bauxita, como é um material de baixo valor, tem que estar próxima de um porto ou de uma ferrovia para que se torne econômica. Fazer uma infra-estrutura muito grande para a bauxita é uma coisa um pouco problemática, porque os volumes de produção são bem menores do que os de minério de ferro. Temos, em verde, a região de Tiracambu, onde estão localizadas as melhores reservas, melhores não só pelas suas características como jazida, mas porque estão perto da ferrovia, são fáceis de lavrar e estão perto da ferrovia de Carajás. É uma pequena reserva de Carajás, que tem problema de qualidade inferior e é de difícil uso para a metalurgia.

(Transparência publicada em anexo.)

Esse é um mapa geológico da região de Paragominas e Tiracambu, em conjunto. Mostra bem a localização de jazida de Tiracambu em relação à ferrovia; aqui está a ferrovia de Carajás, já é a alteração, e aqui estão as jazidas de Tiracambu, descobertas há 3 anos, e hoje são as melhores jazidas de bauxita que temos.

Essas outras que hoje são quase reservas estratégicas, bastante grandes mas que as condições econômicas para lavra a curto prazo são mais difíceis.

Essa é uma seção da jazida de Tiracambu, para mostrar, ilustrando o fato, de que o volume de reservas muitas vezes não é tão importante, são mais importantes as condições para a lavra. Essa jazida de Tiracambu tem condições de lavra muito favoráveis por causa da espessura da camada de minério que é muito grande, de 2 a 3 metros, e do fato desse material duro, laterita bauxítica está por baixo da camada de minério. Nas jazidas de Paragominas, que são bem maiores em reserva, as camadas são muito mais finas e a camada de material duro está por cima. Então, temos casos de jazidas que podem ter reservas cinco vezes menores, mas que, em valor econômico, a curto e médio prazo, têm um valor muito maior do que a outra.

Esse é o mapa da região de Almeirim, onde nós já pesquisamos bauxita há bastante tempo. Os trabalhos hoje estão sendo conduzidos mais de vez em quando, e estamos concentrados nessa área que fica próxima ao rio Amazonas, próxima a um porto para navio, com águas profundas. Seria viável, se o mercado melhorar, a implantação de uma mina de bauxita nessa região devido à proximidade do porto.

Essas outras áreas são também tipo reserva estratégica, elas estão mais distantes e as condições desses depósitos não são tão boas como as de Tiracambu.

Estamos ai com a apresentação do patrimônio mineral da Vale do Rio Doce, com a reserva de cobre e de ouro. Realmente, a maior realização do programa de pesquisa da Vale do Rio Doce foi a descoberta de jazidas de cobre na região de Carajás, principalmente, e uma na região da Bahia. Mas essa é quase que uma continuação da jazida de Carajás, cujos direitos pertencem à Vale do Rio Doce, foi pesquisada pela Vale do Rio Doce.

A realização mais importante do nosso programa foi a descoberta dessas jazidas de cobre em Carajás. Isso porque quando nós procuramos bauxita, revelamos e dimensionamos quase que metade das reservas brasileiras de bauxita. Mas é uma coisa que já era conhecida no

Brasil, já se sabia que o Brasil era potencialmente rico neste minério. Quando nós começamos a procurar minério de cobre, havia inclusive os pessimistas que diziam que o Brasil não tinha condições para ter grandes jazidas de cobre, havia idéias de empresas brasileiras fazerem pesquisa de cobre no exterior porque aqui não havia. E o nosso problema de pesquisa revelou, próximo ao ferro de Carajás, uma jazida muito grande de cobre, tamanho gigante, com cerca de 9 milhões de toneladas de metal. Para se ter uma idéia do que representa esse tamanho, todas as outras jazidas de cobre conhecidas no Brasil, juntas, não chegam a 3 milhões de toneladas de metal contido. Só nessa jazida temos mais de 9 milhões de toneladas, quer dizer, é três vezes maior do que todo o resto das jazidas de cobre do Brasil juntas. É a única jazida que pode vir a representar uma auto-suficiência, ou quase auto-suficiência do Brasil em cobre. Associado com ela, essas jazidas normalmente são polimetálicas, elas têm outros valores metálicos junto. No caso da jazida de Salobó, os outros valores metálicos são principalmente o ouro, que sairiam como subproduto, a prata e molibdênio. Juntando todos esses outros valores, teríamos um acréscimo que nós calculamos ser da ordem de 20 a 30%. Essas jazidas teriam 75% do valor contido, que seria cobre, e 25% na ordem de grandeza que seria ouro, prata e molibdênio que seriam aproveitados como subprodutos.

Estamos ainda pesquisando na área. Uma jazida dessas certamente nunca ocorre sozinha, ela pode até ser a maior da região, porque, é lógico, se encontra o que é a maior e mais fácil de achar primeiro, mas já se sabe que existem várias outras jazidas de cobre. A outra principal que estamos pesquisando atualmente é a jazida do Pojuca, que está com uma reserva de 60 milhões de toneladas de minério. Mas nós já temos indicações que ela deve ser bem maior, no mínimo o dobro do que está ali. A continuidade da pesquisa vai revelar uma reserva bem maior.

Temos quase certeza que existirão outras jazidas de cobre nessas faixas, como vou mostrar no mapa. Abaixo, temos as reservas de ouro da Vale do Rio Doce. Uma das principais reservas é o ouro associado ao próprio minério de cobre do Salobó, mas essa jazida não pode ser minerada para ouro, ela tem que ser minerada para cobre e ouro ou seria um subproduto. As reservas principais de ouro da companhia são as reservas de Araci, do Pará, que foi uma descoberta do Programa de Pesquisa da DOCEGEO, que tem um potencial de umas 200 toneladas de ouro de reserva, embora seja um potencial, jazidas de ouro não conseguem ser medidas assim com precisão, como se mede uma jazida de ferro, elas vão sendo descobertas, o potencial vai sendo revelado à medida em que a jazida entra em posição. Mas, de qualquer jeito o ambiente é muito favorável, os indícios são ótimos, e sabemos que temos boas jazidas de ouro na região de Araci, na Bahia. E coisas menores no Pará, esta região do sul do Pará é muito promissora para ouro, mas com o problema do garimpo fica um pouco complicado de fazer pesquisa lá devido à interferência com a atividade garimpeira.

Esse é um mapa geológico da região de Carajás, que já foi mostrado anteriormente pelo Breno, na exposição que fez na semana passada, mostra as várias formações rochosas de Carajás com as quais estão associados os diversos minérios metálicos. Carajás é uma grande província de minérios metálicos, embora faltem lá outros bens minerais essenciais, como, por exemplo, o calcário que tem muito pouco, infelizmente não tem carvão. É uma província de minérios metálicos. Nessas faixas em roxo, temos as formações ferríferas, estão aqui as enormes reservas de minério de ferro de Carajás. O programa de pesquisa realizado a partir de 1972, pela DOCEGEO, nessa área, revelou essas reservas de cobre associadas a esses outros tipos de rocha. E reservas de ouro, também, a associadas a esses outros tipos de rocha. Já existia também a reserva de manganês, associada a esse tipo de rocha, e a esse tipo já existe também as três reservas de Carajás. E as reservas de cassiterita, de estanho, que são associadas às nossas graníticas, aqui em vermelho.

Esse é o mapa da mesma região, só mais simplificado, mostrando as faixas anômalas em cobre. Existem em Carajás verdadeiros copy-belts, cinturões de rochas anômalas em cobre, com teores muito altos de cobre. E as jazidas estão dentro dessas faixas, as jazidas são concen-

trações dentro de faixas de rocha que já têm um teor muito alto, anômalos, de cobre.

Para ver a localização, temos o terminal ferroviário de Carajás, temos as jazidas de ferro, e essas faixas anômalas de cobre ocupam uma área mais extensa do que as de jazida de ferro. Uma grande parte dos nossos trabalhos hoje consiste em fazer um inventário dessas jazidas, procurando aos poucos, localizar e dimensionar essas jazidas de cobre e outros metais associados que eventualmente existam, como o zinco e outros. É um trabalho bastante difícil porque nessa região as jazidas não têm expressão e superfície, elas são completamente mascaradas pela vegetação e pelo solo, diferente das jazidas de ferro e de manganês; que são as primeiras a serem descobertas, porque elas são aflorantes, o geólogo chega e constata que ali existe uma jazida, resta então dimensioná-la. Nas jazidas de cobre e outros metais, ouro, zinco, etc., não existe nenhum indício de superfície, são jazidas totalmente sérias. Elas são descobertas e localizadas por métodos indiretos, começa com interpretação fotográfica, interpretação morfológica mas depois há de recorrer a métodos geofísicos, geoquímicos. É um trabalho bastante prolongado e caro, até se chegar a locais onde se pode sondar e constatar a existência ou não de corpos mineralizados.

Esse mapa mostra, para dar uma idéia, o tamanho do corpo cuprífero do Salobó, que tem mais de 4 km de extensão por uma largura de 400 metros em sua maior largura. É um corpo de minério de cobre de grandes dimensões, comparáveis às grandes jazidas do Chile dos Estados Unidos, embora seja de teor mais baixo do que a do Chile, menor do que a do Chile e de condições mais difíceis de lavra também, não é uma jazida tão boa quanto as chilenas. Mas, de qualquer forma, em termos de reserva de potencial, de quantidade de metal, é comparável às grandes jazidas de cobre do mundo.

Essa é uma seção geológica da mesma jazida, que mostra a grande profundidade a que ela se estende. Temos aqui o nível do mar, abaixo da cota zero e está aberto em profundidade, quer dizer, num futuro mais longínquo, se o cobre melhorar de preço, podia ser desenvolvido em minas subterrâneas mais profundas para um aproveitamento total dessas reservas. Atualmente, só 40% dessa reserva seria aproveitável por lavra a céu aberto, uns 60% teriam que ser deixados para aproveitamento futuro, por lavra subterrânea, dependendo, então, da economicidade e da evolução do valor do cobre. Uma outra coisa, essa jazida tem uma cobertura muito espessa de minério alterado.

Isto aqui é um minério que contém cobre, mas é de difícil aproveitamento. Então, ainda estamos estudando se há possibilidade técnico-econômica de aproveitamento do cobre contido nessa cobertura. Mas, se não houver, ela seria viável de qualquer forma, removendo essa cobertura, aproveitando só os corpos de minério sulfetado de rocha primária.

Isso daí é o chamado greenstone belt de Santa Lúcia; em língua de geólogo, são faixas de rochas verdes, de idade muito antiga, de mais de um bilhão de anos, que sempre contêm mineralizações de não-ferrosos ou de ouro. No caso foi o primeiro greenstone belt cujo tipo de formação geológica já era conhecido no Canadá, na Austrália, na África do Sul; esse foi o primeiro localizado no Brasil, embora hoje já se conheçam inúmeras formações dessas no Brasil. Esse foi o primeiro localizado aqui no País pelos técnicos da DOCEGEO. Fica situado a duzentos e poucos quilômetros de Salvador e é muito rico em ouro.

As nossas principais reservas de ouro estão aí.

Uma coisa que acho particularmente curioso é como os portugueses, nos tempos antigos, não descobriram ouro nessa região e foram descobrir não digo em Minas Gerais, onde o minério era muito abundante, mas lá no quadrado ferrífero onde se concentrou a grande produção de ouro no tempo dos portugueses. Mas eles descobriram ouro em Goiás, em Mato Grosso, em lugares muito mais distantes do que isso aí, que fica a duzentos quilômetros de Salvador. Realmente é curioso, para mim, como isto ficou desconhecido dos antigos, como uma região aurífera tão rica ficou desconhecida dos antigos durante tanto tempo. Não sei qual seria a explicação. Talvez não tivesse havido penetração nessa área, porque o pessoal estava concentrado mais na plantação de cana

no litoral e não estava interessado em ouro por aí. Depois, como era uma região plana e eles associavam ouro a regiões montanhosas, não acreditavam que existisse ouro em regiões planas, não sei por que essa região ficou para ser descoberta por nós, agora, na época moderna.

A vale do Rio Doce detém 90% dos direitos minerais dessa área aí, que está em produção. A principal concentração, a principal jazida ou as principais jazidas, que são inúmeras, são localizadas nesta faixa sul. Também está em exploração o material de superfície, já produzindo uns cinqüenta quilos de ouro por mês. Está em andamento um trabalho de desenvolvimento subterrâneo da jazida e em implantação uma outra mina para produção de minério de superfície, nessa região, existindo várias outras em estudos, para localização de projetos de produção de ouro. Acreditamos que podemos chegar a produzir algumas toneladas de ouro por ano, não sei quanto, mas numa previsão otimista, talvez até cinco toneladas de ouro por ano, numa região como esta.

Estes são detalhes da faixa mais rica daquela região, da chamada Fazenda Brasileiro, onde fica o principal corpo aurífero já localizado nesse Green stone belt, que já está com minas subterrâneas em desenvolvimento. É uma jazida bastante promissora, com um teor relativamente alto e acreditamos poder implantar uma mina de ouro de médio porte aí para a produção de minério subterrâneo. Nessa região, também, já estão produzindo ouro a Vale do Rio Doce, através de sua coordenação de projetos de ouro, já está produzindo ouro do minério superficial por um método, por uma tecnologia pioneira, que foi trazida dos Estados Unidos, e a primeira aplicação dessa tecnologia, no Brasil, foi feita por um processo denominado lixiviação em pilha, que permite o aproveitamento de minérios de muito baixo teor, desde que esse minério esteja em superfície e seja barato de extraír. São projetos de rentabilidade muito alta e, às vezes, em seis meses se paga o investimento. Atualmente, são os melhores projetos de mineração, no Brasil, são desse tipo, de minério de ouro em superfície. Não só a Vale do Rio Doce, mas outras empresas estão se dedicando a isso. É a forma das organizações empresariais produzirem ouro, paralelamente aos garimpeiros, que são minérios que não são garimpáveis não são tratáveis pelos métodos mais primitivos dos garimpeiros, teriam que ser tratados pelos métodos mais sofisticados. Não dá para produzir por métodos tradicionais de garimpagem. Isso é só uma idéia dos trabalhos de desenvolvimento subterrâneo, nessas faixas vermelhas, e aqueles corpos pretos são os corpos ricos de ouro, que estão representados nas rampas e galerias desenvolvendo até 60 metros de profundidade, para desenvolvimento desses corpos de minério que têm, em média, oito, nove gramas de ouro por tonelada, um minério semelhante aos minérios clássicos de Morro Vermelho e outras jazidas de Minas Gerais — esse projeto está em desenvolvimento há vários anos. É um processo lento, onde se tem que ir incubando a reserva com cuidado, preparando a mina para a produção. Acredito que em mais dois ou três anos essa mina poderá entrar em produção, essa lava subterrânea. Enquanto isso, vai-se ganhando dinheiro com a produção a céu aberto, que financia esse desenvolvimento subterrâneo que é um trabalho de mais longo prazo.

Terminando a exposição sobre o patrimônio mineral da Vale do Rio Doce, minérios que a companhia detém reservas relativamente pequenas e não muito importantes de níquel, estanho, cassiterita e tungstênio, são reservas modestas, embora as de estanho já estejam em produção, foram arrendadas para empresas nacionais de produção de estanho. Essa de Antônio Vicente já está em produção há alguns anos, foi arrendada para Paranapanema. Outra reserva, lá de Goiás, Pedra Branca, está arrendada para a Goiás Estanho com a associação da Brumadinho com a Metar. As reservas de níquel estão paralisadas, porque níquel desse tipo, níquel laderítico como esse, hoje, no Brasil, existem inúmeras jazidas, já existem minas instaladas, em produção, e não há muito espaço, a curto prazo, para a implantação de projetos de níquel, desse tipo de minério, apenas se fosse um minério sulfetado, um minério melhor.

Então, são reservas estratégicas. A reserva de tungstênio é relativamente pequena mas acredito que tenha viabilidade. A idéia da companhia é atrair empresa privadas que já estejam trabalhando no setor e que queiram se as-

sociar, fazer alguma forma de negociação nessa jazida, mas tendo em vista, também, a industrialização do minério próximo à mina na região de Carajás.

Esse trabalho de pesquisa geológica é contínuo não pode parar e não se pode desanimar; temos que estar sempre criando novas coisas. Atualmente estamos numa fase que não é muito fácil, porque, apesar das grandes realizações do programa de pesquisa que descobriu, localizou e dimensionou jazidas muito grandes de não-ferrosos, principalmente de alumínio, de cobre e de ouro, a conjuntura mundial mudou bastante, nesse tempo, e os preços, principalmente do cobre e do alumínio diminuíram, o consumo igualmente diminuiu. Não se pode persistir só em continuar aumentando um programa desse tipo. Esse programa tem que ficar com uma dimensão mais ou menos razoável e continuamos fazendo um inventário dessas reservas, nas áreas nas quais detemos direitos minerais, onde sabemos que elas tem um potencial maior de reservas do que já foi revelado. Continuamos fazendo um inventário dessas reservas de alumínio, cobre, alguns indícios de reservas de zinco na Região Norte.

Hoje, o principal objetivo nosso é a localização de jazidas, principalmente de ouro e de outros metais preciosos. Porque nas épocas de crise econômicas, como a que estamos vivendo agora no mundo inteiro, parece que acontece isso, ou pelo menos aconteceu na década de trinta, em que o ouro teve ressurgimento, volta a ter valor como um refúgio de capital, há uma fuga de capital para o ouro, porque, na verdade, o ouro não é metal de utilidade, não tem uso, alia, tem uso. Se o ouro fosse usado só para os fins onde ele é necessário — na microeletrônica ou mesmo para dentista, que não é necessário, mas pode ser usado — se o ouro não fosse um bem financeiro, uma reserva financeira e não um metal, não existiria nenhuma mina de ouro no mundo. O ouro que é produzido como subproduto do cobre e de outros metais é mais do que suficiente para abastecer os usos industriais de ouro. Vinte por cento do ouro do mundo é produzido como subproduto de cobre e outros metais. Se o ouro não fosse um metal do qual se faz barra e põe no banco para reserva ou que se faz jóia para guardar em casa como reserva de valor, não existiria, não haveria mineração de ouro.

Nos tempos de crise todos se voltam para o ouro e hoje, o que dá rentabilidade, e todas as empresas de mineração do mundo estão interessadas, são as jazidas de ouro, em consequência da crise econômica. Isso é uma tradição multimilenar, que não vai acabar tão cedo, o ouro vai continuar a ter valor por algum tempo, talvez por séculos.

Nosso interesse, hoje, está concentrado na localização de jazidas de ouro. Outro objetivo do nosso programa são os chamados elementos estratégicos e elementos de liga. Porque, com a evolução tecnológica está aparecendo uso cada vez maior. Ao mesmo tempo que o uso dos metais tradicionais do ferro, do alumínio, do cobre, está diminuindo, está aparecendo cada vez mais o uso de outros metais que são usados com finalidades eletrônicas, alta tecnologia, etc... e, inclusive, para liga com metais tradicionais para melhorar as características desses metais, diminuir o volume de uso desses metais.

Estamos sempre atentos e procurando nos ligar nisso e já temos programa de exploração para esses tipos de minerais, como já estão citados: berilo, silício, flúor, cromo e outros metais de liga e metais estratégicos. E, ao mesmo tempo, estamos iniciando trabalhos na área de materiais energéticos. Evidentemente, na área de materiais energéticos, no Brasil, o carvão brasileiro já é conhecido, tem dono, está todo concentrado no Rio Grande do Sul e, dificilmente, vai-se encontrar, como dizem os geólogos, grandes reservas de carvão em outros lugares do País. A Vale do Rio Doce tem interesse em investir na área do carvão em associação com empresas particulares, áreas em que a CPRM detém reservas de carvão no Rio Grande do Sul, a Vale tem interesse em negociar a sua participação no desenvolvimento de minas de carvão.

Outro material que está em nossa agenda é a turfa que, com a crise energética, com a crise do petróleo, é uma espécie de carvão recém-nascido, um carvão super-recente, um material combustível de origem recente e várias áreas de turfa já foram localizadas no Brasil pela CPRM e por outras empresas, estamos entrando nessa área e também

estamos em contato com a CPRM. A Vale do Rio Doce é um potencial consumidor de turfa em suas instalações de pelotização e em outras instalações para substituto de óleo combustível.

Outra área que estamos arranhando, preparando pessoal, procurando tomar conhecimento disso, e acreditamos que venha a ser de grande importância, daqui para a frente, é a área de fertilizantes. Normalmente, dividimos as matérias-primas básicas em renováveis e não-renováveis; não-renováveis seriam as jazidas e renováveis seriam os produtos agrícolas. Mas, na verdade, a base para o cultivo dos produtos agrícolas é também um bem não-renovável. A economia agrícola intensiva provoca um desgaste no solo, uma verdadeira mineração no solo, há um desgaste por erosão e por absorção dos nutrientes, e os solos vão sendo desgastados e têm que ser acrescentados os nutrientes.

Até hoje, preocupamo-nos muito com os macronutrientes que vêm de jazidas: o potássio, o fósforo, que são materiais dos quais o Brasil é carente, mas existem também os micronutrientes que vão sendo esgotados dos solos.

Estamos preocupados em começar a formar um embrião de estudo do uso de fertilizantes alternativos, pois acreditamos que a geologia terá um grande papel, no futuro, nessa área de conservação de solo, de produção de micronutrientes para a recomposição de solos agrícolas.

Para finalizar, nosso programa de expansão para outras áreas — não sei se os Senhores lembram daquele mapinha do Brasil que foi mostrado no começo da exposição, onde mostrava, em rosa, as áreas favoráveis à mineralização; e a faixa mais desconhecida, favorável à mineralização no Brasil, é o extremo-norte do Brasil, na fronteira entre o Amapá e o Estado do Pará, onde temos interesse em entrar com as nossas pesquisas. Os direitos minerais aí ainda não estão definidos, o GEBAM bloqueou temporariamente essas áreas, mas temos esperanças de conseguir pesquisar, pelo menos, parte dessa área que era conhecida e que, inclusive, foi chamada de Novo Carajás. Não acredito que seja, nem de longe, tão rica quanto Carajás, mas, de qualquer forma, é uma área potencialmente rica para ouro e metais básicos. Além disso, ela contém no sul duas chaminés vulcânicas semelhantes àquelas que eu mostrei que existem em Minas Gerais e também em todo o Sul do Brasil, que são ambientes muito propícios para o titânio e o fosfato. Nós já localizamos uma ocorrência de fosfato que pode se revelar como uma jazida. Então, é a nossa principal fronteira de pesquisa, hoje, nessa área do norte do Pará, dependendo da situação legal e da obtenção de direitos minerais.

Era isso que eu tinha a apresentar. Estou à disposição dos Srs. parlamentares para responder às perguntas que estiverem a meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (César Cais) — Antes de passar a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, o nobre Relator, eu tenho duas questões: a primeira diz respeito à mina de cobre de Carajás. Na realidade, interessa-me a auto-suficiência ou a possível auto-suficiência de cobre. Quando é que a Vale pretende ou terá condições, em função da medição de reservas, de iniciar o processo de exploração das minas?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — A previsão, o cronograma da Vale, inclusive já em associação com o BNDES — não sei se V. Ex* sabe que hoje o BNDES tem um contrato de associação para o desenvolvimento da mina de cobre de Salobó — o programa prevê um investimento de mais de 20 milhões de dólares em 30 meses. Quer dizer, daqui a dois anos e meio o projeto básico estaria pronto e a viabilidade definida, estariam feitos os cálculos de investimento e o custo operacional. Então, estariam em condição de tomar a decisão sobre a implantação e sobre o tamanho da mina. A idéia, agora, é implantar uma mina com capacidade de produção de 100 a 120 mil toneladas/ano de metal, que seria o tamanho adequado àquela jazida. Isso já é uma fração considerável do consumo brasileiro. A direção da Vale, não é opinião minha, mas pelo que ouvi de pessoas da direção da Vale essa decisão terá de ser tomada em conjunto com a CARAÍBA e com o BNDES, porque esse produto seria destinado à metalurgia da CARAÍBA e teria que levar em consideração, também, um

eventual interesse do Brasil de continuar importando alguma cobre do Chile. O Brasil não vai querer ficar, tendo a sua jazida totalmente dependente do cobre importado ou quase totalmente dependente, como é hoje. Mas, há o interesse de manter uma certa importação de cobre do Chile, já que este país é comprador de bens manufaturados, de produtos agrícolas, o que poderia, também, influir na decisão do dimensionamento da jazida.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — A segunda pergunta é uma questão, vamos dizer, de esclarecer uma rotina, em função das indagações já feitas nesta Comissão. A DOCEGEO é uma empresa que presta serviços à Vale do Rio Doce. De acordo com a reserva já inserida, estimada e medida, qual é a sistemática da DOCEGEO em passar o patrimônio para a Vale? Ou a cada fim de ano, com o balanço, as reservas de medidas é que passam para o patrimônio mineral da Vale? Já tem alguma sistemática sobre o assunto?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não, o trabalho de responsabilidade direta da direção da DOCEGEO vai até à cubagem da jazida, quer dizer, à aprovação do relatório de pesquisa pelo DNPM e ao requerimento de lavra, o plano de lavra, já é da Vale do Rio Doce e, normalmente, os direitos de lavra já são da Vale do Rio Doce, e a implantação das minas já é feita por órgãos da Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — A cada fim de ano a DOCEGEO faz um balanço mineral daqueles seus trabalhos?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — A cada fim de ano nós fazemos uma avaliação, um relatório anual, mas a coisa é definida por projetos. Uma determinada área de pesquisa gera ou não gera jazidas. Uma vez gerada uma jazida, esta é dimensionada, cubada, é feito o relatório de pesquisa, esse relatório é aprovado pelo DNPM ou reprovado, mas geralmente é aprovado e, então, o estudo de lavra já passa a ser uma obrigação da Vale do Rio Doce. Mas, não coincide, obrigatoriamente, com o fim de ano. Pode ser em qualquer época. É por projeto.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, o nobre Relator.

O SR. SEVERO GOMES — Dr. Francisco Fonseca, nós terminamos de ouvir a sua exposição e continuamos com a mesma curiosidade que permaneceu depois da reunião passada, em que ouvimos a riquíssima palestra do Dr. Breno.

V. S^º dá o retrato do patrimônio mineral da Vale, mas a questão que nós colocamos e que ainda não sabemos a resposta é qual o valor desse patrimônio? Porque, evidentemente, nós temos que captar uma impressão de que a Vale detém um enorme patrimônio mineral e que na contabilidade da Vale está com o valor zero. Qual é o valor desse patrimônio dessa grande empresa brasileira de mineração? Porque nós só sabemos que uma jazida tem valor quando uma empresa privada quer e recebe um direito de lavra e depois vende, só af, então, tem algum valor, como aconteceu com a bauxita de Trombetas, lá no Jari. Então, esta é uma questão de extrema importância para nós. V. S^º poderia nos dar indicações de quais seriam os critérios para se avaliar o patrimônio mineral, de como se avalia o valor de uma jazida?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Os bens, os recursos naturais em geral, não só as jazidas, mas qualquer recurso natural, têm um valor muito grande, mas eu acho que é muito difícil, como o meu antecessor expôs aqui, dizer o valor, acho que é um valor mais estratégico. Medir esse valor em dinheiro, ou transformá-lo em valor monetário, em patrimônio, é um trabalho bastante difícil pelos critérios da economia ortodoxa, da economia normal. Esse valor teria de ser definido depois que se fizesse um projeto e um estudo de viabilidade, só assim se poderia chegar, então, a uma conclusão de que esse recurso tem um determinado valor.

Muitas vezes, esse valor em transações é considerado zero, como foi o caso das próprias jazidas de ferro de Carajás, pois a United Steel passou para a Vale do Rio Doce os direitos dela, simplesmente, pelo reembolso da pesquisa. Então, ela não atribuiu nenhum valor ao minério no chão. O que não quer dizer que o valor desse

minério no chão não possa ser calculado pelos critérios econômicos ortodoxos.

É um trabalho muito difícil, que foge à nossa área e ao nosso trabalho de geólogo. Eu sei que existem na Vale do Rio Doce pessoas qualificadas para fazer esse tipo de serviço, mas, realmente, dar aqui o valor desse patrimônio mineral, eu, francamente, não tenho uma idéia de como fazer isso e seria um trabalho árduo e prolongado. Eu acho que devemos considerar muito mais o valor estratégico desses recursos do que propriamente o valor patrimonial. Esse valor patrimonial pode ser calculado, os economistas minerais têm critérios para fazer isso, mas realmente foge um pouco à nossa área e exige um trabalho adicional muito grande. Eu não saberia dar o valor monetário, o valor de patrimônio, de capital, expressar isso em dólares ou em cruzeiros. Eu tenho uma idéia particular sobre isso, uma idéia pessoal, de que esse valor é muito mais estratégico e talvez não seja muito mensurável em termos de dinheiro. Dando uma comparação, não sei se válida, seria como querer medir o valor de uma queda d'água em quilômetros ao invés de medi em quilowatts.

Por exemplo, um dos maiores bens naturais, um dos mais importantes recursos naturais que existem no Brasil em abundância, e também em qualquer parte do mundo, seria uma queda d'água. Um lugar onde se pode fazer uma usina hidroelétrica; no entanto, nunca vi uma preocupação em calcular quanto vale essa queda d'água em cruzeiros. Se eu calcular o valor de uma jazida como, por exemplo, a grande jazida da Serra Sul lá no Carajás, que é uma jazida fantasticamente grande, que tem quase 11 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor. Mas, certamente, nenhum de nós ainda vivos verá essa jazida ser explorada. Ela, provavelmente, vai ser explorada daqui a uns 50 anos ou mais.

Então, como calcular, hoje, esse valor pelos critérios econômicos ortodoxos? Seria muito difícil. Por exemplo: se as jazidas de Carajás, ao invés de estarem situadas onde estão, num lugar onde foi possível se construir uma estrada de 900 km e chegar ao porto, estivesse situada no norte do Mato Grosso e fosse preciso fazer uma estrada de 3 mil quilômetros ou, então, fazer uma estrada um pouco mais curta de algumas centenas de quilômetros, que iria chegar num rio todo encachoeirado; daí fazermos uma porção de escusas para chegar com barcos pequenos em outro porto, o valor seria muito diferente. É uma tarefa que, realmente, acho bastante difícil. O valor estratégico, sem dúvida, é muito grande, mas o valor expresso em unidades monetárias é uma coisa difícil de se calcular. Transformar isso em algo que pudesse entrar como capital é uma coisa muito difícil. Eu acredito que existem áreas da Companhia que possam prestar melhores esclarecimentos sobre isso.

O SR. SEVERO GOMES — Nós estamos, hoje, às vésperas do início da operação de Carajás, da exportação de minério de ferro. V. S^º poderia dar uma informação em que volume de exportação de minério de ferro seria necessário apenas satisfazer o serviço da dívida contraída para o investimento em Carajás?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Essa é uma outra pergunta que foge um pouco da minha área, mas eu tenho a idéia de que com essa produção prevista de 35 milhões de toneladas/ano seria possível obter essa rentabilidade. Agora, é também uma outra pergunta que eu acho que pode ser melhor respondida por áreas da Companhia ligadas diretamente à implantação e à parte econômica do Projeto carajás.

O SR. SEVERO GOMES — Essa dificuldade de avaliação do valor de uma jazida não cria obstáculos para estabelecer os critérios de transferência de direito de lavra, de cessão de direito de lavra, para outras empresas? E quais são os critérios que a Empresa usa para esse processo de transferência? Qual é a ação?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — A Vale do Rio Doce, até hoje, não transferiu, justamente por causa dessa dificuldade, os direitos minerais seus. Ela arrendou jazidas. As jazidas de estanho foram arrendadas mediante royalty e existe idéias de que outras jazidas pequenas, como as jazidas de bauxita refratária, por exemplo, possam ser aproveitadas a curto prazo, com melhor aproveitamento, aproveitamento mais imediato, mediante arrendamento. Mas, a Vale do Rio Do-

ce, até hoje, não cogitou em transferir ou vender jazidas; ao contrário, ela tem adquirido jazidas.

O SR. SEVERO GOMES — A Vale do Rio Doce não cedeu uma jazida de bauxita refratária para um grupo privado? Ou deixou caducar os seus direitos e depois foram requeridos por uma empresa?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não, aquilo não eram jazidas, não existia e não existem jazidas até hoje. Eram direitos minerários, eram alvarás de pesquisa em uma área de importância secundária, estrategicamente para a empresa, que é aquela região mais a nordeste de Almeirim, e essas áreas nós chegamos a nos interessar por elas, a requerer os direitos para pesquisa, mas depois desistimos porque estávamos concentrados na região de Tiracambu, onde existem jazidas bem melhores. Então, não existem jazidas ali. Existem áreas com eventual potencial para a bauxita.

O SR. SEVERO GOMES — E no caso do arrendamento, quais são os critérios para a realização do arrendamento de uma jazida?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Eles são estudados e negociados caso a caso. Eu posso citar os dois arrendamentos que foram feitos para as jazidas de estanho, que a Vale do Rio Doce detém os direitos, as jazidas de Antônio Vicente no Pará, que está arrendada para a Paranapanema com um royalty de 6% sobre o faturamento. Já está em produção e a empresa paga, normalmente, a Vale do Rio Doce esse royalty. E a outra jazida de Goiás foi arrendada pela metade, por 3%, e ainda não está em produção, porque são jazidas bem mais difíceis tanto que as do Pará já estão em produção e a de Goiás a empresa ainda está num ritmo lento e caro de desenvolvimento de processo, de desenvolvimento de lavra, implantação do projeto e nós já sabíamos que eram jazidas muito mais difíceis, eles também já sabiam que eram jazidas bem mais difíceis; então foi negociado um royalty que é a metade do outro.

Por isso, cada caso é estudado particularmente, ou seja, cada caso é um caso.

O SR. SEVERO GOMES — Não entendi. Tratando-se de jazidas que fazem parte do patrimônio de uma empresa pública, esses arrendamentos deveriam ser realizados mediante licitação pública?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Foi feita uma licitação. Inclusive, os arrendamentos das jazidas de estanho foram feitos com autorização do Governo, e o Ministro César Cals era o Ministro na época.

O SR. SEVERO GOMES — Eu não estou falando em autorização, e eu estou falando em licitação pública.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — O critério foi o seguinte: primeiro, empresas nacionais com capacidade técnica para implantar o projeto. No caso, só existem duas que satisfazem esses critérios, quer dizer, que eram nacionais e que tinham capacidade técnica para realizar o projeto, eram duas empresas nacionais de mineração de estanho. Então, elas foram selecionadas por esses critérios. Só existem duas empresas que são nacionais e que têm capacitação técnica, e elas foram escolhidas para se fazer a licitação entre elas, nas duas áreas disponíveis. E fazer um achatamento público, amplo, foi considerado muito difícil. Então, foi considerado que era preferível estabelecer critérios primeiramente. Esses critérios foram os seguintes: empresas nacionais e capacitação técnica para fazer aquele trabalho.

O SR. SEVERO GOMES — Na sua exposição, V. S^º fez referência ao problema do nióbio, e aí eu teria algumas questões: Primeira, qual é a participação das reservas brasileiras de nióbio, comparadas com o que existe em outros países, como o Canadá ou Biafra?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — É muito grande. Pelo que sei, e os últimos dados que obtive foram através de revistas, só a reserva de Araxá, a reserva do Barreiro, contém 70% do nióbio economicamente explorado no mundo. O total das reservas brasileiras, incluindo as outras jazidas brasileiras de nióbio, deve andar em torno de 90% ou oitenta e tantos por

cento das reservas mundiais economicamente exploráveis de nióbio.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira, essa concentração do nióbio, em poucos lugares do mundo e no Brasil, em grande massa, coloca a questão de que, na verdade, não existe um mercado de nióbio no mundo. Então, como se pode aferir que os preços de exportação do nióbio sejam aqueles que teriam alguma relação com o seu verdadeiro valor, na medida em que não existe o mercado. Existe uma preocupação por parte da Vale do Rio Doce, da política mineral brasileira, de termos um cuidado para sabermos como é que esses bens que detemos, uma porcentagem altíssima no mundo, são exportados, e por qual valor?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Realmente é um problema difícil, não sei como preocupação. Sei, por visita e através de conversas com o pessoal da CPRM, que eles têm uma grande preocupação em ampliar o mercado de nióbio. Quer dizer, eles têm uma grande preocupação em desenvolver o uso do nióbio. Por outro lado, os compradores, os usuários de nióbio, têm a preocupação contrária, de como é que vão ficar dependentes de um bem mineral que só existe praticamente no Brasil. E se ficarem dependentes desse mineral em grande escala, ficarão na mão de pouquíssimos fornecedores. Existe um caso, que acho que tem alguma semelhança com isso, que é o caso do volfrâmio no mundo. O grande detentor de volfrâmio no mundo é a China. E a China, por ter um regime diferente, pratica uma política diferente. A China de vez em quando fecha, não vende, pára de vender, e espera o preço subir, depois que o preço sobe, ela começa a vender de novo e derruba o preço. O mercado de volfrâmio, é um dos mais malucos que existem no mundo, porque ele é controlado pela China. Não sei se eles obtêm vantagem ou não com isto.

Sobre o assunto eu faria uma observação. Na realidade de uma política de preços de exportação de minerais é do DNPM. Esse departamento é que procura aferir, inclusive, os mercados. Porque há possibilidade de países, como os Estados Unidos e a Rússia, que são compradores de nióbio, resolverem fazer estoque de nióbio, comprarem a mais do que o seu mercado de utilização. De maneira que a pergunta, realmente tem muito valor, muita importância, porque deve-se limitar as exportações para que não façam estoques nesses outros países.

O SR. SEVERO GOMES — Temos uma questão aqui, que é possível que V. Sr. não tenha meios de respondê-la no momento, mas que se pudesse gostariamos que nos mandasse, que seria a evolução dos preços do minério de ferro, vamos dizer, nesses últimos 20 anos. À evolução dos preços de exportação de minério de ferro.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não tenho esses dados agora. Parece que eles têm se mantido estáveis, mas em declínio. A Vale do Rio Doce tem conseguido alguns aumentos de preços pequenos. Mas acho que a longo prazo eles vêm sofrendo uma erosão. Não tinho esses dados numéricos agora, mas pelo que me lembro — como aliás o preço de todas as matérias primas, com exceção do petróleo, que deu uma subida grande, e agora está declinando também — o preço do minério de ferro vem declinando. Agora, acontece que, como as empresas de mineração de ferro brasileiras e australianas, que são as principais, conseguem exportar minério de ferro com lucro, na hora de negociar parece que fica difícil, porque a indústria siderúrgica está em crise no mundo inteiro. Outros mercados estão se abrindo, mas outros mercados que não têm aquele mesmo poder de pagamento que têm os países ocidentais e o Japão. Os mercados que estão se abrindo são o Leste europeu, os países asiáticos, os países do Oriente Médio, e outros países subdesenvolvidos. Então é um problema difícil, que acho que poderia também ser melhor esclarecido pela área comercial da Vale do Rio Doce.

O SR. SEVERO GOMES — E o minério de ferro de alto teor em Minas Gerais, qual é a porcentagem que hoje é controlada pela Vale do Rio Doce, e qual é a porcentagem que está em mãos de outras empresas? Na mesma pergunta.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — A Vale do Rio Doce, se não me engano, aqueles

dados davam 1,6 bilhão de toneladas. Na realidade, não sei de minério de alto teor. Na realidade, não sei qual é a reserva das outras empresas. Posso procurar ver, mas acredito que existam duas outras empresas que detêm reservas de minério de alto teor em Minas Gerais, significativamente maiores.

O SR. SEVERO GOMES — Bem maiores do que a Vale do Rio Doce, a IBR e a SAMARCO ou SAMITRE têm reservas maiores de minério de alto teor em Minas.

O SR. — O fato de termos empresas privadas portadoras de grande quantidade de minério de ferro, de alto teor, não poderia, e na medida que essas empresas têm acionistas, que são os compradores de minério de ferro, quer dizer a siderurgia japonesa, a siderurgia europeia têm participação, não estaria aí um elemento importante de pressão dos preços de minério de ferro? Porque não há conflito de interesses. Eu creio que não é uma questão filosófica. Não havendo conflito de interesses, vamos dizer, interesse em vender o minério de ferro pelo preço de extração e transporte, aliás, subsidiado, como sabemos.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Quanto a essa parte comercial de estratégia de venda, eu não saberia responder com segurança, qual a influência dessa concorrência interna no preço do minério de ferro. Acredito que haja concorrência externa, entre o Brasil e a Austrália, entre o Brasil e a Suécia, entre o Brasil e o Canadá, porque os produtores de minério de ferro, no mundo, o são principalmente em mais da metade do minério produzido e vendido no comércio transoceânico, que é produzido por países ricos, e não pelos do Terceiro Mundo, não é? Porque a Austrália faz parte do mundo rico, embora esteja localizada no hemisfério Sul, mas é um país que faz parte do mundo rico. Outros países, a Suécia, por exemplo, que é um grande produtor de minério de ferro, exporta 12 ou 15 milhões de toneladas por ano, que é uma quantidade significativa.

Acho até extraordinário que um país riquíssimo, como a Suécia, mantenha essa concorrência com os países pobres. Mas a Suécia mantém, por questão de emprego, na Lapônia, nos lugares onde estão as minas. Então, é uma situação bastante complicada. Não sei o que teria maior influência na pressão para baixo dos preços, já que inclusive, a Vale do Rio Doce e outras empresas lutam pela manutenção e pela elevação dos preços. Não sei se seria a concorrência entre países ou a concorrência interna que teria uma influência muito decisiva aí. Não consigo avaliar isso não.

O SR. SEVERO GOMES — V. Sr. aqui fez referência ao valor a mais no cobre que poderia existir em virtude de conter ouro e outros bens, não é? O ouro contido no itabirito poderia significar um valor a mais, ele é explorado pelos compradores de itabirito?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não, ele não é explorado pelos compradores. Essa é uma questão já levantada, inclusive, há décadas, porque desde os tempos dos portugueses se sabe que existe ouro associado ao minério de ferro. Existiram em Minas Gerais minas de ouro dentro dos corpos de minério de ferro. Os ingleses, no século passado, fizeram galerias para pesquisas, acreditava-se para pesquisa de ouro associada ao minério de ferro. Agora, uma vez produzido o minério de ferro, mesmo que ele, eventualmente, contenha teores — que são sempre insignificantes — esse ouro não seria aproveitável no processo metalúrgico, uma vez chegado ao Japão, ou onde quer que seja, pois ele é perdido. A Vale do Rio Doce está se preocupando, atualmente, bastante com isto, porque chegou numa área do cauê, uma área mais baixa, em que existem significativos de ouro no itabirito, quer dizer, no minério de ferro de baixo teor. Então ela está separando esse minério, já existe lá — se não me engano — mais de 500 mil toneladas de minério de ferro com teores significativos de ouro, que estão separados para beneficiamento, para extração de ouro, antes de beneficiar o minério de ferro. Agora, existe também minério de ferro contendo ouro que entra na instalação de concentração. E esse ouro sai quase todo nos rejeitos. A maioria, a quase totalidade desse ouro sai no rejeito, e uma quantidade muito pequena, sairia junto com o ferro, e aí ele não é mais aproveitável.

vel, aí não há como, e não seria econômico para os compradores instalarem, processarem esse minério para extraír ouro. Se eles tivessem, eventualmente, fazendo isso, nós saberíamos, porque seriam instalações tão grandes que não teria forma de esconder. Isso seria do conhecimento de todo mundo. De qualquer forma, uma das preocupações principais da coordenação de ouro, recentemente, criada na Vale do Rio Doce para produção do ouro lá na Bahia, seria o aproveitamento do ouro associado ao minério de ferro, que inclusive já está sendo feito em Itabira. Itabira está produzindo, se não me engano uns 20 quilos de ouro por mês, extraídos dos rejeitos do minério de ferro.

O SR. SEVERO GOMES — V. Sr. poderia informar quantos alvarás de pesquisa possui hoje a DOCEGEO?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Da ordem de 2.500.

O SR. SEVERO GOMES — V. Sr. poderia informar quantos alvarás de pesquisa tem a British Petroleum?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Isso eu não sei. Deve ser mais ou menos da mesma ordem, ou talvez mais, mas eu não sei o número.

O SR. SEVERO GOMES — Para que uma empresa, como a British Petroleum possua, vamos dizer, um número de alvará de pesquisa tão grande, a Comissão foi alertada para o fato de que hoje o Presidente da British Petroleum, o Sr. Thomas Shaney, foi consultor da DOCEGEO e tinha uma massa de informações que permitiu a expansão desses requerimentos da British Petroleum?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não, em algumas áreas eles estão atuando em áreas próximas às nossas em Minas Gerais, algumas áreas em Goiás, mas em outras áreas estão atuando em áreas bastante distantes, em áreas no Amapá e lá em Mato Grosso. Agora, realmente, é difícil avaliar o que obteve, o tipo de informações para requerer áreas. Acredito que não tenha tido grande influência, pelo fato de que temos procurado segurar as nossas áreas, dentro do que permite a legislação, eu posso garantir que se perdermos áreas para a British Petroleum não foi mais de 2 ou 3, que por trâmites do DNPM, por dificuldades de requerimentos nos guichês do DNPM, devemos ter perdido para a British Petroleum umas 2 ou 3 áreas dessas 2.500. O restante temos conseguido segurar dentro da forma da lei. Mas, realmente, não só a British Petroleum, mas outras empresas multinacionais entraram investindo, pesado no Brasil, inclusive com investimentos da mesma ordem de grandeza dos nossos, em pesquisa geológica.

O SR. SEVERO GOMES — Quando V. Sr. se refere às dificuldades nos guichês do DNPM, estaria falando em sentido amplo ou restrito?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — No sentido amplo. As brigas nos guichês do DNPM são famosas.

O SR. SEVERO GOMES — Eu acho que é no sentido temporal.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — É no sentido temporal, de que todos estão brigando com todos, nos guichês. Não é a Vale do Rio Doce contra o resto, nem a Vale contra alguém. São todos contra todos. Realmente, todas as empresas que estão pesquisando pesadamente no Brasil têm suas articulações para procurar assegurar as áreas que conseguiram, não é?

O SR. SEVERO GOMES — V. Sr. descreveu aí a forma, vamos dizer, de pesquisa da jazida de cobre, de Carajás, das dificuldades, porque é uma jazida cega, não é? Muitas vezes, a opinião pública é levada a entender que os processos modernos de fotografia, pesquisa área de satélites, já são suficientes para descobrir ou reconhecer, vamos dizer, as potencialidades minerais. Pelo que se entende, não é tão simples assim, mas quer dizer, somos ainda um Continente desconhecido em matéria mineral.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o nobre Deputado Carlos Eloy.

O SR. CARLOS ELOY — Gostaria de saber o que significa para os Estados o aumento das atividades minerais, quais os benefícios?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Existem, naturalmente, os impostos, IUN, os impostos que a empresa paga. Mas, acredito que o principal benefício para uma região, para um Estado minador, um município minerador, seja a infra-estrutura criada pelas empresas de mineração, bem como as indústrias que vêm acompanhando essa atividade de mineração. No caso específico do minério de ferro, por exemplo, que exige uma infra-estrutura de transporte muito pesada. Entendo que o principal benefício, no caso particular das áreas de influência da Vale do Rio Doce, é a criação de uma eficiente estrutura de transporte ferroviário. O Vale do Rio Doce hoje é o Vale do Rio Doce com toda a sua indústria siderúrgica, que é a maior região siderúrgica do País, que se estende desde Vitória até o centro de Minas Gerais, com inúmeras grandes siderúrgicas, onde se concentra a maior produção de aço do País. E isto tudo é viabilizado por essa estrutura de transporte muito eficiente de ferrovia, que foi criada em função do minério de ferro. Acredito que esse seja o principal benefício. E a própria implantação dessas indústrias, com uma geração enorme de empregos, acredito que já é o principal benefício que a mineração traz.

O SR. CARLOS ELOY — O senhor pode informar quais são os critérios para recrutamento de pessoal na DOCEGEO?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Desde o começo da história da DOCEGEO, tanto a administração anterior como a minha administração, têm sido muito rigorosas no recrutamento de pessoal, com base, particularmente, na capacitação técnica, na experiência, ou quando é necessário e conveniente recrutar geólogos recém-formados ou com pouca experiência, com base em currículum escolar e em entrevistas com geólogos. Temos também procurado sempre aperfeiçoar o nosso corpo técnico com cursos e, inclusive, a empresa patrocina cursos no exterior. Inicialmente nós tínhamos técnicos estrangeiros que trabalhavam junto com geólogos brasileiros; atualmente, não temos mais nenhum estrangeiro dentro da empresa, mas enviamos continuamente e temos, quase sempre, geólogos fazendo cursos de mestrado e doutorado no exterior. Então, o critério principal de recrutamento é a qualificação técnica do pessoal, para manter o nível técnico, que é a coisa mais importante para nós.

O SR. CARLOS ELOY — Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra o Sr. Deputado Gerson Perez.

O SR. GERSON PEREZ — Os colegas, incumbiram-me de fazer-lhe duas perguntas, eu vou fazer apenas três, sendo uma de ordem geral. Primeiro, eu gostaria de saber: O que levou a Vale do Rio Doce a diversificar suas atividades?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Foi um sentimento da direção da empresa, de que é um risco a longo prazo ficar em uma atividade única. A Vale do Rio Doce foi durante muito tempo, e ainda é, básica exclusivamente, uma empresa de produção e exportação, transporte e venda de minérios de ferro. Desde o início da década de 70, começou a se diversificar com várias outras atividades, inclusive a de transporte marítimo, a atividade de madeira e, particularmente, a atividade de mineração de outros bens minerais que não o ferro, como o alumínio, pois já são sócias da maior mina de alumínio do Brasil, como o titânio, que está em implantação, e o ouro, etc. Como os preços dos bens minerais variam muito, é muito mais seguro para uma empresa grande dispor de uma cesta de produtos, porque, às vezes, quando o preço de um cai, o de outro aumenta, etc.

É a mesma coisa de uma pessoa que diversifica os seus investimentos; você tem um pouco em renda fixa, um pouco em ações, um pouco em ouro. É a mesma filosofia, ou seja, se você colocar todos os seus produtos numa cesta, você pode ganhar muito, mas corre um risco maior. Assim, é muito mais seguro você ter uma atividade de mineração diversificada. É isso que fazem as grandes empresas de mineração do mundo; geralmente elas não estão concentradas numa só atividade, mas procuram diversificá-la, por uma questão de segurança.

O SR. GERSON PEREZ — V. S^a abordou o problema da bauxita refratária e, se ouvi bem, falou acerca da bauxita de Almeirim, que parece não ser de boa qualidade e não se constitui em uma jazida. Pelos estudos coordenados pelo GEBAM, levados a efeito pela Companhia do Vale do Rio Doce, e já tendo sido abordado por nós aqui na Câmara este tema, temos alguns dados que revelam ser da ordem de 17 milhões, 557 mil e 600 toneladas a reserva da bauxita refratária alocada naquele vale do Pará, próximo a Almeirim, nos platôs de Branca, Berenice e Perla, no platô Meio e nos platôs Apará Norte e Apará Sul.

Gostaria de perguntar se a Vale do Rio Doce abandonou qualquer tipo de empreendimento desta vasta riqueza, já feita a sua prospecção, já detectada o seu dimensionamento e, pelos resultados do relatório, foi-nos revelado que é da mais alta qualidade esta bauxita e alocada em áreas de fácil extração e exportação, inclusive à margem de um porto em que navios de alto calado poderão aportar e exportar diretamente esse produto de Almeirim para fora, havendo ainda mercado comprador, com folga, aliás, de cerca de 100 mil TPA.

Pois bem! Eu perguntaria se a Vale do Rio Doce vai prosseguir ou tem algum plano a curto, a médio ou a longo prazo, ou se abandona os seus planos imediatos quanto ao aproveitamento desta grande riqueza alocada no meu Estado do Pará.

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Ela não abandonou, absolutamente, a idéia de implantar uma mina de bauxita refratária em Almeirim, mas deu prioridade à jazida de Paragominas, onde existe uma reserva de bauxita refratária até maior do que a de Almeirim e numa situação mais vantajosa, porque está próxima da Belém-Brasília. Então no projeto de bauxita refratária da Vale, hoje os estudos estão mais concentrados nas jazidas de Paragominas, que é maior e com melhor localização, mas continua considerando a jazida de Almeirim como uma alternativa. Agora, todo este assunto de bauxita refratária está limitado numa grande condicionante que é a questão de mercado: o mercado é restrito. Embora existam poucos produtores no Mundo, de bauxita refratária, é um mercado saturado e dificilmente se abre uma brecha no mesmo, porque se isso ocorrer, vai deslocar outros produtores, provocar diminuição de preços ou provocar queda de preços. Então, isso tem que ser estudado com muito cuidado. Atualmente, o que está sendo estudado é a possibilidade de uma associação ou arrendamento da jazida de Paragominas, com empresas brasileiras ligadas ao setor de bauxita refratária, usuários dessa matéria-prima que atualmente, o Brasil até importa, da Guiana.

O SR. GERSON PEREZ — Sobre o assunto, a Paragominas não é associação; a empresa não tem também uma parte?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — Não, essas jazidas de bauxita refratárias de Paragominas pertencem só à Vale do Rio Doce, porque na região de Paragominas há reservas muito extensas de bauxitas, que pertencem a três empresas: uma parte pertence à Vale do Rio Doce, outra parte pertence à CBA, Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim — e outra parte pertence à Mineração Vera Cruz, que é uma associação da Vale do Rio Doce com a RTZ, onde a Vale do Rio Doce detém 16% e a RTZ detém o restante. Estas são as três empresas que detêm as reservas de bauxita da região de Paragominas. As reservas de bauxita refratária conhecidas são da Vale do Rio Doce.

O SR. GERSON PEREZ — A título de informação apenas, em que prazo a Vale do Rio Doce instalará — ou instalará — a usina siderúrgica do Pará?

O SR. FRANCISCO FRANCO DE ASSIS FONSECA — O que a Vale do Rio Doce está fazendo em siderurgia no Pará, é procurando atrair empresas privadas para produzir guisa e ferro-liga de manganês naquele Estado, devido a existência de minério manganês e de silício —, que possibilita a instalação e a disponibilidade de energia elétrica que cria condições para a instalação de ferro-liga felício e de pequenas siderúrgicas de ferrogusa. Agora, uma grande siderúrgica no Pará — qualquer coisa semelhante à Siderúrgica de Tubarão — foi pensada inicialmente, mas atualmente está num plano “meio na geladeira” porque — até onde eu sei; pode ser que tenha gente na Vale do Rio Doce que esteja melhor informada sobre isto — as grandes siderúrgicas são coisas que estão sendo questionadas no mundo inteiro. Hoje nós estamos numa fase em que se encaminha para unidades menores; a tal “economia de escala” parece haver ultrapassado a escala e agora, os projetos estão sendo reduzidos em tamanho e aumentados em números. Este é o encaminhamento na região de Carajás.

O SR. GERSON PEREZ — Agora, a pergunta de um colega que se retirou e pediu que eu interpretasse aqui o desejo dele: a Vale do Rio Doce aparentemente está desinteressada do Projeto Cobre. Isto é verdade? Qual a posição real da empresa nesta importante questão?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS FONSECA — Não, ela não está absolutamente desinteressada do Projeto Cobre, tanto que ela continua investindo na pesquisa de jazidas de cobre na região de Carajás, no detalhamento do conhecimento da jazida do Salubro na execução de um projeto básico para a Mina do Salubro onde, inclusive, já está previsto um investimento de 20 milhões de dólares se não me engano nos próximos 30 meses, para terminar o projeto básico da mina de cobre do Salubro. Agora, temos que considerar que o cobre está num preço muito baixo. Então, as mobilidades econômicas deste projeto têm que esperar as conclusões desses estudos, não se pode tomar nenhuma decisão antes da conclusão dos mesmos, que está prevista ao final de 1987.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Foi dito pelo Deputado Gerson Peres, respondendo a uma indagação minha, que o BNDS, que se associou à Vale do Rio Doce, está investindo 20 milhões de dólares, e só no prazo de 2 anos e meio teria condições de estar com o Projeto básico pronto para uma decisão.

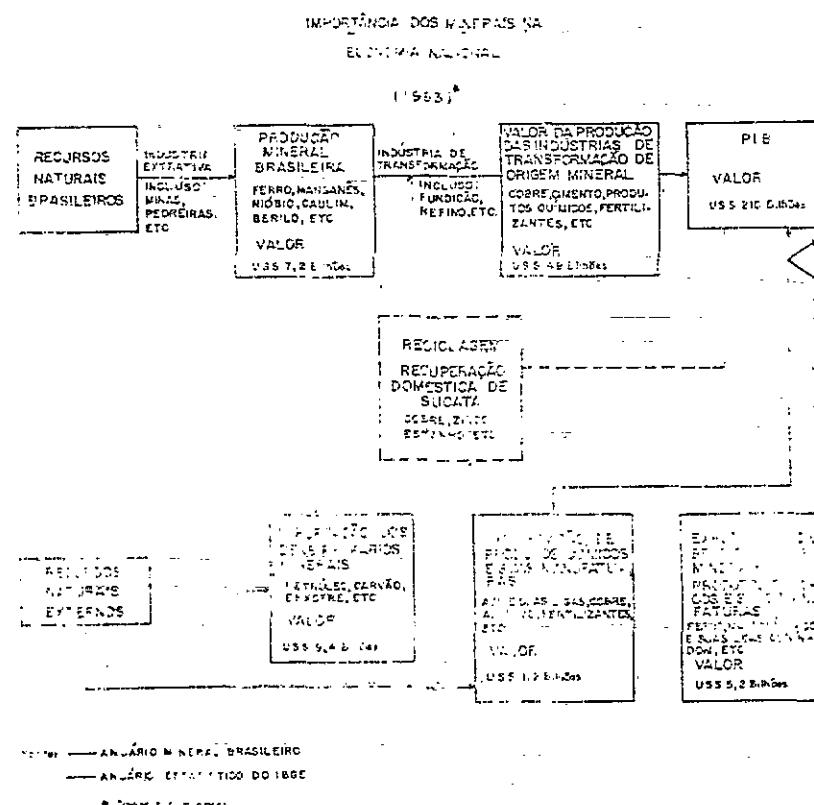
O SR. GERSON PEREZ — A última pergunta: Qual o nível de informação que a DOCEGEO dá aos órgãos de Governo sobre suas descobertas e jazidas?

O SR. FRANCISCO FONSECA DE ASSIS — Não só a DOCEGEO, como qualquer empresa que se dedica à pesquisa mineral, tem por lei apresentar um relatório de pesquisas sujeito à aprovação do DNPM — esta então, a primeira informação oficial prestada. Depois disto, a empresa tem que fazer um plano de lavras e requerer a lavra da jazida; depois de concedida concessão de lavra e fazer implantar o projeto, ela tem a obrigação de fornecer anualmente os dados de produção e todos os dados requeridos pelo DNPM. Então, o órgão ao qual as empresas de mineração e de pesquisa mineral basicamente se reportam é o DNPM, fornecendo todos os documentos legalmente exigidos.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Não havendo mais nenhum interlocutor, agradeço a presença do Dr. Francisco Franco Fonseca e a maneira como ele procurou dar resposta a todas as questões, bem como a sua exposição. O próximo depoente é o Professor Gabriel Guerreiros, um dos Diretores da DOCEGEO, no dia 10 de outubro, quinta-feira.

A Comissão resolveu, a partir da próxima semana, passar a se reunir nas quintas-feiras, às 9 horas e 30 minutos. Na ausência do Presidente, vou convidar o Senador João Calmon para presidir ao lado do Relator, Senador Severo Gomes.

Está encerrada a reunião.



BALANÇA COMERCIAL DO SETOR MINERAL - 1983
(US\$ MILHÕES)

DATE EXPN DEM

PESQUISAS GEOLÓGICAS DA CVRD

- Histórico
 - Programa realizado
 - Resultados
 - Objetivos atuais

HISTÓRICO

- 1942 a 1961: não houve pesquisas
 - A partir de 1962: pesquisas geológicas de mineração de ferro
 - A partir de 1965: pesquisas tecnológicas de mineração de ferro

- 1966: descoberta de Trombetas
 - 1967: descoberta de Carajás
 - 1969: aquisição de jazidas de titânio
 - 1971: criação da DOCEGEO e início da pesquisa de não-ferrosos

PROGRAMA DE PESQUISAS DA DOCEGEO

Objetivos Iniciais

- #### **– Metais não-ferrosos (Al, Cu, Pb, Zn, Sn)**

Formas de Atuação

- Estrutura leve e descentralizada
 - Absorção e desenvolvimento de tecnologia

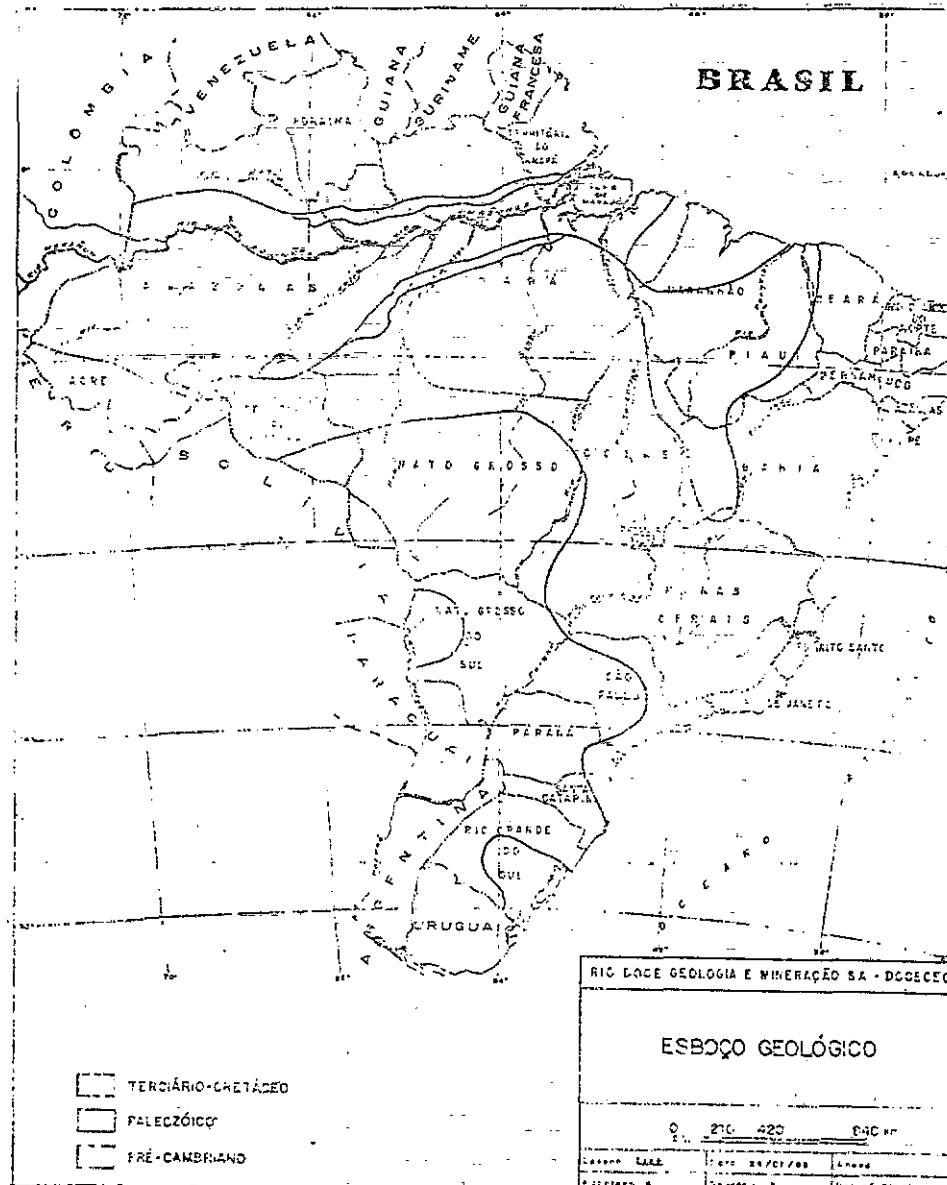
- Trabalho persistente e de longo prazo
 - Negociação de jazidas

Áreas de Atuação

- Ambientes geológicos favoráveis
 - Áreas de interesse da CVRD
 - Proximidade de jazidas conhecidas

Investimentos em Pesquisa

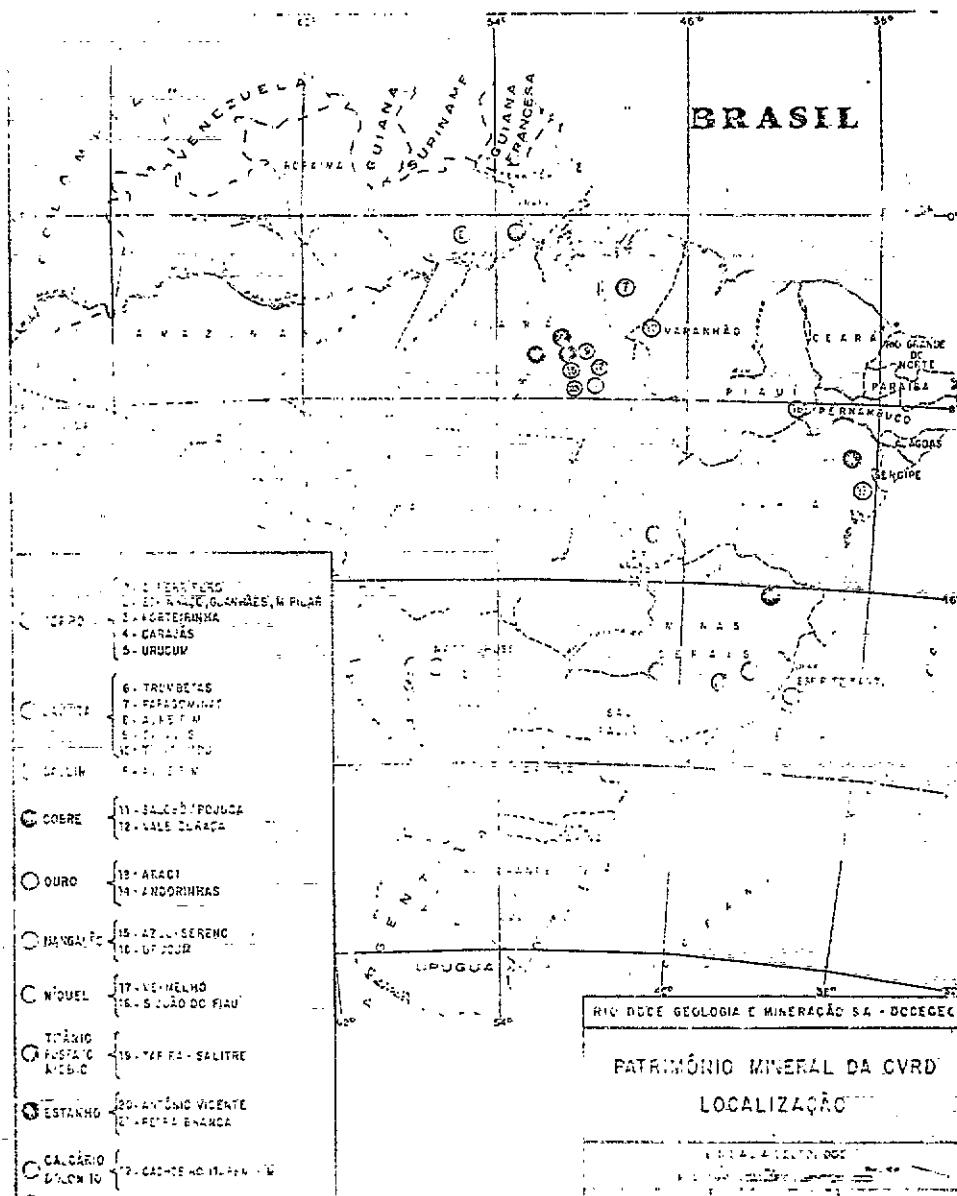
- Dimensionamento do programa
 - Recursos investidos



CVRD (RECURSOS X INVESTIMENTOS EM PESQUISA MINERAL ATIVAVIS DA NOSSA C

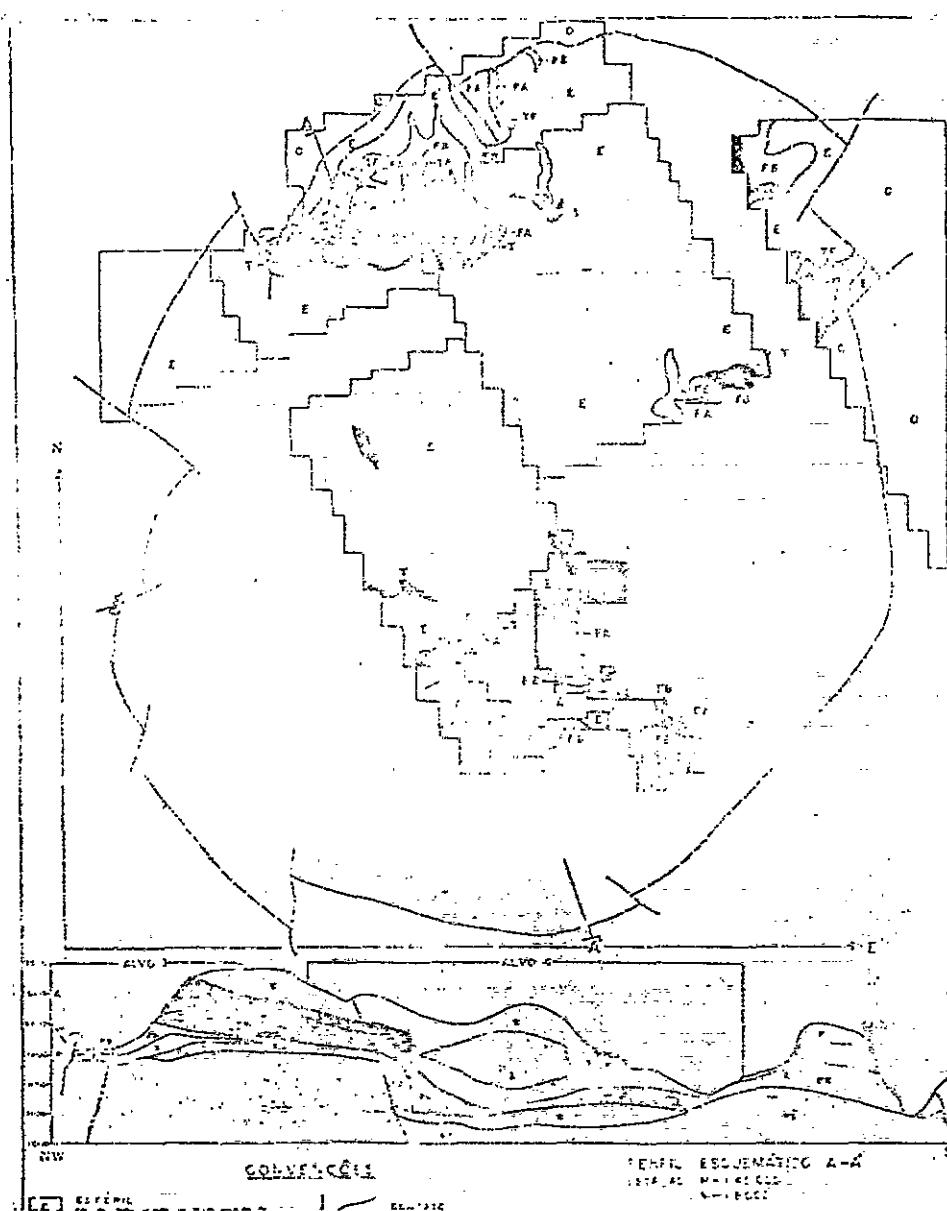
NÚMERO DE EMPRÉGADOS DA DOCEGEO

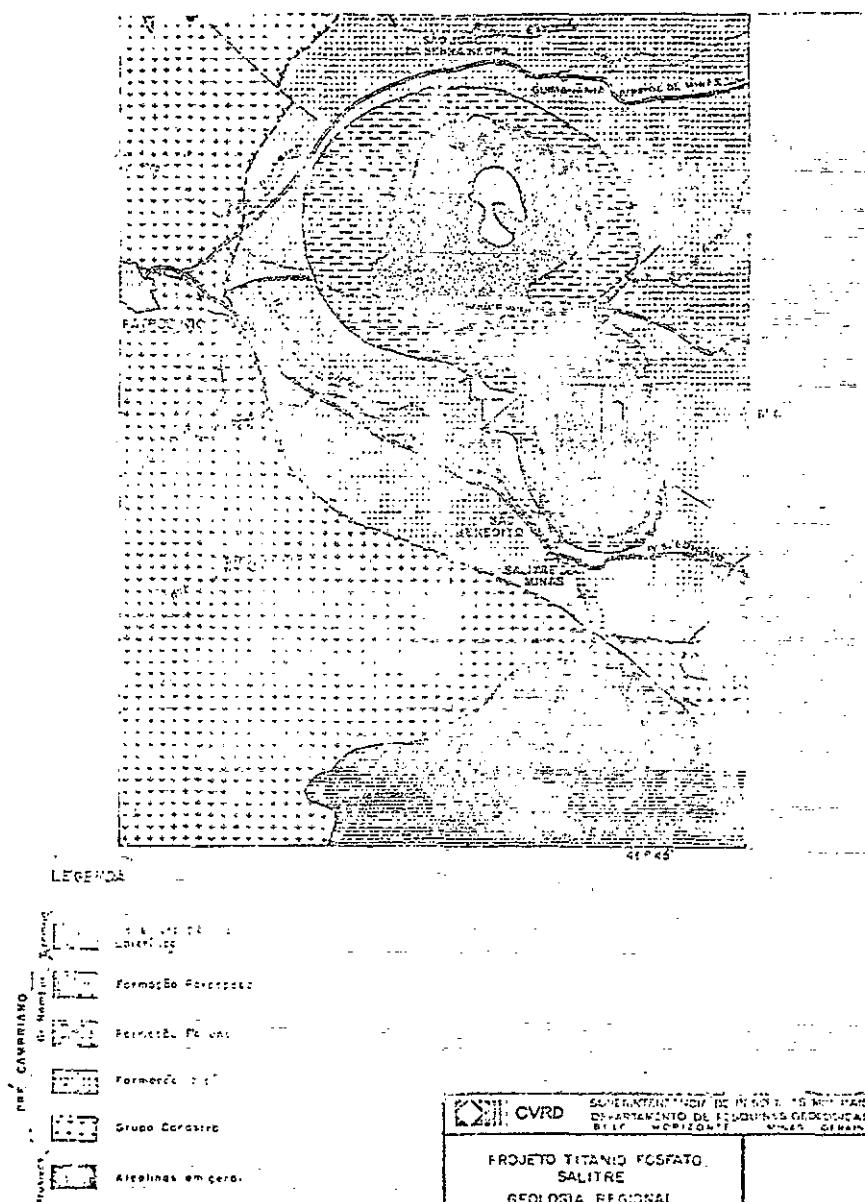
Ano	Geólogos + Engenheiros	Total
1972	73	—
1973	60	—
1974	61	617
1975	88	859
1976	110	1.138
1977	95	1.100
1978	85	1.398
1979	46	725
1980	60	1.315
1981	71	1.224
1982	66	1.215
1983	64	1.099
1984	78	1.132
1985	87	1.287



PATRIMÔNIO MINERAL DA CVRD

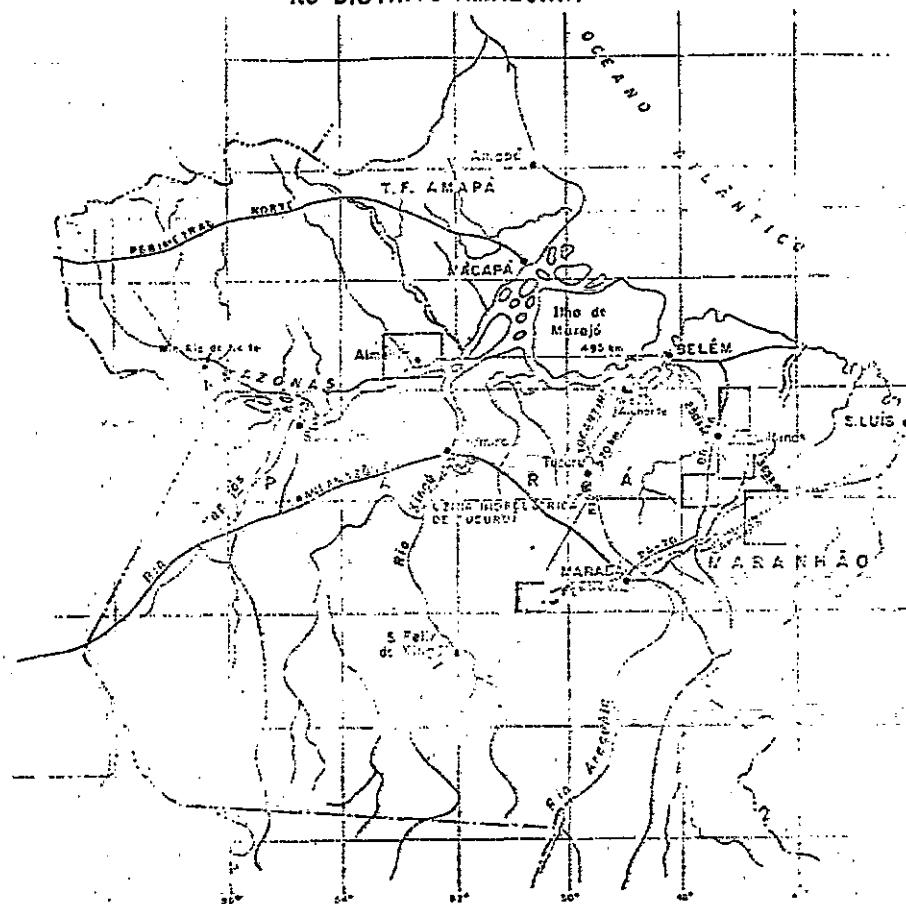
BEM MINERAL	DEPÓSITOS		RESERVAS + POTENCIAL	% CVRD	OBSERVACOES
TITÂNIO	TAPIRA	MG	192.10^6 t minéric	100	21% TiO ₂
	SALITRE	MG	152.10^6 t "	100	23% TiO ₂
	TOTAL		344.10^6 t "	100	
FOSFATO	TAPIRA	MG	743.10^6 t "	14,6%	8,3% P ₂ O ₅
	SALITRE	MG	220.10^6 t "	14,6%	8,3% P ₂ O ₅
	TOTAL		963.10^6 t "	100	
MÍDIBR	TAPIRA	MG	112.10^6 t	100	1,5% Ne ₂ O



PATRIMÔNIO MINERAL DA CVRD

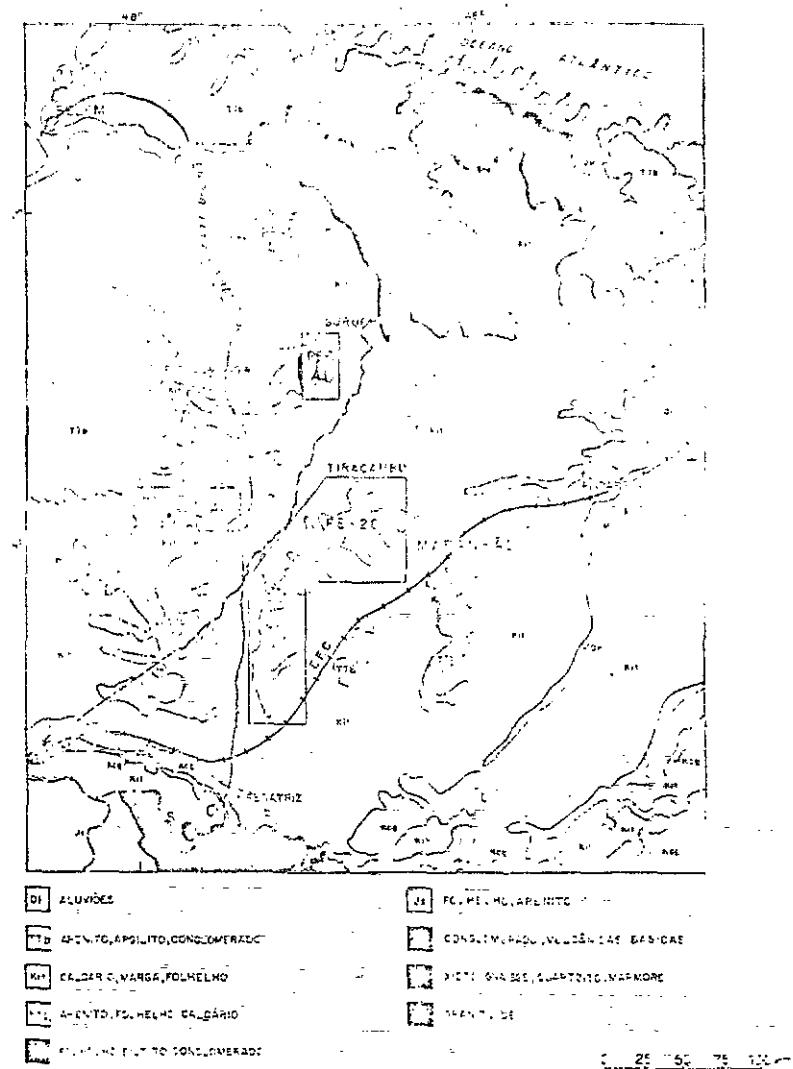
SEM MINERAL	DEPÓSITOS	RESERVAS - POTENCIAL	CVRD
HAXITA	TROMBETAS PA	714.10 ⁶ t minério	46
	ALMEIRIM PA	176.10 ⁶ t minério	100
TÍPO	PARAGOMINAS-CLRD PA	870.10 ⁶ t minério	100
REFRAATÁRIA	PARAGOMINAS-ETZL PA	650.10 ⁶ t minério	46
	CARAJÁS PA	48.10 ⁵ t minério	100
	TIRACAMBU PA	120.10 ⁵ t minério	100
	T O T A L	2.576.10⁶t minério	86
JAUZITA	PARAGOMINAS PA	20.10 ⁵ t minério	100
TÍPO	ALMEIRIM PA	3.10 ⁵ t minério	100
REFRAATÁRIA	T O T A L	23.10⁵t minério	100
CAULIM	ALMEIRIM PA	77.10 ⁵ t minério	100

MAP 1 - LOCALIZAÇÃO DOS DISTRITOS BAUXÍTICOS
NO DISTRITO AMAZÔNIA



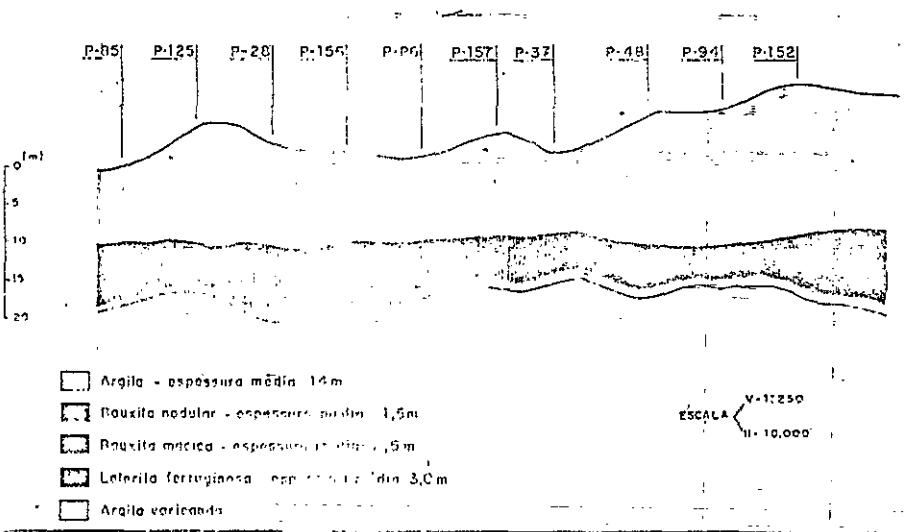
- [■] DISTRITO BAUXÍTICO DE ALMEIRIM
- [■] DISTRITO BAUXÍTICO DE PARACURU
- [■] DISTRITO BAUXÍTICO DE TAFACURU
- [■] DISTRITO BAUXÍTICO DE CARAJÁS

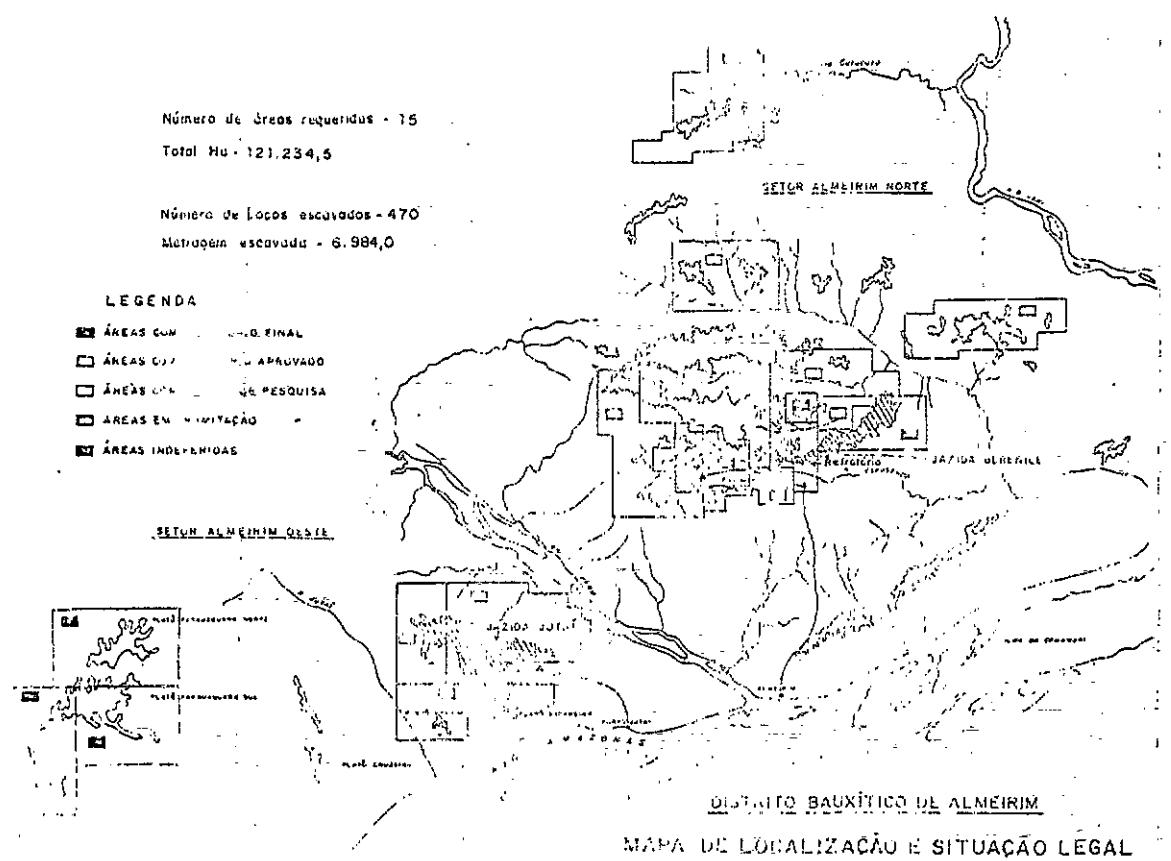
MAPA GEOLÓGICO REGIÃO DE PARAGOMINAS/TIRACAMBU



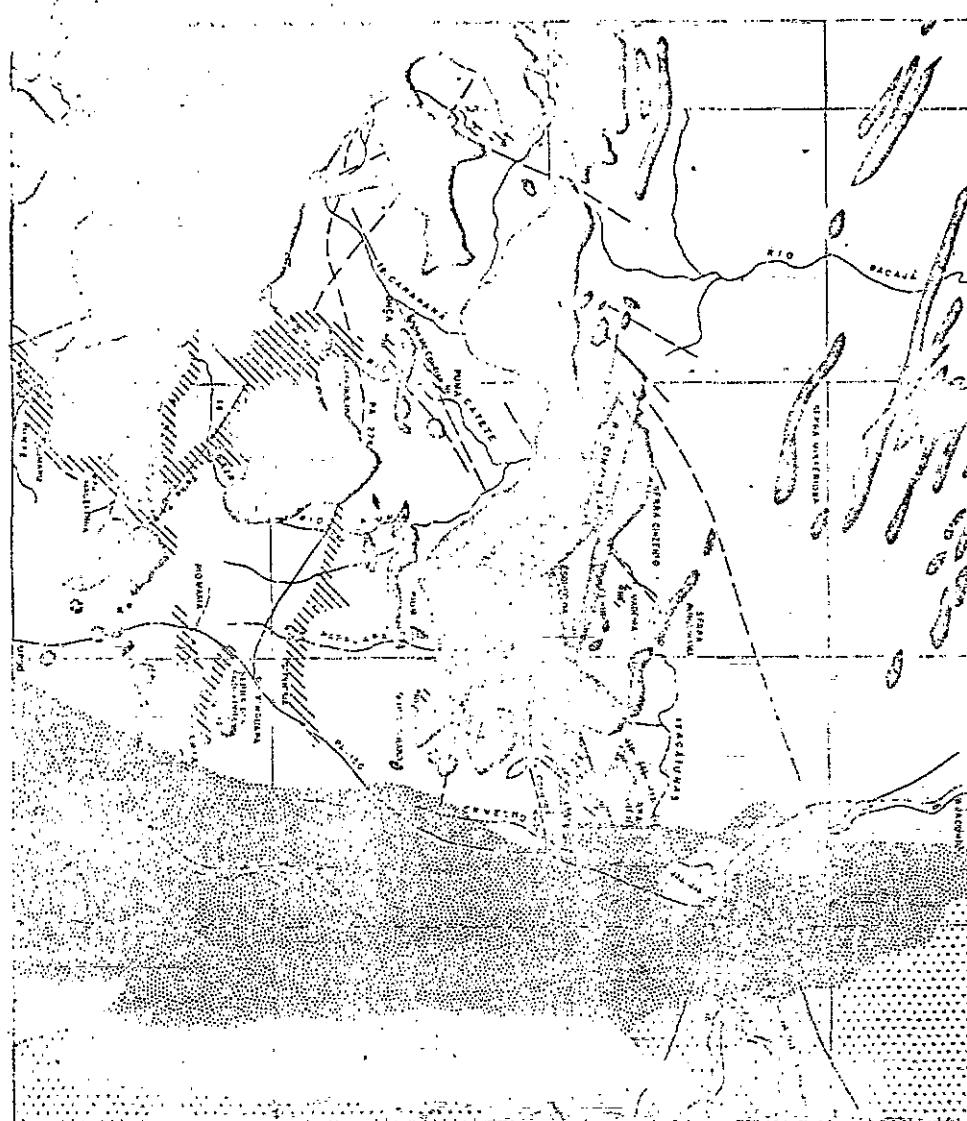
TIRACAMBU NORTE

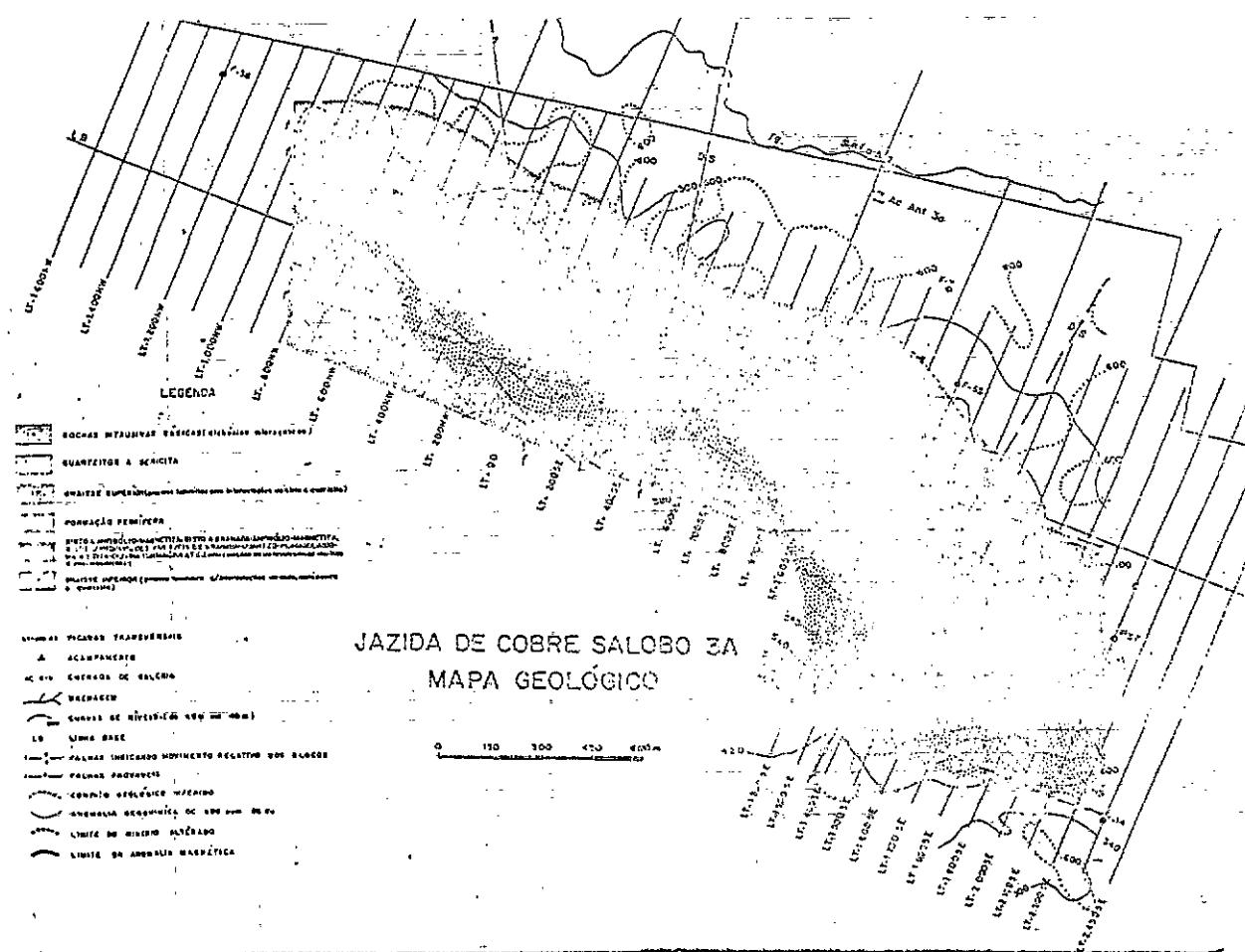
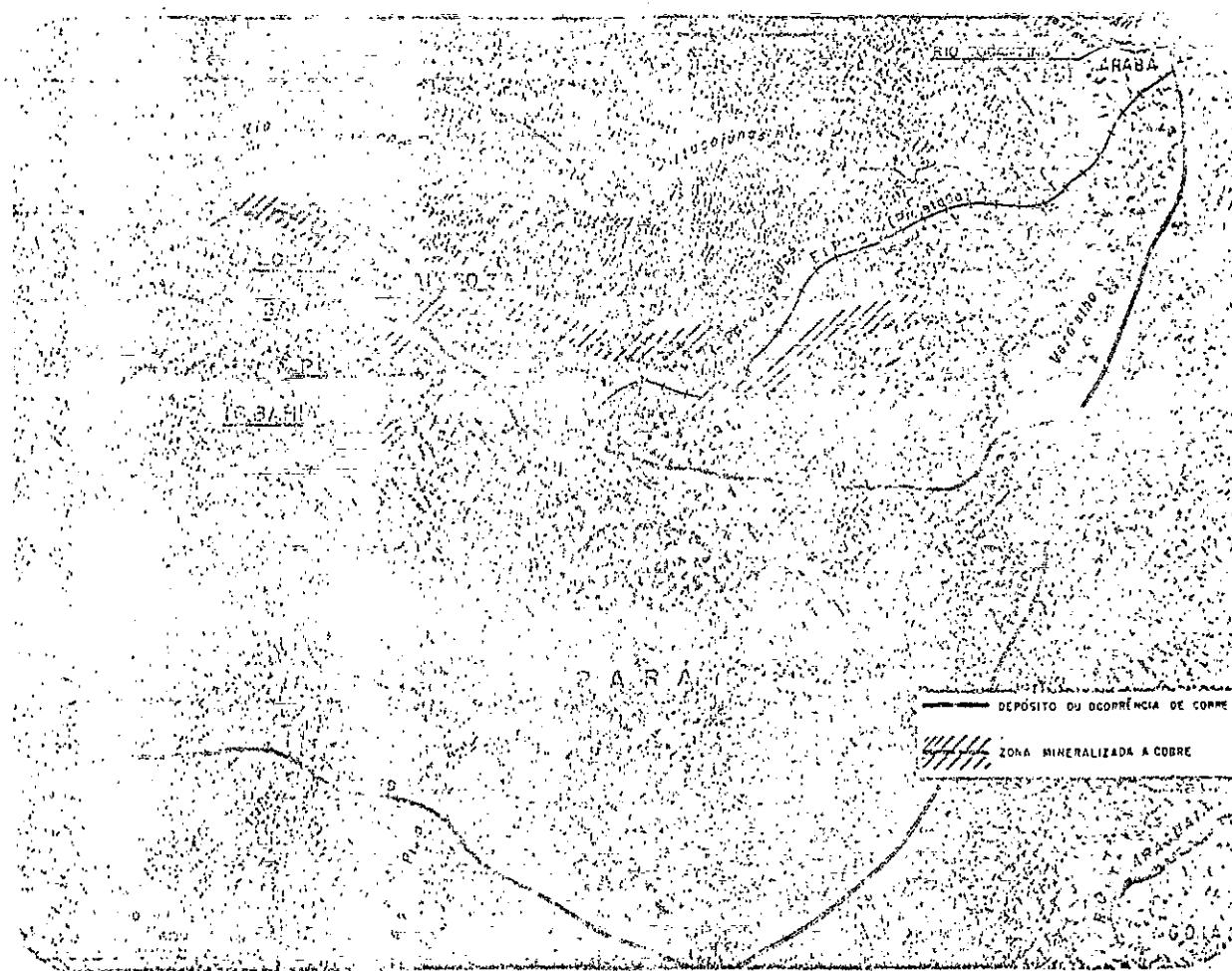
PERFIL DA LENTE - TN10-28

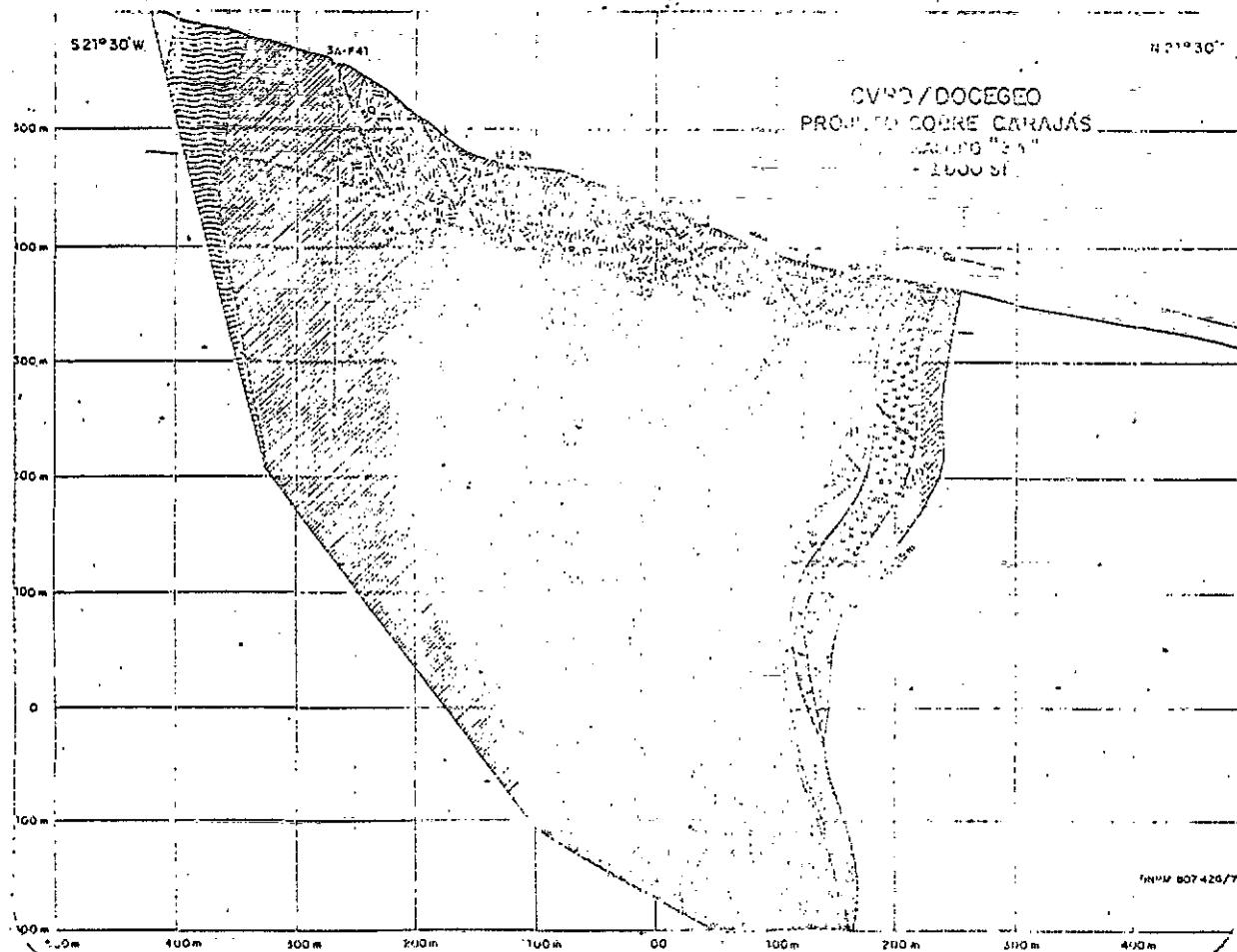


PATRIMÔNIO MINERAL DA CVRD

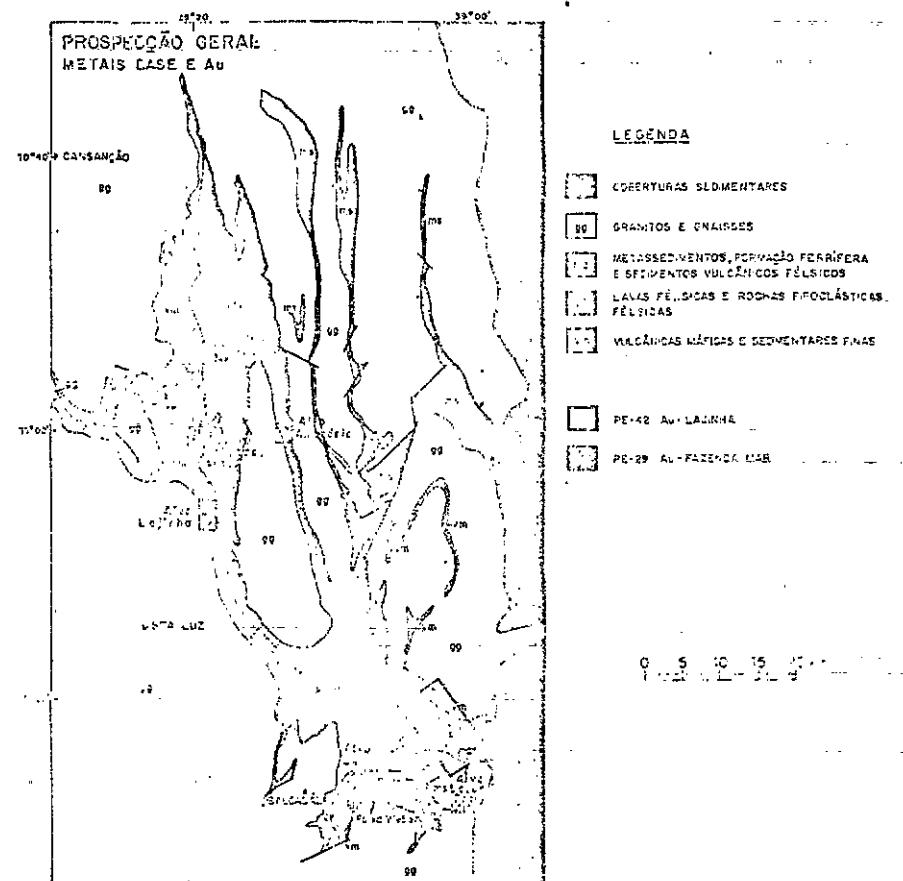
BEM MINERAL	DEPÓSITOS	RESERVAS + POTENCIAL	% CVRD	OBSERVAÇÕES
COBRE	SALOBO PA'	1.200.10 ⁶ t minério	100	0,83% Cu
	POJUCA PA'	60.10 ⁶ t "	100	0,87% Cu/0,39% Zn
	CURACÁ PA	10.10 ⁶ t "	100	1,73% Cu
OURO	SALOBO PA	200 t ouro	100	Assoc. Min. Cobre
	ARACI PA	200 t "	100	
	SERRA ANDORINHAS PA	5 t "	100	
	TOTAL	405 t "	100	



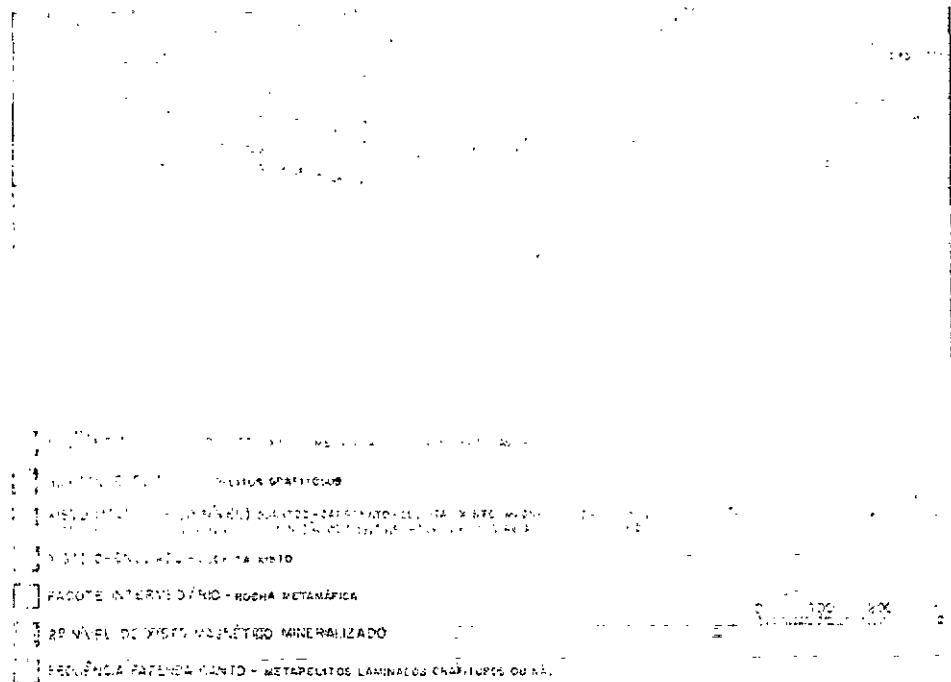




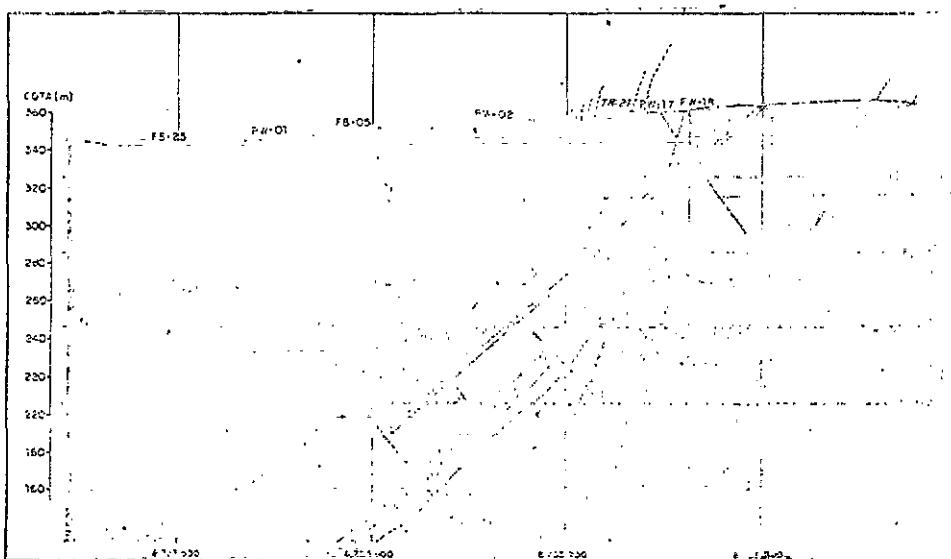
ESBOÇO GEOLOGICO REGIÃO SANTA LUZ - BA
GREENSTONE BELT DO RIO ITAPICURU



MAPA GEOLÓGICO MINA DA FAZENDA BRASILEIRO - TEOFILÂNDIA / BA



PERFIL GEOLOGICO MINA DA FAZENDA BRASILEIRO - TEOFILANDIA / BA



- SEQUENCIA RIACHO DO VACÔ - XISTOS METE-SHAWYCS COM ESTRUTURAS PHILLON

HORIZONTE GUIA - METAVULCANICOS GRAFITOSOS

XISTO MAGNETICO (NÍVEL ALTAZO) - CAFFERATO - CLORITA - XISTO SINTERETITICO - XISTO DE
SPELACULACIONES - XISTO DE LARANJA DE FERRO - XISTO DE PIRITOS - XISTO DE AREIA E NÍVEL DE MAFICO

XISTO GRENULADO - ALTAZO XISTO

PACOTE INTERMEDIARIO - FOLHA METAMAFICA

2º NÍVEL DO XISTO MAGNETICO MINERALIZADO 0 25 50

SEQUENCIA FAZENDA CANTO - METAPELITOS LAMINADOS GRAFITOSOS OU NAO

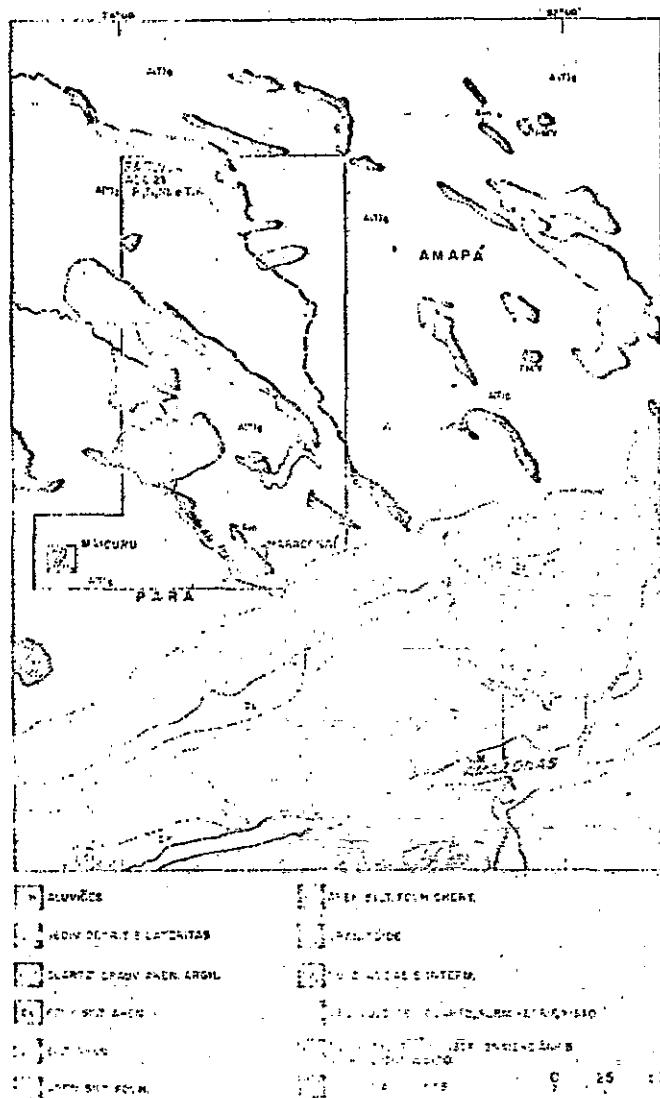
TRABALHOS SUBTERRANEOS

EXECUTADOS PROGRAMADOS

PATRIMÔNIO MINERAL DA CVRD

BEM MINERAL	DEPÓSITOS	RESERVAS + POTENCIAL	% CVRD	OBSERVAÇÕES
NIQUEL	S. JOÃO PIAUÍ VERMELHO PA	26.10 ⁶ t minério 22.10 ⁶ t 22.10 ⁶ t	100 100 100	1,5% Ni 1,8% Ni 1,2% Ni
	ANTÔNIO VICENTE PA	Aluvionar: 15.10 ³ t Sn Primário: 10.10 ³ t Sn	100 100	
	PEDRA BRANCA RO	Primário: 19.10 ³ t Sn Aluvionar: 1.10 ³ t Sn	100 100	
TOTAL		45.10 ⁶ t Sn		
TUNGSTÉNIO	PEDRA PPETA	132.10 ³ t minério	100	DOCEGEO Set 85

MAPA GEOLOGICO REGIÃO DO PARU/JARI



OBJETIVOS ATUAIS

- inventário de reservas (Al, Cu, Zn, etc.)
- metais preciosos (Au, Pt, Pd, etc.)
- elementos estratégicos e de liga (Be, Si, F, Cr, etc.)
- energéticos (Carvão e Turfa)
- fertilizantes (P, K e Micronutrientes)